

WANDSON DO NASCIMENTO SILVA
DAVID DE ABREU ALVES
REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA
(Organizadores)

REFLEXÕES GEOGRÁFICAS

Meio Ambiente, Urbano e Ensino

WANDSON DO NASCIMENTO SILVA
DAVID DE ABREU ALVES
REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA
(Organizadores)

REFLEXÕES GEOGRÁFICAS

Meio Ambiente, Urbano e Ensino

Editora Itacaiúnas
Ananindeua – PA
2021

©2021 por Wandson do Nascimento Silva, David de Abreu Alves e Regina Celly Nogueira da Silva
(Organizadores)

©2021 por Diversos autores

Todos os direitos reservados.

1ª edição

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deivid Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editoração eletrônica/ diagramação: Walter Rodrigues

Projeto de capa: Editora Itacaiúnas

Bibliotecário: Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S586r Reflexões geográficas [recurso eletrônico]: meio ambiente, urbano e ensino /
Vários autores ; organizado por Wandson do Nascimento Silva, David de Abreu
Alves e Regina Celly Nogueira da Silva. - Ananindeua : Editora Itacaiúnas, 2021.
131 p. : il. : PDF ; 4 MB.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-89910-48-0 (Ebook)

DOI: 10.36599/itac-regeog

1. Meio Ambiente. 2. Geografia 3. Urbano 4. Ensino. I. Silva, Wandson do
Nascimento, II. Alves, David de Abreu e III. Silva, Regina Celly Nogueira da. IV.
Título.

CDD 900

CDU 900

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Geografia e história 600
2. Geografia e história 600

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes, detentores dos Direitos Autorais.

Esta obra foi publicada pela **Editora Itacaiúnas** em outubro de 2021.

OS AUTORES

David de Abreu Alves

Doutorando em Geografia. Universidade Federal de Goiás

E-mail: davidabreu.cz@hotmail.com

Francisca Fernanda Batista de Castro

Doutoranda em Geografia – PPGGeo. Universidade Federal do Ceará.

E-mail: fernandacastro1@hotmail.com

Jaerle Rodrigues Campêlo

Mestre em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: jaerlec@outlook.com

José Borzacchiello da Silva

Doutor em Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: borzajose@gmail.com

Larissa Fernandes de Lavor

Doutora em Geociências. Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: larylavor@hotmail.com

Marluce Silvino

Doutoranda em Geografia – PPGGeo. Universidade Federal do Ceará.

E-mail: marlucesilvino28@gmail.com

Magno Erasto de Araújo

Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: magnoerasto@gmail.com

Maria Clélia Lustosa da Costa

Doutora em Geografia. Université Sorbonne Nouvelle - Paris III

E-mail: cleialustosa@gmail.com

Regina Celly Nogueira da Silva

Doutora em Geografia. Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: recelly51@hotmail.com

Virgíneo Henrique de Miranda Neumann

Doutorado em Análise de Bacias Sedimentares. Universitat de Barcelona (UB)

E-mail: virginio.neumann@ufpe.br

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Doutora em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: virginiaholand@hotmail.com

Wandson do Nascimento Silva

Doutorando em Geografia – PPGGeo. Universidade Federal do Ceará.

E-mail: wandsongba@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

Refletir e atuar na Geografia em suas inúmeras dimensões teóricas é uma ação necessária e árdua atualmente, isso porque, pensar essa ciência configura compreender que existe uma dinâmica intrínseca a cada sujeito e processos que esses desencadeiam em temporalidades socioambientais plurais. Partindo desse pressuposto, nunca se esgota a valia de publicações que explorem as diversas temáticas envoltas no campo geográfico.

A Geografia está na cidade e no campo, na sala de aula (das escolas e dos espaços não escolares), é ciência viva que explora o meio, que pode ser explorada pelas ações em campo, em observações e análises de gabinetes, ela nunca se esgota em teses e dissertações, em artigos ou em livros. E é pensando nisso que essa obra se baseia, em apresentar a comunidade científica um pouco do que um grupo de pesquisadores em Geografia se debruça em refletir.

Dito isto, os dois primeiros capítulos pautam-se em estudos relacionados as interações sociais com elementos físico naturais, sendo o primeiro capítulo voltado para questões de uso e ocupação do solo, e o segundo capítulo para o potencial energético de um município no Piauí, especificamente o potencial eólico em Marcolândia.

Nossos capítulos seguintes, respectivamente o 3, 4, e 5, tratam da cidade e do seu espaço urbano para configurar aspectos econômicos e histórico patrimoniais. O capítulo 03 possui como campo de pesquisa a feira de artesanato do município de Caicó no Rio Grande do Norte, e faz uso desta, para nos levar a reflexões no tocante a produção do espaço a partir das dinâmicas consumistas. O quarto capítulo desta obra aborda transformações socioeconômicas espaciais desencadeadas nas pequenas cidades que constituem a região metropolitana do Cariri/CE. E no quinto capítulo apresenta-se um relato sobre o Centro Histórico de João Pessoa/PB, nos levando a reflexões sobre as transformações que se processaram na cidade no decurso do tempo, sua formação, imagem, leitura e atual condição.

Nosso último capítulo é voltado para a inclusão na Educação Geográfica atual, particularmente a inclusão de pessoas com Deficiência Visual. Os autores fazem uso dos moldes linguísticos da chamada Tecnologia Assistiva para inserir contexturas educacionais para esses sujeitos que cada dia mais está adentrando as estruturas escolares como lhes é de direito.

Esperamos que realizem uma boa leitura, e que esta obra mobilize reflexões.

Sumário

CAPÍTULO 1 - GEODIVERSIDADE NO CONTEXTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA DO NORTE.....7

*Larissa Fernandes de Lavor
Magno Erasto de Araújo
Virgíneo Henrique de Miranda Neumann*

CAPÍTULO 2 - IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DO PARQUE EÓLICO VENTOS DE SANTA JOANA XVI, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MARCOLÂNDIA-PI.33

Jaerle Rodrigues Campêlo

CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A DINÂMICA DO CONSUMO EM CAICÓ/RN: ANÁLISE A PARTIR DA FEIRA DE ARTESANATO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ46

*Marluce Silvino
José Borzacchiello da Silva*

CAPÍTULO 4 - AS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI/CE: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIOESPACIAL.....58

*Francisca Fernanda Batista de Castro
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Maria Clélia Lustosa da Costa*

CAPÍTULO 5 - O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: DA ORIGEM AO SÉCULO XIX ...85

Regina Celly Nogueira da Silva

CAPÍTULO 6 - ENSINO DE GEOGRAFIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL POR MEIO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA105

David de Abreu Alves Wandson do Nascimento Silva

CAPÍTULO 01

GEODIVERSIDADE NO CONTEXTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA DO NORTE*Larissa Fernandes de Lavor**Magno Erasto de Araújo**Virgíneo Henrique de Miranda Neumann***Resumo**

Este artigo tem como objetivo avaliar o papel da geodiversidade no contexto histórico de uso ocupação do baixo curso do rio Paraíba do Norte - PB. A historiografia da ocupação litorânea da Paraíba revela que a escolha do sítio para assentar os primeiros núcleos de povoamento foi condicionada pela natureza física da área, levando-se em consideração o relevo, as rochas, os tipos de solo e a ocorrência de água para consumo humano. Devido à complexidade dos fatos envolvidos no processo de uso e ocupação da área, aplicou-se, ao trabalho, uma visão holística voltada para o entendimento dos fenômenos e fundamentada no conceito de geodiversidade. Como metodologia, buscou-se fazer uso de conhecimentos prévios por meio de levantamentos de dados secundários, bibliográficos, cartográficos e documentais. E diante do desenvolvimento dessa pesquisa observou-se que dentro da área selecionada para o estudo, existiu uma regionalização, onde cada setor do relevo exercia uma funcionalidade atribuída pelo colonizador e que, até os dias atuais, podem ser observadas por meio das formações espaciais do passado, que se misturam com as mais modernas.

Palavra-Chave: Geodiversidade; Baixo curso do rio Paraíba do Norte; Paraíba - PB.

INTRODUÇÃO

As formas de uso e ocupação do solo de uma determinada região estão diretamente relacionadas aos elementos constituintes da geodiversidade. O homem interfere no ambiente apropriando-se dos recursos naturais para a produção do seu espaço e dessa maneira, paisagens são transformadas e adaptadas às atividades humanas.

A historiografia do processo de ocupação territorial do Nordeste brasileiro, pelos seus colonizadores, sugere que as características do meio físico influenciaram na escolha de lugares para as implantações de cidades. Omegna (1971) relata que, no período colonial, a escolha dos sítios para assentar núcleos de povoados era determinada pela natureza física da área, onde o relevo, os tipos de solo e a ocorrência de água para consumo humano eram levados em consideração.

A ocupação do Litoral Paraibano não se distanciou dessa lógica empregada para a escolha do sítio de povoamento e por isso, é possível encontrar elementos constituintes da



geodiversidade nos relatos históricos, entremeados às descrições românticas dos feitos heroicos de guerras, das características físicas das obras arquitetônicas dos povoados, vilas e cidades, da divisão territorial e dos lugares escolhidos para a produção agrícola e formação de cidades, visto que existia a necessidade de proteger os núcleos de povoaamentos de possíveis ataques.

A complexidade dos fatores envolvidos no processo de uso e ocupação territorial do litoral da Paraíba favorece a existência de lacunas em sua historiografia que não foram preenchidas, principalmente no que se refere ao meio ambiente, assunto que, na sua concepção, é fundamental para a história desse Estado. Portanto, uma pesquisa sobre o papel da geodiversidade no contexto histórico de uso ocupação do baixo curso do rio Paraíba do Norte, torna-se pertinente para a compreensão da evolução urbana e territorial dessa região.

Este artigo corresponde a uma parte do trabalho dissertativo desenvolvido por Lavor (2016) e intitulado de "Geodiversidade e sítios históricos na porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte". O que traremos a seguir são trechos e relatos de documentos históricos, que fazem alusão ao meio físico na escolha de sítios para núcleos de povoaamentos concernentes à moradia, atividade econômica e proteção territorial. Para isso, foi necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica e de leituras minuciosas em documentos históricos, livros e em trabalhos acadêmicos sobre a história da Paraíba. E no intuito de complementar e efetivar o estudo foram realizados trabalhos de campo, desenvolvidos ao longo de idas aos sítios naturais e culturais referenciados na literatura, tornando possível a identificação e o mapeamento dos elementos culturais e da geodiversidade constituintes na paisagem.

Nesse estudo, aplicou-se uma visão holística voltada para a complexidade dos fenômenos e fundamentada no conceito de geodiversidade, aqui compreendido o conjunto dos elementos de natureza abiótica. Segundo Liccardo (2015), o entendimento da geodiversidade pode ser um instrumento de análise na discussão histórico-cultural e, também, geográfico, visto que, para o autor acima mencionado, o uso de materiais geológicos revela a história da sociedade em relação ao seu território e a sua geodiversidade, ou seja, revela a sua configuração espacial.

Entender as formas de apropriação do espaço e as consequências desse processo no ambiente é uma tarefa que requer do pesquisador em Geografia estudos que transcendam por diversas ciências, na busca daquilo que Morin (1996) denomina de princípio de complexidade, segundo o qual as discussões físicas, biológicas, espirituais, culturais, sociológicas e históricas, entre outras, deixam de ser incomunicáveis, como até pouco tempo eram, e passam a colaborar com a compreensão do meio ambiente.

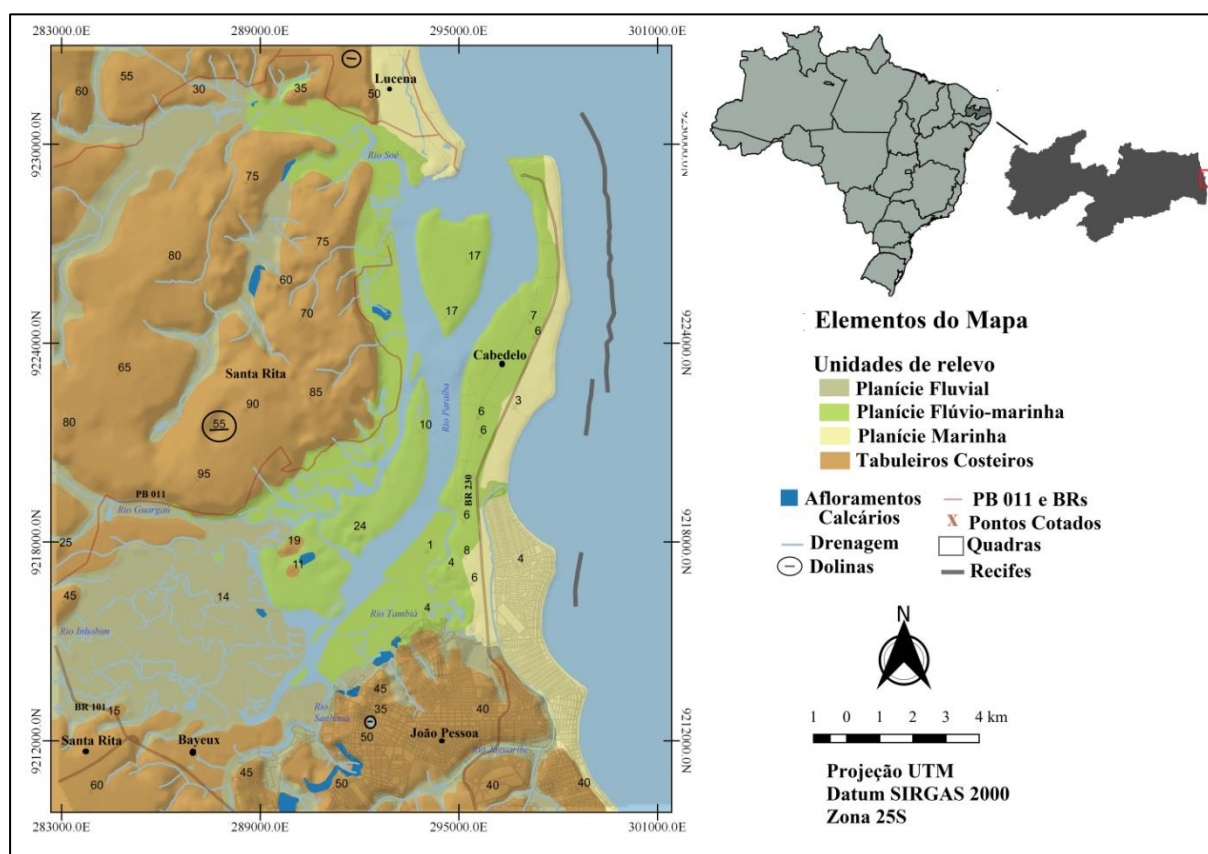


LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo configura-se na porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte, localizado entre as coordenadas planas 9231.000mN a 9211.000mN e 291.000mE a 301.000mE (Figura 1), e que abrange o município de Cabedelo e parte dos municípios de Lucena, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa.

Geologicamente está assentada sobre a Bacia Sedimentar Paraíba, mais precisamente nos compartimentos denominados de sub-bacias Alhandra e Miriri. De forma genérica, pode ser dito que essa bacia é constituída de uma sequência estratigráfica de um ciclo transgressivo-regressivo, de transgressão rápida, seguida de relativa estabilidade, com regressão mais demorada, que deu origem as Formações Beberibe (arenitos), Itamaracá (calcarenitos e fosfato), Gramame (calcários e margas), Maria Farinha (calcários dolomíticos) e Tambaba (calcários dolomíticos) (LAVOR, 2016; CORREA FILHO et al., 2015; BARBOSA, 2007; LEAL E SÁ, 1998; MABESOONE, 1967).

Figura 1: Mapa de localização e das unidades de relevo da porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte-PB



Fonte: Adaptado de Lavor (2016).



Geomorfologicamente pode ser compartimentada em três segmentos ou unidades de relevo (Figura 1): as planícies (costeira, fluvial e flúvio-marinho), as vertentes (encostas das elevações) e os tabuleiros costeiros. As planícies estão representadas pelas terras baixas que acompanham as margens do rio Paraíba do Norte e seus afluentes, a flecha litorânea (Restinga de Cabedelo) e as praias da região. As vertentes são materializadas pelas encostas dos morros que dão acesso aos tabuleiros. Esse compartimento do relevo é constituído por sedimentos da Formação Barreiras, na média e na alta encosta, e em alguns trechos, na porção basal, afloram rochas calcárias da Formação Gramame. Os calcários da formação Gramame e Itamaracá também afloram em nível de solo, nas margens e córregos de afluentes do rio Paraíba. De formas indiscriminadas, ao longo das vertentes, essas formações estão recobertas por solos e material coluvionar, ambos em trânsito para as planícies. As superfícies dos tabuleiros correspondem às áreas mais elevadas e é onde ocorre uma singular feição do relevo local, as depressões circulares. Essas áreas deprimidas surgem na paisagem tabular devido à existência de calcários na base desses relevos, que propiciam a carstificação por dissolução do calcário formando dolinas. Essas dolinas se constituem, em alguns trechos, em exutórios das águas que precipitam sobre os tabuleiros nutrindo localmente os aquíferos da Formação Barreiras, e em outros pontos formam nascentes devido ao fato de algumas dessas depressões possuírem cotas mínimas, localizadas acima da zona de contato entre a capa do calcário (Gramame) e a base da Formação Barreiras, proporcionando o deslocamento das águas subterrâneas a partir do exutório em direção as vertentes (ARAÚJO E LAVOR, 2019; LAVOR, 2016).

GEODIVERSIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O conceito de geodiversidade ganhou ênfase na década de 1990, sendo, principalmente, utilizado por geólogos, geomorfólogos e geógrafos para descrever a diversidade do meio abiótico. No Brasil e no resto do mundo, praticamente, utilizou-se o termo no mesmo período, no entanto, Gray (2004) argumenta que, provavelmente, deve ter sido referido pela primeira vez na Tasmânia (Austrália), em estudos de conservação nas áreas de Geologia e Geomorfologia. Serrano e Flaño (2007) apontam que o termo constitui um contraponto à expressão biodiversidade, no propósito de fazer referência ao meio abiótico como um todo. Para eles, o geógrafo argentino Frederico Alberto Daus cunhou essa expressão inicialmente na década de 1940, no sentido da diversidade da paisagem e da cultura de diversos lugares e regiões.



Desde sempre, a geodiversidade determinou a evolução das civilizações, pois, ao longo do tempo, o desenvolvimento da espécie humana foi condicionado pela disponibilidade de alimentos, pela existência de condições climáticas favoráveis e de abrigos e materiais para a sua construção e adaptação (BRILHA, 2005). As técnicas também acompanharam o desenvolvimento humano, e foram se aprimorando à medida que o conhecimento e as necessidades sociais foram se ampliando. Com isso, iniciou-se o processo de transformação do espaço, com a substituição de um ambiente natural por um ambiente modificado pelas atividades humanas.

O espaço, aqui compreendido, constitui-se de um "conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunhos de uma história escrita por processos do passado e do presente" (SANTOS, 2012, p. 153). Esses testemunhos são, na verdade, o produto proveniente da sociedade e, também, aqueles que os fatores naturais criaram. Já a técnica é fruto do pensamento humano na busca de melhor adaptar-se ao meio. Ela é a principal forma de relação do homem com a natureza ou com o meio em que vive, a qual é entendida como "o conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais os homens realizam sua vida, produzem e, ao mesmo tempo, criam espaços" (SANTOS, M., 2004, p. 29).

A construção do espaço também se relaciona com a formação econômico-social, definida por Moreira (2006, p. 2), como "a combinação concreta de modos de produção organizada sob a dominância de um deles". E, como formas econômicas deixam, no espaço, elementos da sua produção que, com o passar do tempo, permanecem na paisagem como testemunho de um momento que se foi e, ao mesmo tempo, se insere no presente por meio da memória do espaço construído (SANTOS, M., 2012).

Dessa forma, os sítios históricos tornam-se testemunhos de uma formação espacial que evoluiu para o momento atual. A análise dessas formas espaciais traz consigo a técnica e os materiais empregados naquele momento. Daí a importância de se resgatar a história da formação do espaço geográfico litoral paraibano, na tentativa de elencar os elementos da natureza que mais contribuíram para a sua formação. A seguir, tratar-se-á de realizar uma breve explanação do processo de uso e ocupação territorial do baixo curso do rio Paraíba do Norte associado à influência dos elementos da geodiversidade na sua evolução e configuração espacial.



GEODIVERSIDADE NO CONTEXTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA DO NORTE

O processo de ocupação do território paraibano foi longo e iniciou-se com os povos indígenas. A relação dos índios com o meio físico foi muito relatada por aqueles que conviveram com eles no período da conquista e posteriormente a ela. Nessas narrativas, religiosos, paisagistas e diversos homens do governo admitem terem adquirido e conhecido muitos costumes provenientes desses povos. A comida, as técnicas e os materiais empregados na construção de moradias e na caça de animais, o uso dos terrenos alagados para a implantação da agricultura e os nomes empregados na designação de lugares, são exemplos dessa relação entre o índio, o meio físico e a influência dessa relação com o colonizador.

Gray (2004), ao caracterizar os valores culturais da geodiversidade, evidencia que muitas sociedades primitivas atribuíam a origem de formações rochosas ou de relevos a seres sobrenaturais e, ao mesmo tempo, as classificavam a partir daquelas características mais marcantes, formando topônimos. Essa é, também, uma característica do estado da Paraíba, onde se observa que grande parte dos nomes dos lugares está relacionada a elementos naturais típicos da região e na língua dos indígenas que habitavam a localidade. Esses nomes que faziam referência a determinados locais, em função de uma singular característica, passaram, posteriormente, a ser utilizados por todos aqueles que habitavam a região e, até os dias atuais, são empregados na denominação de lugares e acidentes geográficos. Por esta razão, diversas toponímias paraibanas de origem ameríndia serão relatadas no decorrer desse texto.

Segundo Almeida, H. (1978), duas famílias de índios eram conhecidas na Paraíba no século XVI: os de tronco tupi-guarani e os de tronco nu-aruaq. Dentre a nação tupi-guarani, destacam-se os Tabajaras e os Potiguaras, enquanto que do grupo nu-aruaq sinalizam-se os Kiriris, também conhecidos na historiografia como Cariris.

Os primeiros povos a ocuparem o litoral paraibano foram os índios Cariris. Nos anos de 1500 (século XVI) é que, possivelmente, se teve a chegada dos Potiguaras na região, que após conflito com os Cariris, ocuparam as terras litorâneas, fazendo com que o grupo perdedor se debandasse para o interior do continente. Os Tabajaras surgiram, no cenário, apenas na época da conquista da Paraíba pelos portugueses, no ano de 1585, e tiveram importância singular na conquista e na consolidação da província Paraíba (ALMEIDA, H., 1978).

Até 1585, os Tabajaras e os Potiguaras eram inimigos, devido a desentendimentos anteriores. Ao chegarem à terra Potiguar, os Tabajaras acordaram as pazes com aqueles e, em troca de um pedaço de terra para morada, acertaram proteger o território dos ataques de



portugueses moradores de Itamaracá e Pernambuco (ALMEIDA, H., 1978). Desses acontecimentos, surge uma nova configuração territorial no baixo curso do rio Paraíba do Norte. A partir de então, a área ficou compartilhada entre dois grupos indígenas. Ao norte, estavam os Potiguaras, responsáveis por proteger toda a região setentrional, e, ao sul, estavam os Tabajaras, que deveriam fazer guarda para os potiguaras e, posteriormente, tentar reaver as terras de Itamaracá, perdidas em combates anteriores com os portugueses (ALMEIDA, H., 1978).

Supõe-se que a delimitação das terras indígenas era feita pelo rio Paraíba do Norte e, na fronteira desse limite, existia uma fortificação construída pelos portugueses no ano de 1584 (forte São Felipe), no lugar onde hoje existe o distrito Forte Velho (Figura 2 a). Segundo relatórios da conquista da Paraíba (SUMÁRIO..., 1983), a vida nesse forte era muito complicada devido às condições naturais do terreno, pois se tratava de uma planície flúvio-marinha, onde era difícil o acesso a água potável e solos aptos para o cultivo. Com a chegada dos Tabajaras, ficou ainda pior, pois a área tornou-se mais habitada e os ataques ficaram constantes.

Pesquisando a história de conquista da Paraíba, verificou-se que o autor anônimo do Sumário das Armadas evidencia que, em uma das tentativas de conquista da Paraíba, os índios pareciam utilizar-se da geografia do lugar para dificultar a passagem dos portugueses vindo por terra, de Itamaracá até a barra do Paraíba, aonde iriam se encontrar com o grupo que habitava o forte São Felipe (atual distrito Forte Velho) (SUMÁRIO..., 1983).

Nesse trecho, o autor descreve o caminho da batalha próximo ao local onde se sitiou posteriormente a cidade de Felipéia¹ (atual João Pessoa-PB), nas imediações dos rios Marés e Sanhauá (Figura 2 a). Segundo ele, os índios haviam atraído os portugueses para uma área alagada, na qual existia um morro e, por traz desse morro, estavam os índios, protegidos por um tipo de fortificação construída com madeiras retiradas da região. Assim, ele relata que o comandante da armada de Martins Leitão, ouvidor-geral da capitania da Bahia e responsável pela conquista da Paraíba:

Fez passar uns às vezes por cima dos outros, e tomar a ladeira acima. Bem depressa muitos, pela aspereza da costa, e pedra, com que também lhes tiravam, se detiveram mais de um grande quarto, depois de se recolher os inimigos no forte, que por arte e por natureza o estava. Assim subia os nossos em pés e mãos; e aferrados todos à cerca, não a acabavam de render; o que vendo o general, tomou um inglês, que levava consigo armado, e subindo-o às costa em cima da cerca, com uma formosa lança inglesa de fogo acesa, fez tais

¹ Após a denominação de Felipéia seguiram-se os nomes: Felipéia de Nossa Senhora das Neves; Frederica; Nossa Senhora das Neves; Parayba; e João Pessoa (ARAÚJO, 2012).



terremotos, deitando infinidade de pelouros, que dentro em sim tinha, que despejaram os imigos por ali; e derrubando os nossos, duas outras braças de terra, que todos tinham cortado, caiu de romanja, tomando alguns debaixo, mas sem perigo, com que entrando, não parou mais imigo, e os forma seguindo um pedaço, ainda que ruim caminho e impedimentos, que para este tempo os imigos tinham feito, que para nós era muito, que eles são bichos do mato, foi causa de escaparem muitos; o que ordenou assim Deus para nos ficarem, como agora os temos, por amigos (SUMÁRIO..., 1983, p. 60-61).

Os índios que ali habitavam e travaram batalhas com os portugueses eram os Tabajaras, que, meses depois dessa peleja, romperam com os Potiguaras, devido ao contato que aqueles tiveram com os portugueses, o que gerou desconfianças entre os dois grupos indígenas, visto que os Tabajaras haviam recuado, dando chance aos portugueses de chegarem a seu destino, que era levar provimentos aos que se encontravam em dificuldades no forte São Felipe (SUMÁRIO..., 1983).

Com o rompimento entre os grupos indígenas, surgiu a oportunidade de os portugueses se apropriarem do território. Por meio de um acordo de paz selado entre o chefe dos Tabajaras, Braço de Peixe, e o ouvidor-geral da Bahia, Martim Leitão, no dia 5 de agosto de 1585, iniciou-se a ocupação do território pelos portugueses. O novo grupo formado organizou uma emboscada para os Potiguaras, acarretando o afastamento destes mais para o norte e para o interior, na região de Copaoba. De posse do novo território conquistado, iniciou-se o processo de escolha do melhor sítio para se instalar a cidade (SUMÁRIO..., 1983).

A conquista da Paraíba durou 11 anos. A princípio, Portugal não possuía interesse em povoar o litoral brasileiro, interessava-se apenas em saqueá-lo. Por essa razão, os franceses frequentavam livremente o litoral paraibano, na procura de extrair pau-brasil para o mercado europeu. Após a União das Coroas Ibéricas, o crescimento da produção de açúcar no Brasil, na década de 1580, e as constantes investidas dos franceses, Ingleses e Holandeses no litoral brasileiro, associado à imprescindível manutenção do Império e a consolidação da ideia de “exclusivo colonial” sobre aquela economia, fizeram com que Portugal atentasse para a necessidade de povoar as terras ao norte de Pernambuco, impedindo a participação de outros países no próspero comércio marítimo atlântico, particularmente, na comercialização do açúcar (MOURA FILHA, 2005).

Por essa razão, os núcleos de povoamentos deveriam garantir a proteção territorial, por meio de fortificações e cidades que serviam de apoio às novas conquistas. Assim, as estratégias militares que os portugueses aplicaram nessa época, com o intuito de ocupar terras litorâneas no Brasil, seguiam a lógica de: (a) criar núcleos de povoamentos próximos a margens de rios de bom calado, no sentido de facilitar o trânsito portuário; (b) edificar fortalezas em áreas de



boa visada, na tentativa de conter a invasão de povos de outras nações; (c) fazer roçados, lavouras e engenhos de açúcar, nas áreas mais propícias para a atividade em vista; assim como (d) edificar igrejas nos núcleos de povoamento e, posteriormente, nas cidades, objetivando a diligência do “crescimento da santa fé”, aqui entendida como a catequização dos índios para servir de mão de obra e a reafirmação dos portugueses ao projeto catolicista.

Nesse sentido, seria necessário que os sítios de povoamentos tivessem certas características naturais que favorecessem a estratégia política e militar que Portugal empregou naquela época. O local escolhido para iniciar o povoamento já era conhecido pelos portugueses, visto que, meses antes, eles haviam guerreado com os tabajaras na área. Sobre esse lugar, o autor anônimo do Sumário das Armadas descreve que foi o ouvidor-geral da Bahia, Martim Leitão, quem escolheu o sítio para a construção de um novo forte na margem esquerda do rio Sanhauá (Figura 2 a) (SUMÁRIO..., 1983).

Assim está descrito no Sumário... (1983, p. 66-67) que:

[...] o ouvidor geral, ouvindo missa antes de sahir o sol, que caminhando, e andando n'estas jornadas, sempre lhe dissemos, foi logo ao pé ver alguns sítios, e á tarde a cavallo até o ribeirão de Jaguaripe, para o cabo branco, e outras partes, com o que se recolheu a noite infadado, incommendando isso na manhã que, vinha a N.^{sa} S.^{ra} devotamente, foi Deus servido à sua intercessão, como padroeira d'aquella nova planta, concluísse que assentasse n'aquela parte sobre o pôrto, onde agora está a cidade, planície de mais de meia légua, muito chão, de todas as partes cercada d'água senhora do porto, que com um falcão se passa além. É ribeira d'agua doce entre Ella, e o porto, que é singular, e tão alcatilado, que da proa de 60 navios de toneis se fala em terra, d'onde sahe um poderoso torno d'agua para provimento das embarcações, que a nutreza ali poz com maravilhosa arte, e muita pedra de cal, aonde logo mandou fazer um forno d'ella, e tirar pedra um pouca mais acima, mais perto; com que visto tudo muito bem, e buscando o mato daquele sítio, e tudo roçado e limpo, a 4 de novembro se marcou o forte, de 150 palmos de vão em quadra, com 2 guaritas que jogam 8 peças grossas, uma a revés da outra e alicerces de pedra e cal, para cujo princípio se fez de ostras e pedras, com duas juntas de boi, e com uma dúzia de vacas para inça a terra [...].

Nesse trecho do relatório da conquista da Paraíba, percebe-se que o sítio foi escolhido devido à diversidade de elementos naturais que eram pertinentes ao estilo de vida e das técnicas existentes na época. Esses elementos tinham, a princípio, valor funcional, definido por Gray (2004) como aqueles substratos essenciais para a manutenção de uma sociedade.

O autor anônimo do Sumário das Armadas, além de descrever o lugar onde foi construída a primeira edificação da cidade Felipéia, especificou os tipos de materiais usados para a construção do forte, que era constituído de uma mistura de madeira e rocha, e a rocha utilizada para a construção do alicerce foi o calcário, retirado na base das vertentes localizadas



próxima ao sítio inicial da cidade (Figura 2 a), e também se empregaram conchas de ostras, extraídas das áreas de mangue, e cal como argamassa (SUMÁRIO..., 1983). Essa técnica de construção perdurou por séculos na região.

Após a finalização da construção do forte (4 de novembro de 1585), iniciou-se a expansão do povoamento. Para a instalação dos engenhos e plantações de cana-de-açúcar, escolheram a planície fluvial do rio Paraíba do Norte, enquanto que a cidade foi construída sobre os tabuleiros que margeavam a planície do rio Sanhauá (Figura 2 a).

Os solos, na época, eram classificados como terras que dão cana e terras que não dão cana. As planícies fluviais eram consideradas as terras boas da Paraíba, enquanto que as terras do topo dos tabuleiros eram consideradas ruins para o cultivo de cana. Sobre a aptidão agrícola do baixo curso do rio Paraíba do Norte, descreve o autor anônimo do Sumário das Armadas que:

[...] as várzeas é somente a boa terra do Brasil; que os outeiros ou altos não dão cana, ao menos nestas capitanias do N.; e quando neles acerta a terra ser boa, dá mantimentos, mas não cana, que somente se dá nas várzeas; que é a terra baixa, ao longo dos rios, ou de grandes alagadiços, que no Brasil há muitos, principalmente perto do mar onde os há grande; e as matas das árvores são muito e muito mais altas e grossas que no sertão, onde não há rios nem águas, senão de poço, que com muita dificuldade se acham (SUMÁRIO..., 1983, p. 22-23).

O mantimento do qual o autor se refere é a mandioca, considerada o alimento principal dos indígenas e que, posteriormente, tornou-se a base alimentar dos estrangeiros que moravam no Brasil. Os termos várzea e outeiros não se referem à classificação do solo, mas à topografia da área na qual se encontrava a terra boa para o cultivo agrícola. Nos dias atuais, esses dois termos ainda são empregados, nos estudos da geomorfologia, para a caracterização de paisagens. Segundo Guerra e Guerra (2008), as várzeas constituem-se de terrenos quase planos localizados junto às margens de rios, que são aproveitados para a agricultura, e a palavra outeiros refere-se a pequenos morros cuja altitude não ultrapassam os 100 m.

Na década de 1590, a ocupação territorial não ia além dos limites iniciais da cidade, nas margens do rio Paraíba do Norte e de aldeamentos nas imediações da desembocadura do rio Mamanguape. As planícies marinhas não eram muito habitadas, devido às situações insalubres que a área, na época, proporcionava. Parece que esses locais serviam de postos de observações militares e de aldeamentos indígenas liderados pelas ordens religiosas (jesuítas, franciscanas, beneditinas e carmelitas). Em 1590 ergueu-se a terceira fortificação da província, na margem direita da barra de Cabedelo (Figura 2 a). As outras duas fortificações constituíam-se no forte



do Varadouro (1585), localizado na margem esquerda do rio Sanhauá, e no fortim São Sebastião, localizado na margem do rio Inhobim (1587) (SUMÁRIO..., 1983; MACHADO, 1977).

Na primeira década do século XVII, já existiam 12 engenhos em atividade na Paraíba (BARLEUS, 1940). Segundo Almeida, H. (1978), os primeiros senhores de engenhos da Paraíba vieram de Pernambuco, logo após a conquista, trazendo consigo os seus recursos em dinheiro, a escravaria, a técnica de fundar safra e fabricar açúcar e seu estilo de vida.

Os aldeamentos indígenas também já haviam sido remanejados e se espalhado por quase todos os extremos dos limites da província (Figura 2 a). Uma das primeiras aldeias a ser removida do seu lugar de origem, segundo Salvador (2010), foi a dos Tabajaras, chefiada pelo cacique Braço de Peixe (Piragibe), que habitavam a região do atual bairro Ilha do Bispo, em João Pessoa. Esse aldeamento foi dividido em dois grupos. Uma parte assentou-se nas proximidades do rio Inhobim, e a outra parte ocupou uma área, onde hoje existe o distrito Nossa Senhora do Livramento, em Santa Rita-PB (Figura 2 a).

Com a chegada da ordem religiosa das carmelitas à Paraíba, iniciou-se a ocupação a noroeste da barra do Cabedelo, nas margens do rio Soé. Nesse local, foi construída a igreja de Nossa Senhora da Guia, localizada estrategicamente em uma colina, onde se tinha uma visão panorâmica da desembocadura. Nas partes baixas, levantaram-se aldeias indígenas lideradas por esses religiosos (Figura 2 a) (ALMEIDA, H., 1978).

Outras localizações na porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte já se encontravam habitadas por aldeias indígenas e por ordens religiosas, que mantinham conventos próximos a esses aldeamentos. A exemplo, tem-se a aldeia indígena na barra do Cabedelo e as aldeias indígenas da praia de Tambaú local onde existiu, segundo Almeida, H. (1978), o convento dos franciscanos denominado de Santo Antônio, que desapareceu com o decorrer das mudanças de uso e ocupação da área (Figura 2 a).

Na terceira década do século XVII, já se contabilizavam 18 engenhos de açúcar na Paraíba, conforme relata Barleus (1940) em documentos escrito para os holandeses. Com relação à ocupação das várzeas, próximo a esse período, descreve Salvador (2010, p. 222) que o rio Paraíba do Norte se constitui de:

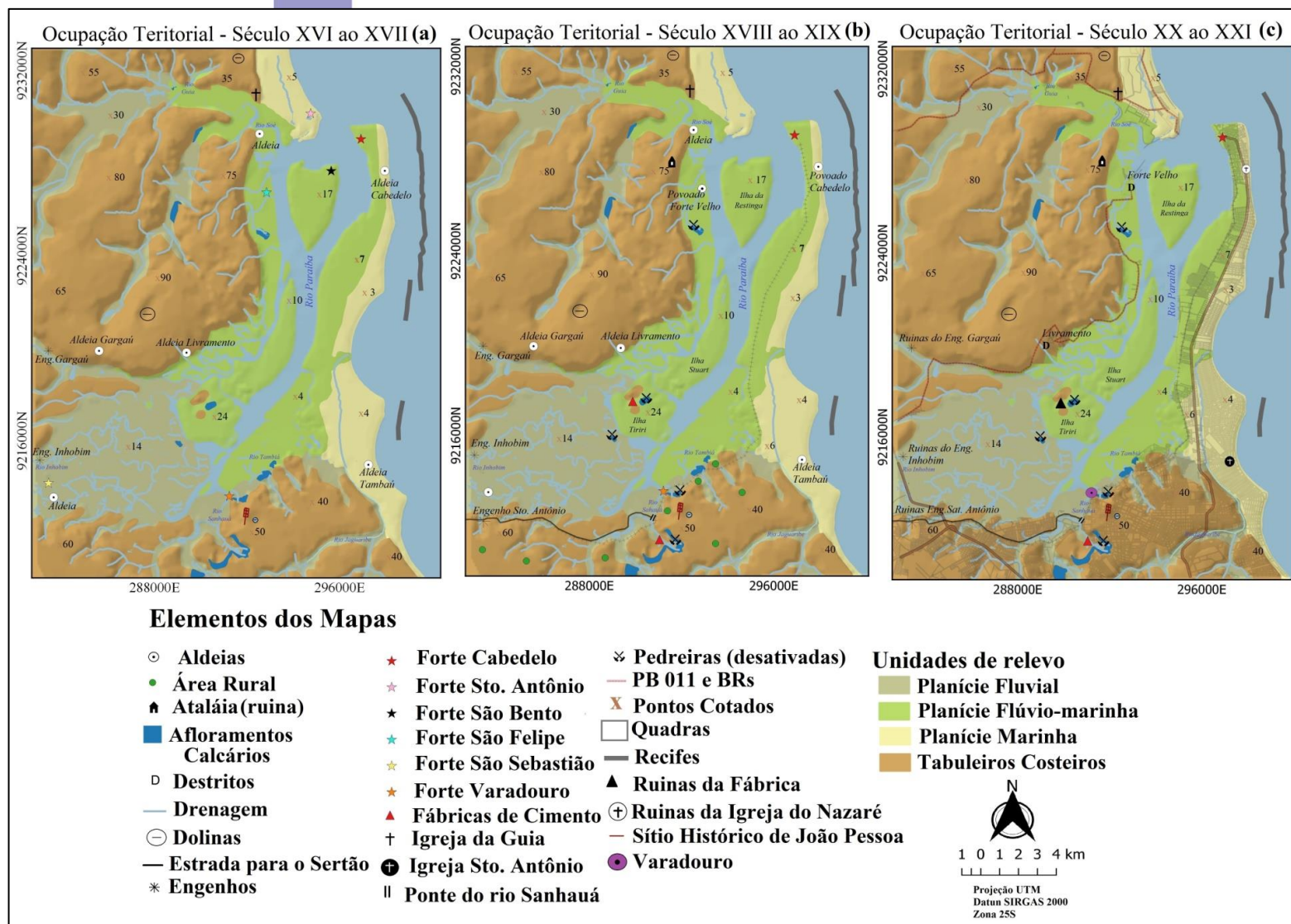
[...] uma várzea de mais de quatorze léguas de comprido e de largo duas mil braças, toda retalhada de esteiros e rios caudales de água doce, que já hoje está toda povoada de cannas de assucar e engenhos, pera os quaes dão os mangues do salgado lenha pera se cozer o assucar e pera cinza da decoada em que se limpa.



Em 1631 e 1634, edificaram-se mais dois fortes na barra do Cabedelo (Figura 2 a), devido aos ataques dos holandeses à província: o forte Santo Antônio (1631), construído ao norte da barra, sobre terrenos da planície marinha, em Lucena-PB; e o forte São Bento (1634), edificado na ponta esquerda da ilha da Restinga, em frente à desembocadura (PINTO, 1977).



Figura 2: Mapas da ocupação territorial da porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte-PB, do século XVI ao XXI



Fonte: Adaptado de Lavor (2016).

De 1634 a 1654, a Paraíba ficou sob domínio holandês, após sangrentas batalhas contra os portugueses. Nessa época, o forte Santo Antônio foi demolido, ficando no local apenas uma torre de observação, enquanto que os fortes São Bento, Cabedelo e Varadouro foram mantidos e reformados pelo comando provincial (BARLEUS, 1940). Com relação ao forte São Sebastião, Almeida, H. (1978) relata que foi extinto em 1608, a mando do governador Diogo Campus.

No período em que a Paraíba estava sob domínio dos holandeses, quase nenhuma melhoria foi feita na região. A contribuição mais significativa dos representantes dos países baixos da Europa se deu por meio de suas publicações científicas descritivas, associadas a uma cartografia de alta tecnologia para a época (ALMEIDA, H., 1978).

A descrição geográfica mais conhecida sobre a província da Paraíba nos anos dos neerlandeses foi escrita por Elias Herckmans, em 1639 (governador da Paraíba de 1636 a 1639). Nessa obra, ele descreveu o espaço físico da área, dando ênfase às formas de uso e ocupação do baixo curso do rio da Paraíba do Norte. Sobre o rio, Herckmans (1982, p. 10-18) destaca que:

[...] na entrada sobre a margem meridional há uma ponta chamada Cabedelo, onde existe um fortim com nome Santa Catarina, mas depois da nossa conquista, fez-se dele um grande forte, a que deu o nome Margareta. Do lado norte e defronte do dito forte existe também um outro chamado S. Antônio. S. Excelência o Conde Maurício de Nassau, [...] tendo ido ali, e examinado a situação e a fortaleza dessa obra, mandou que a deixasse [...] demolir; no ano de 1639 porém resolveu S. Excelência levantar de novo o dito forte, dando-se-lhe um circuito ou âmbito menor. Cerca de quatro léguas espanhola daí para o ocidente fica o forte chamado Restinga [...]. No tempo do rei da Espanha este fortim tinha o nome de S. Bento [...]. Demora na ponta da ilha que o rei deu aos frades de S. Bento, e por isso a denominam de ilha dos Frades, a qual se estende pelo rio acima obra de duas léguas, e se acha quase toda deserta e coberta de mata, não sendo mui própria para causa alguma. Presentemente vagueia aí 60 ou 70 cabeças de gado, que os neerlandeses nela meteram no ano de 1636 para servirem de alimento aos fortes nas ocasiões de necessidades ou invasão do inimigo. Mas esse gado se acha agora tão selvagem que não se pode pegar uma só cabeça, a não ser deitando-se abaixo uma parte da mata, fazendo círculos onde se mete toda a tropa com cães educados para esse fim, segundo o modo usado pelos criadores de gado do Brasil. Por trás dessa ilha passa um canal do rio Paraíba, sobre cuja margem setentrional, obra de meia légua do forte S. Antônio, fica o lugar chamado Forte Velho [...]. [...] Deste lugar para o ocidente, desemboca atrás dessa ilha um pequeno rio chamado Nossa Senhora da Guia o qual vem do norte a uma pequena légua do interior, e junto dele fica em um monte uma igreja de mesmo nome [...]. Ao norte da extremidade ocidental dessa ilha de São Bento entra o rio Gargaú, e prolonga-se para o noroeste e um pouco para o ocidente, procurando a terra de Gargaú, onde fica um engenho de fazer açúcar [...]. Para o norte e sobre os montes do mesmo engenho se acha uma aldeia de índio, também chamada de Gargaú [...]. A uma pequena meia légua para o ocidente da ilha, se vê um espaçoso recôncavo ou baía à margem meridional do Paraíba.



Chegando aí o rio lança um braço ou canal para o ocidente, chamado rio Tambian (Tambiá) [...]. O rio Paraíba é aí bastante largo; tem de um a outro lado as margens mui baixas com bosques inundados, cujo arvoredado se acha n'água e debaixo d'água, principalmente as árvores chamadas mangues. [...] nessas árvores e ramos crescem as ostras em grande quantidade à flor d'água [...]. [...] um pouco mais para o sul, fica a boca do Varadouro, que faz uma larga baía estendendo-se quase um quarto de légua para o interior até a praia, da qual dista pouco mais ou menos um quarto de hora de viagem à cidade, situada acima sobre um ponto mais alto. Há aí um reduto de pedra, onde se faz guarda, o qual já se achava acabado no tempo do rei e servia para a guarda dos armazéns de açúcar [...]. [...] A cidade Frederica (Anteriormente chamada de Felipeia de Nossa Senhora das Neves) está situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica defronte da Baía do Varadouro[...]. [...] Na ponta meridional do Varadouro sai um pequeno rio chamado das marés; forma-se cerca de duas léguas para o interior, de várias pequenas ribeiras e a meia légua daqui pouco mais ou menos se apresenta como um rio que engrossa ou míngua com as marés donde procede o nome que tem. Há aí mexilhões como na Holanda na ponta para o lado do ocidente há também um canal que passa por trás da terra alagada, onde se apanham ostras; confunde-se um pouco baixas com o Paraíba e, segundo alguns dizem, é o mesmo rio Tambiá, de que anteriormente falamos. Fora do Varadouro, subindo o rio durante os Barreiros, que quer dizer sítio onde há muito barro, tem um engenho onde se costuma cozer muitos vasos e telhas para as coberturas das casas. Quase confronte a este engenho, rio acima, desemboca o Inhobim no Paraíba; corre ao longo do lado setentrional da várzea do Paraíba, prolongando com os montes, e tem quatro ou cinco léguas de extensão pouco mais ou menos. Às suas margens ficam quatro engenhos [...] Engenho do Meio [...], Engenho Inhobim [...], Engenho Velho [...], e Engenho Novo. [...] Cumpre acrescentar que este rio corre, desde a foz até o primeiro Engenho fazendo tantas curvas e voltas que, para chegar a um sítio que se ache em distância de uma légua, se há de subir ou descer duas pelo mesmo rio (HERCKMANS, 1982, p. 10-18).

A descrição que Herckmans (1982) fez da porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte trouxe elementos que, de certa maneira, demonstram que os holandeses mantiveram a lógica territorial de seus antecessores portugueses, mantendo, nas Planícies Litorâneas, as fortificações, atreladas aos aldeamentos indígenas, igrejas e conventos de ordens religiosas, onde seus habitantes serviam aos holandeses como pelotões de batalhas (Figura 2 a).

Outra evidência explanada nos escritos de Herckmans (1982) refere-se aos caminhos que eram percorridos por embarcações na região do baixo curso. Parece que o diretor da província descreveu aquilo que era visto na paisagem pelos tripulantes, durante o trânsito das embarcações. Ele também relatou o crescimento da povoação a noroeste do baixo curso, destacando a existência: do engenho e da aldeia de Guargaú, nas margens do rio de mesmo nome; do povoamento que se formou no local do antigo forte São Felipe, já denominado, naquela época, de Forte Velho; e das formas de uso que se davam às terras das várzeas, por meio de olarias e engenhos de açúcar (Figura 2 a).



Quando Herckmans (1982) descreveu o rio Marés, na perspectiva de ser a continuação do rio Tambiá, parece que se referia ao rio Sanhauá, pois, ao mencionar o ponto meridional do Varadouro, tem-se a impressão de que o autor está se referindo à convergência do rio Marés com o Sanhauá, uma vez que, ao confluir com o rio Paraíba do Norte, forma uma baía justamente no antigo porto do Varadouro (Figura 2 a). Não se sabe ao certo quando esse rio foi denominado de Sanhauá, pois, nos documentos icnográficos e nos relatórios consultados para esta pesquisa, esse nome não aparece, e quando se têm descrições sobre esse afluente do Paraíba, ele é apontado como baía, porto do Varadouro, ou rio das Marés.

A estadia dos holandeses na Paraíba é marcada pelo início das expedições ao interior do continente em busca de novos recursos para exploração. Antes dos holandeses, não se tem conhecimento de expedições para o interior, no máximo, os portugueses adentraram o continente até a região de Copaoba, a noroeste da barra de Cabedelo. O que se caracterizou no período pré holandês foi a expansão territorial da Paraíba no sentido sul-norte na região litorânea, contribuindo para as conquistas dos litorais do Rio Grande (atual Rio Grande do Norte), do Ceará e do Maranhão (ALMEIDA, H., 1978).

O fim do período holandês na região foi em 1654. No primeiro ano, a partir daí, a província estava dizimada, devido à falta de investimento dos antigos governantes e da guerra que se sucedeu com os portugueses, resultando na retomada do poder e na devastação da área por conta das batalhas (MACHADO, 1977).

Pinto (1977) destaca que, após a expulsão dos flamengos, a região contava apenas com dois engenhos de açúcar em condições de funcionamento. Só em 1657, no governo de João Fernandes Vieira, é que a província teve prosperidade, devido aos retornos de alguns senhores de engenhos, ao melhoramento nas fortificações da praça, ao andamento jurídico-administrativo de pendências e à retomada da agricultura, o que resultou no crescimento do número de engenhos para 42 em toda a província.

No final do século XVII e início do XVIII, a Paraíba encontrava-se pacificada. A economia colonial, ainda primária, modificou-se com a ocupação dos sertões. No litoral, continuava o predomínio da cana-de-açúcar, que se constituía na única fonte de renda. Além disso, também se plantavam lavouras de subsistência, algodão para pávio, mechas de candeias ou para a tecelagem de tecidos usados na fabricação de redes. Porém, essas atividades não pesavam na economia do erário (ALMEIDA, H., 1978).

O mercado interno encontrava-se subordinado a Pernambuco, assim como a exportação de provimentos para a Europa. Os produtores do sertão participavam das feiras de Olinda e Goiana, e os navios de cargas saíam do porto de Pernambuco para a Europa. O porto da Paraíba



não recebia mais quase nenhum navio e, com isso, perdiam-se divisas, dificultando a arrecadação de impostos para a região (PINTO, 1977).

A vida na Paraíba corria ordeira, na rotina dos trabalhos, sem guerra nem rumores dela. Devido a isso, percebe-se, nos escritos, que a calma deu sossego aos seus governantes, o que gerou a iniciativa de reorganizar a cidade litorânea, agora denominada Parahyba, nos moldes da crescente ideia de modernidade e higienismo do velho mundo. Por cartas régias, o rei de Portugal mandou que os seus dirigentes reestruturassem os edifícios da cidade, utilizando materiais resistentes ao tempo. Foi, também, nesse período que se iniciaram as construções de fontes e chafarizes de abastecimento de água em vários pontos da cidade. Essas fontes e chafarizes eram construídas nas encostas dos tabuleiros costeiros e no fundo de vales e mananciais (PINTO, 1977; ALMEIDA, H., 1978; SILVA, 2007; ARAÚJO E LAVOR; 2019).

Muitos dos edifícios reconstruídos e estruturas edificadas nesse período foram feitos de uma mistura de rochas calcárias e lateritas encontradas na região, associadas a um tipo de argamassa, a cal. Como exemplo, pode-se citar o forte de Santa Catarina, localizado na cidade de Cabedelo (Figura 2 b), que inicialmente foi construído de madeira (1590), passando por diversas reformas, mas apenas no século XVIII, após a saída dos holandeses, é que a obra foi toda refeita de cal e de uma mistura de rochas calcárias e lateritas (PINTO, 1977).

Outro exemplo de edificações realizadas no mesmo período foi às Atalaias, construídas sobre as superfícies dos tabuleiros costeiros na iminência de serem utilizadas como torres de observações. Atualmente, existe apenas um exemplar dessas fortificações, que se encontra em ruínas nas imediações do distrito de Forte Velho, município de Santa Rita -PB (Figura b e c). Sua estrutura é formada por fragmentos de rochas, predominando as lateritas, unidas por uma argamassa que, possivelmente, seja de cal.

É importante mencionar que o material empregado na sua construção ocorre em abundância na região. Além disso, muitos pesquisadores remetem essa construção ao tempo de conquista da Paraíba, alegando ser ela uma parte que sobrou do antigo forte São Felipe. Porém, analisando-se os documentos históricos e os mapas icnográficos do período de conquista, não se encontrou qualquer registro sobre esse monumento. No entanto, essa estrutura aparece em dois mapas e em duas ordens régias datados do século XVIII, o que leva a crer que a mesma tenha sido construída na metade do século XVIII ou no início do século XIX (LAVOR, 2016).

Ainda com relação às mudanças ocorridas no século XVIII, pode-se acrescentar o fato de a “casa da cidade tornar-se a residência mais importante do fazendeiro ou do dono de engenho, que só iam a sua propriedade rural no momento do corte ou da moenda da cana”



(BASTIDE, 1978 apud SANTOS, M., 1993, p. 21). Em decorrência dessa mudança de estilo de vida, surge um novo cenário estrutural nas cidades litorâneas, tornando-as mais habitáveis.

Na Paraíba, o crescimento de sua principal cidade foi muito lento, ocorrendo de modo incipiente durante o século XVIII. Araújo (2012) destaca que, durante esse século e o seguinte, a cidade da Parahyba cresceu lentamente pelos espaços existentes "entre conventos e, simultaneamente, subordinada às limitações morfológicas e ambientais do sítio. Pois, a oeste e ao norte, a cidade estava cercada por florestas e manguezais, e a sudeste existia um charco que impedia seu crescimento para o litoral". Devido a isso, a expansão do povoamento se limitou aos trechos de divisores de água que separavam as áreas deprimidas e os mangues (Figura 2 b).

No final do século XVIII e início do XIX, as relações comerciais entre a população sertaneja e a litorânea existiam de modo incipiente, visto que os sertanejos preferiam realizar o comércio para as bandas de Pernambuco ao invés de virem ao litoral paraibano. Um dos motivos seriam as vias de acesso para o litoral. Segundo Almeida, H. (1978), a estrada para Pernambuco era muito mais segura do que a que vinha para a cidade da Parahyba. O melhor acesso à cidade da Parahyba se dava pela ponte do rio Sanhauá (figura 2 b), do contrário, o indivíduo teria que atravessar o rio por meio de barçaça, ou contornar a sua nascente, na altura do Mumbaba, por caminhos difíceis e distantes para a época (ALMEIDA, H., 1978).

Com relação à situação da Paraíba na primeira década do século XIX, destaca-se o comentário de um jovem inglês chamado Henry Koster, que veio à Paraíba em 1810 e, dessa viagem, relatou suas impressões sobre a região, em um livro publicado na Inglaterra de nome "Viagens ao Nordeste do Brasil". Nesse livro, têm-se relatos sobre a situação da capitania no século em questão. Assim ele descreve:

A cidade da Paraíba tem aproximadamente dois a três mil habitantes, compreendendo a parte baixa. Há vários indícios de que fora mais importante que atualmente. Trabalham para embelezar mas o pouco que se realiza é a custa do Governo, ou melhor, por querer o Governador deixar uma boa lembrança de sua administração. A principal rua é pavimentada com grandes pedras mas devia ser reparada [...] A paisagem vista da janela é uma linda visão peculiar ao Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas eminências meio ocultas pelas árvores soberbas. As manchas dos terrenos cultivados são apenas perceptíveis. A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas, e situadas ao lado de uma espaçosa baía ou lago, formada pela junção de três rios, fazendo a descarga de suas águas no mar por um longo canal. As margens dessa baía, como as de todos os rios salgados da região, são cobertas de mangues, tão unidos e compactos que parece não haver saída. Não acompanhei o rio até o mar, mas soube que havia algumas lindas ilhas, com terrenos ótimos, mas incultos. [...] O comércio da Paraíba é pouco considerável não obstante o rio



permitir que navios de 150 toneladas transpunha a barra. Desde que eles se encontrem na baía, diante da cidade baixa, qualquer corda os mantém e podem estar ao abrigo dos perigos. [...] Paraíba está fora da estrada que vem do Sertão a recife, quer dizer, está arredada do caminho para as cidades situadas no litoral, para o norte. Os habitantes do Sertão, do interior, vão mais a Recife por estes apresentar pronto mercado aos seus produtos [...]. (KOSTER, 1978, p. 69-71).

Essa descrição confirma aquilo que outros documentos históricos referenciam e, também, permite vislumbrar a paisagem da cidade em 1810, com suas pequenas casas de terrenos espaçados, entre bosques e colinas bordejando e, ainda, a importância da baía do Sanhauá no cotidiano dos moradores. Em outros parágrafos, o autor também comenta os tipos de casas que existiam na cidade, apontando na perspectiva de que as casas dos ricos eram de excelência e que as terras da capitania geralmente eram férteis e o açúcar igual ao de qualquer outro lugar do Brasil.

É pertinente destacar que o século XIX foi marcado por mudanças significativas na política e, conseqüentemente, na configuração do espaço geográfico. É nesse século que se têm: (a) a mudança da corte portuguesa para o Brasil (1808); (b) a Revolução Pernambucana (1817); (c) a Revolução Liberal do Porto (1820); (d) o retorno da corte portuguesa a Portugal (1821); (e) a Proclamação da Independência (1822); (f) a Lei de Terras (1850); (g) a abolição da escravatura (1888); (h) a Proclamação da República (1889); etc.

Dentre essas mudanças, destaca-se a vinda da corte portuguesa para o Brasil, introduzindo novos conceitos de cidade às capitanias. Há, também, a criação da Lei de Terras, de 1850, efetivada durante o Império e que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras. Essa lei deu origem aos proprietários de terras, ao latifúndio no Brasil e ao mercado de compras e vendas de propriedades, que se constituíam de recursos naturais.

Além disso, ocorreram significativas mudanças no mercado econômico do Brasil, que, de certa maneira, interferiram na configuração espacial do baixo curso do rio Paraíba do Norte, pois novas produções agrícolas foram introduzidas no espaço, aumentando a arrecadação de impostos, gerando melhorias nas técnicas de produção e na infraestrutura da cidade, contribuindo na modificação da paisagem natural.

Com a produção de açúcar instalada nas Antilhas, o mercado açucareiro do Brasil passou por uma queda de preço e, após a Guerra de Sucessão ocorrida nos Estados Unidos da América, o algodão passou a ser cultivado nas várzeas dos rios litorâneos, dividindo espaço com a cana-de-açúcar. Na década de 1860, o algodão se transformou no principal produto de



exportação da Paraíba. Essa situação de desenvolvimento econômico se projetou de forma relativamente estável até as últimas décadas do século XIX, dividindo espaço com o açúcar, que, mesmo em queda, não deixou de ser cultivado e teve sua produção melhorada no país (ANDRADE, 1963; ARAÚJO, 2012).

Na metade do século XIX, teve-se o melhoramento das técnicas na produção do açúcar nordestino. Surgiram os primeiros engenhos movidos a vapor, em substituição da força braçal, da tração animal e dos moinhos hidráulicos. Ocorreu, também, o melhoramento no processo de clareamento do açúcar, libertando-se do rotineiro processo de purgar o açúcar com barro, generalizando-se o uso do bagaço como combustível, atenuando a destruição das matas, transformando-se gradativamente o bagaço em lenha (ANDRADE, 1963).

A partir desses melhoramentos, passou-se a tratar da instalação dos engenhos centrais, que, segundo Andrade (1963, p. 83), seriam máquinas “possantes capazes de esmagar canas de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade e que, de acordo com seus idealizadores, separariam a atividade agrícola da industrial”.

Com o aumento da produção de açúcar e a forte demanda do algodão cultivado na Paraíba, surgiu a necessidade de melhorias no transporte de cargas, a princípio, de rodagem e, posteriormente, de ferro, que ligariam os engenhos distantes ao litoral. Assim, em 1881, foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro Conde d’Eu, que interligava o litoral à cidade de Sapé. Em 1889, um ano depois da instalação do engenho central São João, atual Usina São João, inaugurou-se o trecho da linha de ferro que interligava o Varadouro ao povoado de Cabedelo (Figura 2 b). A cidade da Parahyba também ganhou a instalação de bondes, telégrafos, iluminação pública nas principais vias de acesso e rede de abastecimento de água, mediante poços amazonas e construção de chafarizes em locais estratégicos. Também foi nesse período, 1889, que foi inaugurada a primeira fábrica de cimento da América Latina, na Paraíba. Essa fábrica localizava-se na ilha do Tiriri, na zona estuarina do baixo curso do rio Paraíba do Norte (Figura 2 b). Seu período de funcionamento foi curto, durou apenas nove meses. Porém, anos depois, instalou-se a fábrica de cimento Portland, no Varadouro, nas terras do antigo engenho da Graça (SANTOS, J., 1928; GOUVÊS, 2013).

O comércio de pedra calcária já existia na região. As pedreiras localizavam-se nas vertentes voltadas para oeste dos Tabuleiros Litorâneos de João Pessoa, e nas margens dos rios Paraíba (Figura 2 b) e Gramame. Geralmente, eram exploradas pelos proprietários dos terrenos e muitos deles também forneciam caulim para a construção civil (SANTOS, J., 1928). Esses comerciantes se apropriavam de recursos da terra, assim como os pequenos agricultores rurais, que viviam sitiados em chácaras localizadas nas regiões periféricas da cidade da Parahyba



(Figura 2 b). Juntos, eles mantinham o comércio interno da cidade, com produtos de subsistência e materiais para a construção.

O surgimento da fábrica de cimento, das pedreiras e dos fornos de cal para fins comerciais gerou mudança no valor de uso da rocha calcária. Nos primeiros tempos de conquista da Paraíba, a rocha exercia o valor de funcionalidade, que, com o passar dos anos, foi adquirindo valor econômico para a sociedade em vista, assemelhando-se ao valor atribuído ao solo e à extração de minerais preciosos. Segundo Gray (2004), foram os recursos naturais abióticos que contribuíram, ao longo dos séculos, com o desenvolvimento das sociedades, pois forneceram uma gama de materiais necessários para o progresso tecnológico da modernidade.

Ainda com relação à ocupação territorial da região no século XIX, verifica-se que as planícies marinhas ainda eram consideradas inóspitas para a população que morava na margem do rio Sanhauá. A elite paraibana só começou a frequentar as praias no final do século XIX. Segundo Vasconcelos Filho (2003, p. 54), “as praias de veraneio dessa sociedade estavam em Cabedelo, um pequeno povoado pertencente à Capital” (Figura 2 b). Ponta de Matos, Camboinha, Poço e Formosa eram as praias mais procuradas por essa sociedade, para fins de lazer e veraneio. O deslocamento dessas pessoas era feito por trem.

O início do século XX foi marcado por um novo sistema de governo no Brasil, a Primeira República. O sentimento de patriotismo era imenso nessa época e, por essa razão, existia uma negação da população brasileira a tudo que se remetia ao Império, e um desejo de modernidade crescente. Freyre (1925) relata que, quando era ainda criança, associava a “[...] palavra colônia à ideia de vergonhoso ou ridículo [...]”. Assim, também destaca Bezerra, A. (1921), que a cidade da Parahyba estava mudando radicalmente de aspecto, perdendo sua feição colonial. Ele também relata o pensamento dominante da população naquele período, que era o de reformar radicalmente toda a cidade, demolindo prédios antigos.

O governador Álvaro Machado tratou de iniciar um projeto de abastecimento de água encanada, assim como a ampliação da rede de transporte público da cidade. Segundo Rodrigues (1994) a ideia era de expandir os limites da cidade em direção ao mar, bem como facilitar o acesso das pessoas até a praia de Tambaú (Figura 2 c). Segundo Vasconcelos Filho (2003), algumas mudanças tiveram que ser feitas na paisagem, para que houvesse a instalação da ferrovia Tambaú, como, por exemplo, os aterramentos de maceiós e de lagoas para a implantação do trilho.

Com a nova rota para o litoral, a população começou a se dirigir para as praias do atual município de João Pessoa, deixando de frequentar as praias de Cabedelo. Um dos motivos seria a questão da erosão marinha, que, no final do século XIX, destruiu ruas e casas de veraneio no



povoado de Cabedelo, afugentando pouco a pouco as pessoas do local. Outra razão que levou a população à praia de Tambaú foi o aterramento de lagoas e outros ambientes lacustres que abrigavam grandes focos de mosquito transmissor de malária, que, por consequência, afastavam as pessoas da orla (RODRIGUES, 1994).

A partir de 1930, a cidade da Parahyba já se chamava João Pessoa (1930); Cabedelo se emancipou do município de João Pessoa (1957), assim como Bayeux (1957) e Lucena se emanciparam de Santa Rita (BRASIL, 2016). A década de 1960 foi marcada pela intensificação do processo de ocupação da orla do baixo curso do rio Paraíba do Norte (Figura 2 c). A abertura da Avenida Epitácio Pessoa, associada à construção dos bairros de Miramar e dos Estados, incentivaram o adensamento das áreas litorâneas, nas planícies costeiras (ALVES; FARIAS; ARAÚJO, 2009). A inauguração do porto de Cabedelo, em 1935, também consolidou a ocupação da orla para o norte, com a implantação de infraestrutura portuária e habitações para seus funcionários na praia de Ponta de Matos (FALCÃO; LIMA; BORGES, 2005).

No final do século XX, os bairros residenciais se distanciaram da antiga cidade, que se transformou em centro comercial. Os prédios antigos, que serviam de residência para antigos senhores de engenhos, começaram a ser utilizados como prédios comerciais. Segundo Maia (2000), nos anos de 1970, a cidade de João Pessoa já havia ocupado boa parte da faixa litorânea, rompendo com os antigos limites rurais e naturais e engolindo sítios e fazendas que, anteriormente, ocupavam vales de rios e manguezais. Tudo isso, devido à política habitacional implantada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1972.

Segundo Vasconcelos Filho (2003), na década de 1990, João Pessoa ultrapassou seus limites municipais, conurbando-se com o município de Cabedelo, devido à expansão dos bairros do Bessa, em João Pessoa, e Intermares, em Cabedelo (Figura 2 c).

Atualmente, o processo de ocupação está se intensificando na direção do litoral sul do Estado, e a tendência é acontecer o mesmo fenômeno que ocorreu entre João Pessoa e Cabedelo. Nesse caso, a malha urbana de João Pessoa intersectará com as praias do município do Conde. Bayeux e Santa Rita, desde que surgiram, tiveram seus núcleos urbanos interligados ao da capital paraibana. Boa parte dos municípios de Lucena e Santa Rita é considerada área rural, até hoje usada para o plantio de cana-de-açúcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa abordagem sobre o processo de ocupação do baixo curso do rio Paraíba do Norte, percebe-se que a geodiversidade, mesmo aparecendo como fator coadjuvante na



história, ora encarada como obstáculos a serem vencidos, ora como elementos fundamentais ao processo de assentamento e desenvolvimento, subsidiou as conquistas empreendidas por aqueles que, por aqui, inicialmente estiveram. No caso específico do litoral paraibano, os elementos da geodiversidade que mais influenciaram na ocupação do baixo curso do rio Paraíba do Norte foram: os solos das planícies aluviais, a água, a topografia e a geologia do ambiente.

Assim surgiu a lógica territorial implantada no litoral paraibano, onde planícies fluviais foram utilizadas para a instalação de engenhos, áreas mais elevadas foram utilizadas para construção de núcleos de povoamento, enquanto que as planícies litorâneas foram aos poucos sendo povoadas, inicialmente, com a implantação de fortificações e, posteriormente, com o surgimento de aldeias. Só no século XX é que se verificou, na historiografia da região, o uso das orlas para fins recreativos e de moradias.

Diante dessas considerações, percebe-se que a forma de colonização que os portugueses implantaram na região deixou marcas de uma civilização que transformou a paisagem em decorrência de seu modo de produção. Aproveitando-se de técnicas e de conhecimentos herdados de seus antecessores, os colonizadores se apropriaram da natureza como recurso, expulsaram os índios e edificaram suas marcas na paisagem, representadas por formas espaciais do passado que hoje se misturam com as atuais.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. S.; FARIAS, M. S. S.; ARAÚJO, A. F. Levantamento dos impactos ambientais na bacia do Jaguaribe em João Pessoa e suas possíveis ações mitigatórias. **Centro Científico Conhecer – Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 5, n. 8, p. 1-10, 2009.

ANDRADE, C. M. **A terra e o homem do Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1963.

ARAÚJO, M. E; LAVOR, L.F. As fontes de água e o chafariz do Gravatá na Parayba, atual cidade de João Pessoa. In: SILVA, A.B; GUTIERRES, H. E; GALVÃO, J. C. Paraíba: Pluralidade e Representações Geográficas 3. Campina Grande: EDUFPG, p 237 - 255, 2019.

ARAÚJO, M. E. **Água e rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade João Pessoa – Paraíba**. 2012. 297 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BARBOSA, J. A.; **Deposição carbonática na faixa costeira Recife-Natal: aspectos estratigráficos, geoquímicos e paleontológicos**. 2007. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BARLEUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Tradução de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.



BEZERRA, A. A nossa urbs e o modernismo. **Revista Era Nova**, Parahyba, anno 1, n. 1, 1921. Não paginado.

BRILHA, J. **Património geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. Braga: Palimage, Viseu, 2005.

CORREA FILHO, O. J.; ALENCAR, M. L.; BARBOSA, J. A.; NEUMANN, V. H. Proposta de formalização da formação Tambaba, Eoceno da bacia Paraíba, NE do Brasil. **Estudos Geológicos**, v. 25, n. 2, p. 61-81, 2015.

FALCÃO, S. M.; LIMA, E. R. V.; BORGES, U. N. Alterações na paisagem da orla marítima de Cabedelo em decorrência da dinâmica de ocupação da área. **Cadernos do Logepa**, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2005.

FREYRE, G. A physionomia das novas cidades. **Revista Era Nova**, Parahyba, anno v, n. 76, 1925. Não paginado.

GOUVÊS, H. A descoberta do cimento: Paraíba teve a primeira fábrica da América Latina. **A União**, Caderno de Turismo, João Pessoa, domingo, 23 jun. 2013.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2004.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HERCKMANS, E. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.
KOSTER, H. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XVII).

LAVOR, L. F. **Geodiversidade e sítios históricos na porção terminal do baixo curso do rio Paraíba do Norte - PB**. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LEAL E SÁ, L. T. **Levantamento geológico-geomorfológico da bacia Pernambuco-Paraíba, no trecho compreendido entre Recife-PE e João Pessoa-PB**. 1998. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

LICCARDO, A. A geodiversidade no patrimônio cultural construído do estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 47., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: SBG, 2014.

MABESOONE, J. M. Sedimentologia da faixa sedimentar costeira Recife-João Pessoa. **Boletim Sociedade Brasileira de Geologia**, São Paulo, v. 16, 1967.

MACHADO, M. L. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1977.



MAIA, D. S. **Tempos lentos na cidade:** permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. 2000. 363 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOREIRA, E. R. F. **O espaço natural paraibano:** versão preliminar e sujeito a alterações. João Pessoa: DGEOC, 2006.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA FILHA, M. B. B. L. **De Filipéia à Paraíba:** uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: Séculos XVI- XVIII. 2005. 464 f. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade do Porto, Porto, 2005.

OMEGNA, N. **A cidade colonial.** Brasília: Instituto Nacional do Livro, EBRASA, 1971.

PAIXÃO, M. C. S.; FONSÊCA, M. B. Etanol na Paraíba: barreiras comerciais e perspectivas de aumento das exportações. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 3, p. 585-609, jul./set. 2012.

PINTO, I. F. **Datas e notas para a história da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1977.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil.** Brasília: Senado Federal, (c.1627) 2010. (Edições do Senado Federal, 131).

SANTOS, J. D. **Os calcários do estuário do rio Parahyba e seus arredores.** Parahyba do Norte, 1928.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A natureza do espaço:** espaço e tempo: razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A Urbanização brasileira.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

ALMEIDA, H. **História da Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1978.

SERRANO C, E.; FLAÑO, R. P. Geodiversidade: concepto, evaluación y aplicación territorial: el caso de Tiermes Caracena (Soria). **Boletim de la A. G. E.**, La Rioja, n. 45, p. 79-98, 2007.

SILVA, L. M. T. **Parahyba, uma cidade esquecida no império do Brasil (1822 – 1859).** 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SUMÁRIO das Armadas. Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. In: HISTÓRIA da conquista da Parahyba. Campina Grande: Fundação Universidade Regional do Nordeste/Universidade Federal da Paraíba, 1983. 102 p.



VASCONCELOS FILHO, J. M. **A produção e reprodução do espaço urbano no Litoral Norte de João Pessoa.** 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Geográficas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.



CAPÍTULO 02

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DO PARQUE EÓLICO VENTOS DE SANTA JOANA XVI, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MARCOLÂNDIA-PI.*Jaerle Rodrigues Campêlo*

RESUMO: A constante busca por fontes de geração de energia renováveis visa mitigar os impactos socioambientais provocados pela utilização dos combustíveis fósseis. Com o estabelecimento desse cenário, a energia eólica obtida por meio do “movimento dos ventos” ganhou bastante destaque, e no Brasil, sobretudo no Nordeste, em razão de suas características geográficas, encontrou condições favoráveis para seu desenvolvimento. Deste modo, esse trabalho consiste em analisar, de forma integrada, os impactos socioambientais oriundos da implantação do parque eólico Ventos de Santa Joana inserido no Complexo Eólico Chapada do Piauí I, município de Marcolândia, com vistas a correlacionar os impactos ambientais da geração de energia eólica, bem como os benefícios sociais que são identificados e materializados *in loco*. A implementação do Complexo provocou alteração na paisagem local e um efêmero dinamismo econômico local. A partir desta perspectiva, almeja-se que a análise em pauta possa contribuir com outros estudos que se propõem a discutir a transformação da paisagem local a partir da perspectiva socioambiental, tendo como pano de fundo a implantação de tecnologias de exploração eólica.

PALAVRAS-CHAVE: Energias renováveis. Energia eólica. Impacto socioambiental.

INTRODUÇÃO

A fonte energética mais utilizada mundialmente para a produção de energia elétrica é proveniente de fontes fósseis e não renováveis² como o petróleo, o gás natural e o carvão mineral. Neste sentido, de acordo com (Anenberg, 2013) há esforços mundiais que buscam substituir combustíveis fósseis por tecnologias menos poluentes visando reduzir a emissão, afim de para incentivar o uso de formas de energia mais limpas e, com isso, melhorar a qualidade do ar, proteger a saúde e minimizar os efeitos climáticos, pois isto é condição mínima para uma economia verde³.

A energia eólica apresenta inúmeros benefícios quando comparada com as outras fontes energéticas, além de ser uma fonte renovável, não emite poluentes para a atmosfera e não produz resíduo (EIA, 2018). De modo geral, todas as formas de produção de energia em alguma escala geram impactos de pequena ou grande proporção (JABER, 2013).

² Nesta pesquisa, entende-se por fontes energéticas alternativas aquelas cuja utilização não seja convencional na matriz energética de um país. Por fontes energéticas renováveis, aquelas cuja utilização não se pressupõe esgotamento, ou seja, a energia disponível tem a capacidade de renovação por fluxos naturais para níveis iguais ou semelhantes, pretéritos à sua utilização durante o ciclo de vida humana (PACHECO, 2006).

³ "Uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica" (PNUMA, 2011).



No caso do Brasil, o país possui expressivo incremento na participação da geração de energia elétrica na matriz energética. Tal matriz é renovável, por ser abundante em recursos naturais, e ao mesmo tempo o país possui um cenário diversificado, com presença de sol e vento nas cinco regiões brasileiras.

No que diz respeito ao potencial eólico, segundo com Camargo (2015), o Brasil tem vantagem comparativa no aproveitamento do potencial eólico em função principalmente da velocidade média dos ventos (8,5 m/s no Nordeste e 7m/s no Rio Grande do Sul). Para este autor, essas características somadas estimularam os investimentos que vêm ocorrendo no país nas últimas décadas.

Das cinco regiões brasileiras, no ano de 2019 a região Nordeste foi a que apresentou maior representatividade na geração de energia proveniente da fonte eólica com 84% (33,99 TWh), seguido da região da região Sul com 14,4% (5,84 TWh) e da região Norte com 1,4% (0,55 TWh) segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓLICA,2019).

É importante enfatizar que a Região Nordeste lidera o *ranking* de produção de energia eólica, e o Estado como maior potencial instalado é o Rio Grande do Norte, onde a energia gerada é destinada, principalmente, à operação comercial. O Estado do Piauí é o 5º maior em potência instalada, com 60 parques eólicos, operando em fase comercial e teste, totalizando 1.638,1 MW de potência de acordo com a tabela que representa a capacidade e o número de parques eólicos por estado no ano de 2019 (Quadro 1).

Quadro 1 - Capacidade instalada e Número de Parques por estado no ano de 2019.

UF	Potência (MW) ⁴	Parques
RN	4.526,4	165
BA	4.175,2	167
CE	2.179,3	84
RS	1.835,9	80
PI	1.638,1	60
PE	798,4	34
MA	426,0	15

⁴Disponível em: http://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Boltim-Anual-de-Gera%C3%A7%C3%A3o-de-Energia-Eolica-2019_V7.pdf. Acesso em 29/07/2020 Capacidade instalada e Número de Parques por estado no ano de 2019.



SC	238,5	14
PB	157,2	15
SE	34,5	1
RJ	28,1	1
PR	2,5	1
Total	16. 040,0	637

Fonte: Elaboração própria (2020). ABEEólica (2019).

Neste sentido, é importante enfatizar que na região há grandes partes dos parques eólicos em operação que estão localizados no interior. Destes parques eólicos em operação na região, a maioria deles está localizada no Semiárido, região delimitada pelo Ministério da Integração Nacional.

Na região, o processo de instalação de parques eólicos, inicialmente se concentrou no litoral, e posteriormente no interior⁵. Conforme Traldi (2018), esses empreendimentos passaram a ser implantados no Semiárido, especialmente em áreas de domínio de Serras, Tabuleiros e Chapadas, como no caso piauiense de parques localizados na Chapada do Araripe.

Em virtude de a instalação dos parques eólicos tornar-se cada vez mais viável, contudo, em alguns casos, os impactos ambientais, sociais, econômicos e tecnológicos provocados por esse tipo de empreendimento são ignorados, pelos agenciadores, durante o período de implantação que se estende no período de operação (CUADRA, 2019).

No que diz respeito aos impactos socioambientais associados, tanto à construção quanto à operação de parques eólicos, classificam-se como: interferência na flora e fauna por alteração na cobertura vegetal; a interferência direta na fauna alada por colisão com as pás dos aerogeradores; aumento na demanda por serviços e infraestrutura; produção de ruído; alteração na paisagem e aumento da dinâmica econômica.

Neste sentido é importante ressaltar também que a relevância dessas interferências varia com as características regionais e locais dos sítios de implantação dos parques eólicos (FERNANDES, 2017; TOLMASQUIM, 2016; WANG, 2015). Assim, esse estudo deu-se a partir do desejo de conhecer os aspectos que influenciam na geração de energia eólica a nível ambiental, social e econômica no parque eólico Ventos de Santa Joana, inserido no Complexo Eólico Chapada do Piauí I.

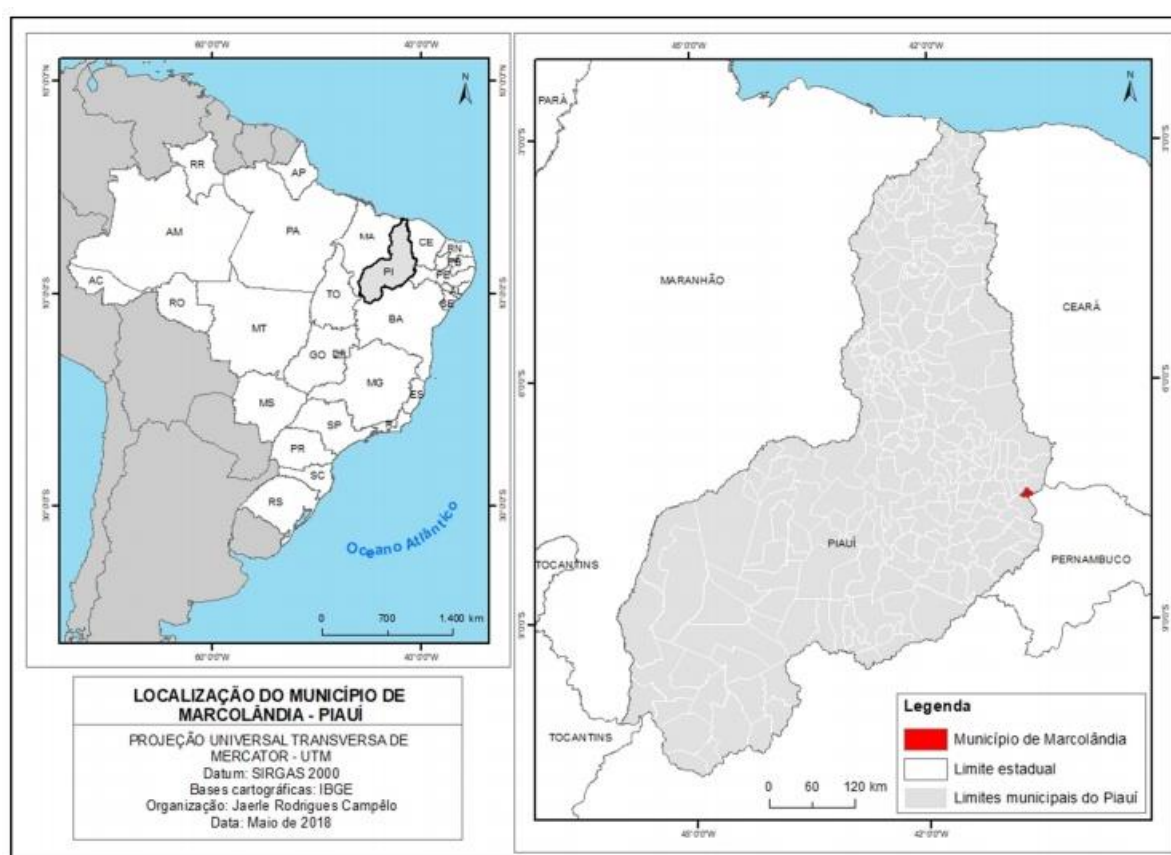
⁵ Considera-se como interior todo e qualquer parque eólico localizado em municípios que não se localize no litoral.



O objetivo principal deste artigo é analisar e comparar de forma integrada, os impactos ambientais oriundos da implantação do Parque Eólico Ventos de Santa Joana XVI, inserido no Complexo Eólico Chapada do Piauí I, município de Marcolândia, com vistas a correlacionar os impactos ambientais da geração de energia eólica, bem como os benefícios sociais que são identificados e materializados in loco.

O município de Marcolândia integra a Microrregião do Alto Médio Canindé e está localizado no sudeste piauiense, a 412 quilômetros da capital, Teresina. Marcolândia limita-se ao norte com os municípios de Caldeirão Grande do Piauí e Francisco Macedo/PI, ao sul com o município de Simões/PI, a oeste com os municípios de Padre Marcos/PI e Francisco Macedo/PI e, a leste, com o estado de Pernambuco com a cidade de Araripina/PE. (Figura 1)

Figura 1 - Localização do município de Marcolândia/PI



Fonte: CAMPÊLO (2018)

Do ponto de vista da fisionomia vegetal, a área está localizada no Bioma Caatinga⁶, tendo em vista que o clima predominante é o semiárido. No setor primário, a mandioca é o principal

⁶ Este bioma, no Brasil está restrito a Região Nordeste e o Norte de Minas Gerais, e ocupa uma área de 844.453 km², o que equivale a 11% do território nacional.



produto cultivado na região, sendo que a sua produção, em maior escala, tem como destino a comercialização no mercado regional. Neste viés de análise, pode-se destacar também, em menor escala, o cultivo do milho, feijão e melancia (CÂMPELO, 2016).

A área do parque eólico no município em questão (Complexo Eólico Chapada do Piauí I) abrange a porção piauiense da Bacia do Araripe, região que ganha destaque geomorfológico pela Chapada do Araripe, no trecho de divisa com o estado de Pernambuco.

Sua capacidade instalada é de 205,1 MW, composto por 14 parques com 115 aerogeradores com 100 metros de altura. São 86 aerogeradores em comunidades rurais dos municípios de Marcolândia/PI, 22 em Simões/PI e 7 em Padre Marcos/PI, e com grandes vazios demográficos para expansão. Os 14 parques Eólico são subdivididos e denominados da seguinte forma: sendo 11 parques denominados Ventos de Santa Joana e 3 parques denominados Ventos de Santo Onofre.

É importante destacar também que foi identificado um conjunto de impactos socioambientais provenientes da implantação do parque eólico no município de Marcolândia/PI, no qual está inserido no Complexo Eólico Chapada do Piauí I, o que tem causado mudanças na paisagem e nas atividades tradicionais.

METODOLOGIA

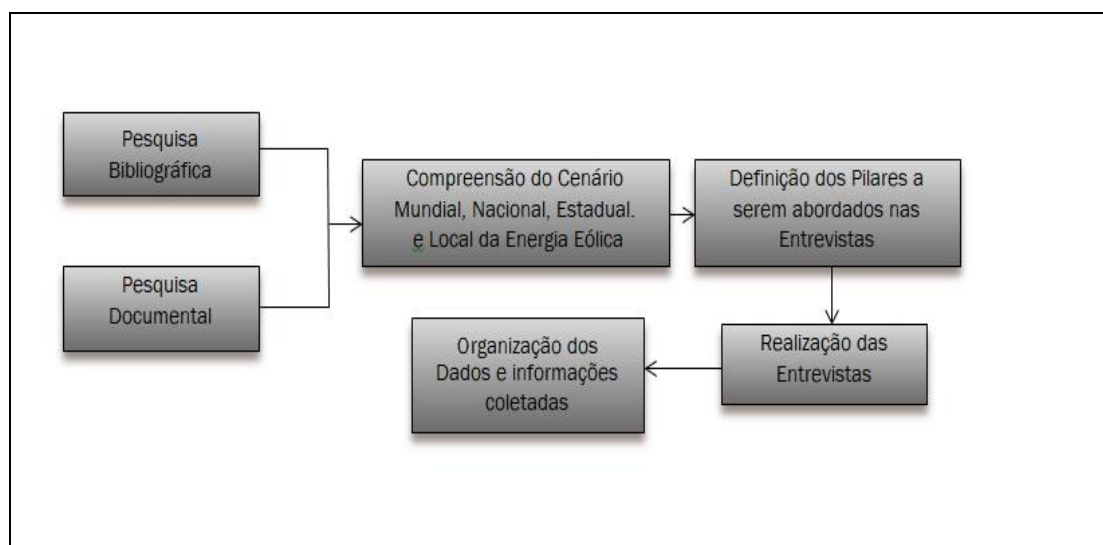
A presente pesquisa quanto a abordagem contempla revisão bibliográfica e de campo (LAKATOS; MARCONI, 2010). Destaca-se que o estudo pode ser classificado como de obtenção de dados, podendo este ser por meio de documentação direta e/ou indireta. A pesquisa de campo faz parte da documentação direta, pois se constitui de levantamento no próprio local onde os fenômenos ocorrem.

No tocante ao objetivo, a pesquisa é caracterizada como descritiva e exploratória. De acordo com Roesch (1999) a pesquisa exploratória visa examinar um fenômeno dentro do contexto no qual está inserido, para Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo levantar conhecimento sobre um assunto ainda pouco conhecido.

A aplicação em questão consiste na análise de forma integrada, os impactos socioambientais oriundos da implantação do parque eólico Ventos de Santa Joana inserido no Complexo Eólico Chapada do Piauí I, município de Marcolândia. Os procedimentos utilizados na realização da pesquisa estão na Figura 2.

Figura 2 - Procedimentos utilizados na pesquisa





Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta de dados *in loco* (pesquisa de campo) foi realizada no Parque Eólico Ventos de Santa Joana XVI, sublinhando as comunidades⁷ que sofreram influência direta com a implantação do empreendimento eólico no município de Marcolândia/PI, a saber: Serra do Cícero Mundinho, Serra do Sebastião Silvestre e Cabeça da Ladeira, servindo estas comunidades como área de amostragem no estudo.

Foram realizadas visitas para coletas de dados na Superintendência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Piauí (SEMAR) para consultas aos documentos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos parques eólicos de Marcolândia, na prefeitura do município de Marcolândia para aplicação das entrevistas questionários aos gestores de meio ambiente e municipais, bem como conversas entrevistas com os moradores da zona rural (no entorno das áreas onde foram instalados os parques eólicos).

A entrevista foi realizada através de questionários no município de Marcolândia: 1 questionário para o representante da prefeitura; 1 questionário para o gestor que trabalham na administração do parque eólico de Marcolândia; 1 questionário para Engenheiro ambiental e 8 questionários para as famílias que moram no entorno do parque eólico de Marcolândia (um por família). Totalizando 12 questionários aplicados no município de Marcolândia (CAMPÊLO, 2018).

⁷ Visitado no período da graduação e mestrado duas das três comunidades que foram impactadas com a chegada dos parques eólicos no Piauí, como por exemplo: Comunidade Cícero Mundinho e Cabeça da Ladeira.



Na primeira parte do questionário foi composto de itens relativos a dados gerais sobre os participantes, questões sobre os impactos ambientais relacionados à fauna e a flora, riscos de acidentes, doenças, interferência no cotidiano da população, alteração no meio físico e visual, como também, os impactos sociais, econômicos e tecnológicos gerados com a construção, instalação e operação dos parques em questão.

Assim, é importante enfatizar que além das comunidades mencionadas, foram colhidas informações na área urbana do município supracitado, com a finalidade de compreender o Complexo Eólico Chapada do Piauí I no cotidiano dos moradores, considerando os impactos⁸ socioambientais derivados a partir do parque eólico Ventos de Santa Joana.

ENERGIA EÓLICA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVENIENTES DO PARQUE EÓLICO VENTOS DE SANTA JOANA XVI

O Brasil, diferente de outros países, começou a investir tardiamente na fonte eólica, somente na década de 1990, iniciando a instalação de parques em Fernando de Noronha, pois até então grande parte da energia elétrica produzida no território brasileiro era proveniente de outra fonte renovável, a hidroeletricidade.

A energia eólica, por ser uma atividade dita como sustentável, do ponto de vista de sua geração, é categorizada como limpa ao meio ambiente, constituindo um mecanismo que agrega os preceitos dos parâmetros social, econômico e ambiental na matriz geradora (FADIGAS, 2011; JABER, 2013; RUIZ; SERRANO, 2006).

Devido às mudanças na matriz energética brasileira, atualmente evidencia-se novos rumos no que se refere à produção de energia eólica, e o Nordeste brasileiro tem grande potencial, fazendo com que a região receba grandes investimentos em geração elétrica com utilização dessa fonte. Deste modo, é importante enfatizar que grandes partes dos parques eólicos em operação na região Nordeste, estão localizados no interior.

Assim, destes parques eólicos em operação na região Nordeste, a maioria deles está localizada no Semiárido, região delimitada pelo Ministério da Integração Nacional. Neste sentido, segundo Traldi (2018), o Semiárido brasileiro tem sido associado à ideia de

⁸ Artigo 1º- Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.



progresso em oposição à ideia de atraso, a partir da chegada de empreendimentos eólicos na região.

O autor enfatiza ainda que a chegada dos parques eólicos no Semiárido deve contribuir para o desenvolvimento econômico em nível regional e local. Localmente, suas maiores contribuições seriam a geração de empregos, e o aumento na arrecadação de impostos, que em tese poderia se converter em melhorias para a população, como a construção de escolas, postos de saúde, et. (TRALDI, 2018).

Na região, o processo de instalação de parques eólicos, inicialmente se concentrou no litoral, e posteriormente no interior. Conforme Traldi (2018), esses empreendimentos passaram a ser implantados no Semiárido, especialmente em áreas de domínio de Serras, Tabuleiros e Chapadas.

No Piauí, o incremento da produção de energia eólica tende a proporcionar um maior desenvolvimento para o estado, caso esta política seja efetivada de forma adequada e respeitando os preceitos do desenvolvimento sustentável, pois o mesmo possui uma expressiva potencialidade para a geração desse tipo de energia, devido a sua situação geográfica, tanto no litoral, quanto em setores do interior.

A imagem ilustrada na (Figura 3) mostra a implantação do complexo Eólico próximo a BR 316 que dá acesso ao município de Marcolândia-PI. Deste modo, é importante salientar que na instalação de uma torre para a produção de energia eólica, estes equipamentos ocupam uma parcela do terreno, sendo que o restante da propriedade arrendada pode ser utilizado pelos moradores no desenvolvimento das atividades agropecuárias, com destaque para o cultivo de mandioca e criação de animais (Figura 4).

Figura 3 - Aerogeradores próximo a BR – 316, acesso a Marcolândia –PI.



Fonte: Campêlo (2018).



Figura 4 - Aeroogeradores em áreas utilizadas para a agricultura

Fonte: Campêlo (2018).

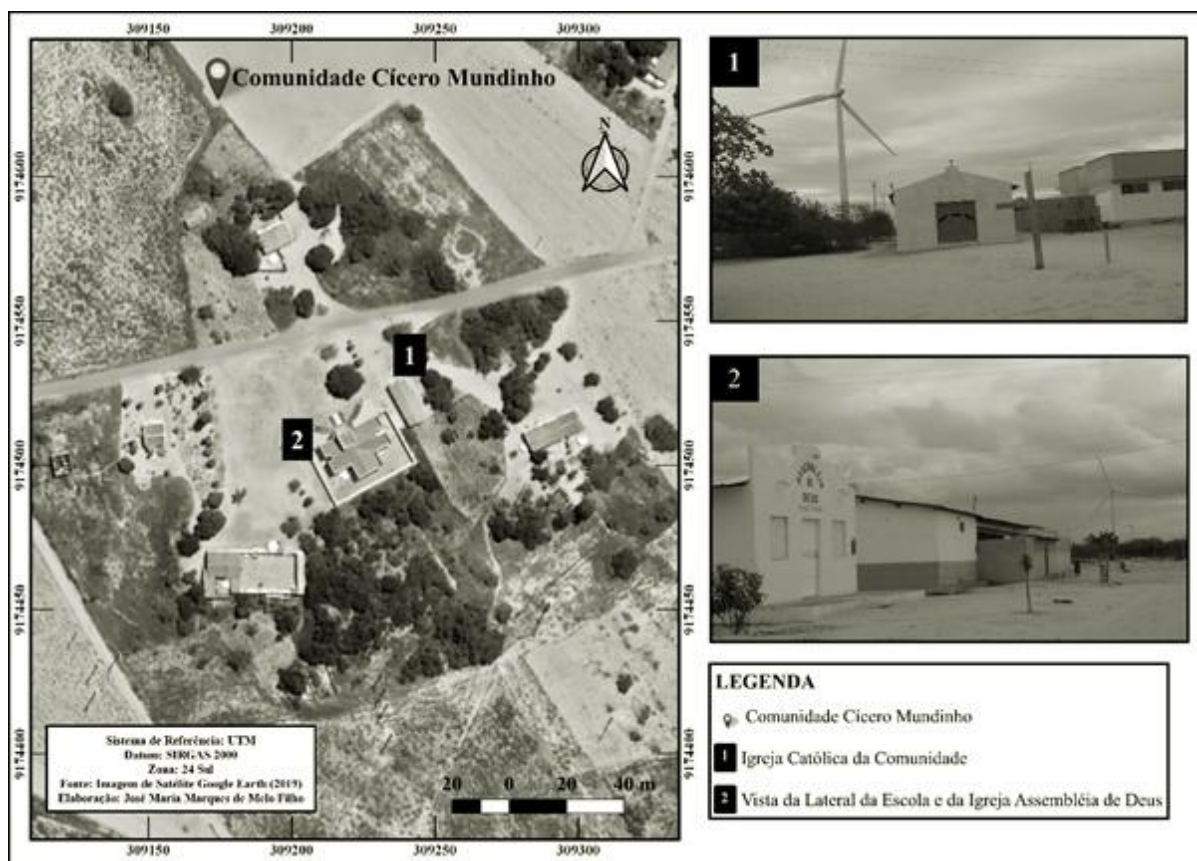
A concomitância entre a presença e o funcionamento de um parque eólico com outros tipos de atividades é bem perceptível nas três comunidades que integraram a pesquisa (Cícero Mundinho; Sebastião Silvestre e Cabeça da Ladeira), uma vez que houve o arrendamento dos terrenos com a instalação dos parques eólicos, e não a desapropriação das terras dos moradores, como pode ser visualizados na Figura 5. Portanto, foi identificada in loco a continuidade das atividades primárias (agricultura e pecuária) em conjunto com a geração de energia eólica.

Conforme identificado em campo, os moradores entrevistados e beneficiados com o arrendamento das propriedades relataram que a implantação dos aeroogeradores trouxe benefícios para as famílias, pois com a locação dos terrenos passaram a receber um montante de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais por cada torre instalada em sua propriedade.

De acordo com os moradores que arrendaram suas terras, o valor da locação de suas terras veio de forma favorável, no momento em que complementa a renda das famílias e, ainda, proporcionar a continuidade da agricultura familiar, tendo em vista que o restante do terreno pode ser utilizado para diversos fins.

Neste viés de análise, é importante sublinhar que a inserção de projetos de energias renováveis em áreas rurais, especialmente em setores que carecem de desenvolvimento econômico, a exemplo da localização do complexo eólico do município de Marcolândia/PI, como é o caso, por exemplo, da Comunidade Cícero Mundinho (Figura 6), causa inúmeros impactos para a comunidade local.



Figura 5 - Comunidade Cícero Mundinho, em Marcolândia – PI

Fonte: Elaborado por Melo Filho (2019)

Neste sentido, ao fazermos um paralelo em relação às comunidades pesquisadas, resguardadas as devidas proporções, a implantação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I tem como princípio fundante promover o desenvolvimento local da região. Assim, ao considerar os impactos socioambientais oriundos da implantação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I no município de Marcolândia, estado do Piauí, elencam-se:

- Perda da cobertura vegetal, causada pela abertura de vias de acesso;
- A supressão vegetal desencadeia a perda de habitats;
- Perda da umidade e de nutrientes do solo, oriundos dos desmatamentos;
- Ruído dos rotores, em virtude da proximidade com as residências;

Outro impacto a ser destacado são os ocasionados na fauna e avifauna, devido à instalação dos aerogeradores em complexos eólicos (JABER, 2013). Assim, conforme o relatório de monitoramento e gestão ambiental da fase de operação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I, realizado pela MRS Estudos Ambientais, durante as vistorias em campo, foram encontradas carcaças de morcegos e aves nas bases dos aerogeradores, retratando um impacto visível e notório na paisagem (MRS AMBIENTAL, 2016).



Neste sentido, tentou-se apreender como a comunidade entende e visualiza a transformação da paisagem, antes e após a instalação dos aerogeradores. Os resultados dos trabalhos de campo evidenciaram que a tão propagada prosperidade econômica oriunda do setor de energia eólica, nesta região, vem causando tensões territoriais, por outro lado, conseguiu trazer benefícios para as famílias contempladas com o arrendamento de suas terras.

Deste modo, é importante destacar que os impactos socioambientais referentes à geração de energia eólica ocorreram de forma positiva e negativa no município de Marcolândia/PI e comunidade Serra do Cícero Mundinho. Positiva, no momento em que a população passa a agregar valor com o arrendamento dos terrenos, obtendo deste modo uma visível melhoria nas condições financeiras após a instalação do empreendimento eólico.

Neste viés de análise, a instalação dos parques eólicos contribui com o desenvolvimento socioeconômico do município de Marcolândia incluindo as comunidades inseridas no Complexo Eólico, bem como o desenvolvimento socioeconômico do estado do Piauí. Por outro lado, são considerados como impactos negativos as percepções adversas à paisagem com os aerogeradores, os ruídos, a sombra que as hélices provocam durante parte do dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de parques eólicos do Estado do Piauí tem apresentado um rápido crescimento. Nessa pesquisa foi possível perceber que os principais impactos negativos e positivos são ocasionados durante a fase implantação das usinas, em alguns casos, prolonga-se pelo período de funcionamento.

Observa-se impactos, sobretudo para as comunidades que moram próximas dos parques eólicos, em especial a Comunidade Serra do Cícero Mundinho, onde está localizado o Parque eólico Ventos de Santa Joana, zona rural do município de Marcolândia, estado do Piauí.

Verificou-se a concomitância entre a geração de energia eólica e as atividades pessoais desenvolvidas nas comunidades rurais onde se localiza o Complexo Eólico Chapada do Piauí I. Isso é possível porque os aerogeradores, após serem instalados, ocupam uma pequena área, proporcionando a continuidade das atividades agropecuárias.

No município de Marcolândia/PI, os impactos positivos mais significativos estão relacionados à melhoria nas condições financeiras das famílias contempladas com o arrendamento de suas terras para a implantação dos aerogeradores.

Por outro lado, os impactos negativos mais evidentes estão na área ambiental, com a perda da avifauna e pelas mudanças na paisagem. Dessa forma, são nítidos os seguintes



impactos socioambientais na área em análise: supressão vegetal; perda da biodiversidade; mudanças nas características dos solos; ruído dos rotores, e impacto visual dos aerogeradores.

REFERÊNCIAS

ABEEÓLICA. Associação Brasileira de Energia Eólica. **Números do setor**. 2019. Disponível em: <http://www.portalabeeolica.org.br>. Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Conama nº 1 de 17/01/1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/44urcia/44urcia44ção/CONAMA_RESCONS1986_001.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

CAMPÊLO, J. R.; ALBUQUERQUE, E. S. Energias Renováveis e Sustentabilidade: um olhar geográfico para o parque eólico de Marcolândia, estado do Piauí, Brasil. **REGNE**, Natal, v. 2, n. Especial, p. 904-912, 2016.

CAMPÊLO, J. R. ‘Novos Territórios Eólicos e os Impactos Socioambientais no Município de Marcolândia, estado do Piauí. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2020.

JABER, S. Environmental Impacts of Wind Energy. **Journal of Clean Energy Technologies**, Bagdá, v. 1, n. 3, p. 251 – 254, jul. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

MRS Estudos Ambientais. **Relatório de execução, monitoramento e gestão ambiental da fase de operação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I**. Teresina, Piauí: 2016.

MUNDAY, M.; BRISTOW, G.; COWELL, R. Wind farms in rural areas: How far do community benefits from wind farms represent a local economic development opportunity? **Journal of Rural Studies**, Cardiff – UK, v. 27, n. 1, p. 1-12, jan. 2011.

PACHECO, F. Energia Renováveis: breves conceitos. Conjuntura e Planejamento. SEI nº 149, p4-11. Salvador, out/2006.

PIAUI. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**. V. I / TOMO B. Complexo Eólico Chapada do Piauí. Piauí, 2013.



PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Driving a Green Economy: Through Public Finance and Fiscal Policy Reform. 2011. Disponível em:. Acesso em: 20 mar 2020.

RUIZ, J. M.; SERRANO, M. L. T. Identificación de impactos ambientales significativos en la implantación de parques eólicos. Un ejemplo en el municipio de jumilla (45urcia). **Investigaciones Geográficas (Esp)**, Espanha, n. 41, p. 145 -154, dez. 2006.

ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio e de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1999.

TRALDI, Mariana. **Energia eólica no seminário brasileiro e o controle do lugar sobre a parcela técnica da produção**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.11, n.27, set./dez. de 2017. Pp.20-41 Instituto Federal do Estado de São Paulo – Campus Hortolândia



CAPÍTULO 03

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A DINÂMICA DO CONSUMO EM CAICÓ/RN: ANÁLISE A PARTIR DA FEIRA DE ARTESANATO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ⁹

Marluce Silvino

José Borzacchiello da Silva

INTRODUÇÃO

A sociedade envolta na lógica da reprodução do capital, constrói, transforma e produz a partir do trabalho novos espaços e assim constantemente está redefinindo o fenômeno urbano. As práticas econômicas cada vez mais transformam tudo em objeto de consumo e o momento vivido revela uma busca incessante pelo lucro. Dentro dessa dimensão encontram-se as práticas culturais que ao se materializarem no espaço passam a ser alvo da produção econômica. A cultura tem múltiplas faces, constrói e perpetua a tradição através de espaços sagrados e/ou formas simbólicas.

Para Corrêa (2006) as formas simbólicas podem ser materiais ou imateriais, eventos e manifestações que expressam a fé e são a motivação para o culto a entidade religiosa. A fé é uma força mística incomum que demanda rituais (OLIVEIRA, 2004). Esses rituais podem também ser lidos como festas religiosas católicas, para Claval (2014, p. 06), “A festa quebra a continuidade quotidiana da existência. A atmosfera muda. Decorações efêmeras mascaram aquela habitualmente grisalha. As pessoas desfilam, cantam, dançam, gritam, se mostram em espetáculo”. Esses momentos para muitas localidades são o acontecer de maior destaque, pois redimensiona o urbano que se veste de novas cores, organiza eventos tanto sagrados quanto profanos.

Em Caicó, no Rio Grande do Norte ocorre uma das maiores festa do interior que celebra o culto a padroeira da cidade, Santana, nos dez últimos dias do mês de julho. A Festa de Santana dinamiza a economia, gerando fluxo de pessoas e de mercadorias, atrai turistas de todo o país, no entanto seu público principal são pessoas da região que foram embora e que retornam anualmente para vivenciar a festa e reencontrar família e amigos. Dentre os eventos que ocorrem na festa merece especial atenção a Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó-FAMUSE que acontece há trinta e cinco anos e tem como foco o fomento daquilo que é

⁹ Parte desse texto, a pesquisa inicial, já foi apresentada e publicado no XII Enanpege e o texto aqui apresentado contém todas as reflexões finalizadas.



produzido no lugar; o artesanato, as comidas regionais, apresentação de artistas locais. A organização da feira é resultado de parcerias entre cooperativas com o poder público e órgãos privados cujo objetivo é a irradiação da cultura local par outras escalas.

Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender de que modo uma feira, específica do período comemorativo, contribui para a produção do urbano a medida que modifica por meio da comercialização de espaços e mercadorias a dinâmica do lugar.

Para esse momento da pesquisa faremos discussão teórica com autores que discutem a produção do espaço (Lefebvre, 2006), e o Consumo (Ortigoza 2010), dentre outras abordagens. Realizamos ainda pesquisa de campo junto a presidente do Comitê Regional das Associações e Cooperativas Artesanais do Seridó com realização de entrevista o que nos possibilitou acesso a informações para entendermos como a FAMUSE surge dentro do contexto da Festa de Santana, qual a sua lógica de organização e assim entender de que modo impacta na urbe. E para construção de produto cartográfico que especializa o lugar utilizamos o software de acesso gratuito Quantum Gis na versão 2.18.

O ESPAÇO URBANO: DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO

O modo de vida no Brasil, nos últimos cinquenta anos tem se revelado com tendências predominantemente urbanas, embora pensar nesse urbano seja levar em conta que boa parte da nação não se encontra nas famosas e infladas metrópoles do país. Na realidade grande parte desse número que soma as estatísticas da vida urbana, se encontra em cidades médias e até pequenas, o que nos revela um ser e viver urbano que tem características específicas, muito ainda enraizado em alguns lugares a questão da tradição e da cultura. Desse modo então, como definimos o espaço urbano?

É complexa a tarefa de pensar uma definição para fenômeno urbano, então partirmos de Corrêa (1995, p. 09) que vai defini-lo como: “Eis o que é o espaço urbano; fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. O espaço urbano será assim a soma de diferentes usos da terra e que o autor acima vai denominá-las de formas espaciais.

As formas espaciais urbanas, são o acúmulo do tempo, das contradições, são uma paisagem urbana, sobre isso Carlos (1999, p. 53) revela: “Enquanto forma de manifestação do urbano, a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência [...]. Conforme salienta a autora a paisagem urbana irrompe a definição que se finaliza só pela geometria, pelo formato, pois a forma espacial é reveladora de



processos sociais e de produção. Na forma estão a casa, as ruas, a escola, o clube, a praça e o mercado dentre outros, mas estão também o trabalho, as brincadeiras, as histórias: a vida. E é esta vida que constrói o urbano.

O espaço urbano é ainda o lócus da produção e reprodução do capital que ao se estilhaçar produz consigo também espaço. Acerca da produção do espaço, Santos (1994, p. 88) pontua: “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço”. Segundo o autor a sociedade à medida que se concretiza pelo produz espaço e este, por sua vez, só pode ser compreendido por meio da sociedade que o produziu.

O espaço então se reproduz a partir das relações sociais que se realizam nesse espaço. Lefebvre (2006, p.34) sobre isso diz o seguinte:

E esse espaço seria abstrato? Sim, mas ele é também real, a mercadoria e o dinheiro, essas abstrações concretas. Ele seria concreto? Sim, mas não da mesma maneira que um objeto, um produto qualquer. Ele é instrumental? Decerto, mas não como o conhecimento, ele transcende a instrumentalidade. Ele seria redutível a uma projeção- a uma objetivação do saber? Sim e não: o saber objetivado num produto não coincide mais com o conhecimento teórico. O espaço contém relações sociais.

Assim, as formas espaciais resultam da cultura própria de cada sociedade e das técnicas disponíveis em cada momento histórico. Mas, se por um lado essas práticas resultam da consciência da diferenciação espacial, por outro lado pode ocorrer a valorização justamente dessa diferença, do novo. Nesse sentido, na produção do espaço, a sociedade e o espaço interagem de tal forma que se tornam difíceis de se compreender de forma separada.

Sobre as formas espaciais, Lefebvre (2008) ao discutir a Revolução Urbana vai definir que o essencial do fenômeno urbano é a centralidade. Nesse contexto o que nos faz reconhecer o urbano não é a produção industrial aja vista que nem todo núcleo urbano detém esse setor econômico e sim o fluxo que possibilite a circulação (de bens, de pessoas e produtos) e a oferta de serviços como hospitais, bancos e o comércio. Ao passo que os aglomerados urbanos crescem, junto com eles crescem a busca pelo consumo de bens e serviços, assim o comércio é fator determinante na produção do espaço urbano.

Sobre isso Ortigoza (2010, p. 221) afirma:

Valorizar o consumo como categoria de análise geográfica é entender definitivamente seu real papel na produção do espaço urbano. Não há dúvida de que há um forte nexos entre a geografia e o consumo, pode-se assumir até



mesmo a existência de uma “geografia do consumo” a qual pressupõe uma forte e permanente ligação entre a pressão do consumo no cotidiano da sociedade contemporânea e a produção do espaço.

A autora nos alerta para o fato de que os estudos sobre consumo e cidade tem se tornado uma realidade que podemos até conceituar a existência de uma geografia do consumo. Numa sociedade que Baumam (2007) vai denominar de líquida, na qual os produtos e mercadorias já são confeccionados com um curto prazo de validade, o consumo se torna ainda mais pungente.

É uma sociedade totalmente imbricada na lógica do consumo, como nos aponta Cortez (2009, p. 36): “O consumo está presente nas diversas esferas da vida social, econômica, cultural e política. Nesse processo, os serviços públicos, as relações sociais, a natureza, o tempo e o próprio corpo humano transformam-se em mercadorias”. O espaço do urbano e do consumo se entrelaçam na realidade atual modificando a cidade, surgem cotidianamente novas lojas, shopping center e até as calçadas das ruas tornam-se estabelecimentos comerciais, assim nos salienta Ortigoza (2009, p. 21):

O processo de produção toma o urbano, provocando, por meio da normatização da vida cotidiana, a generalização da mercadoria. Nesse movimento as relações sociais passam a ser mediadas por mercadorias, pois o consumo é capturado e subjugado a vida em todos os seus momentos.

A necessidade de satisfação pelo consumo modifica o urbano, surgem cotidianamente novas lojas, shopping center e até as calçadas das ruas tornam-se parte dos centros comerciais. Uma prática social que tem origens muito remotas: a feira, é supervalorizada na busca por um consumo mais acessível e alternativo. A feira que acompanha a história de surgimento de muitas cidades é um fenômeno que persiste no mundo pós-moderno e que se reinventa dando-nos possibilidades de abordagens muito significativas sobre a tríade consumo – comércio – urbano.

Como muitas cidades no Brasil ainda são núcleos de porte médio e até pequeno, as feiras ainda são o principal ponto de comércio procurado para o consumo popular. Algumas destas feiras ocorrem em dias específicos da semana e outras em calendário anual como as feiras de artesanato. A seguir discutiremos em especial a Feira de Artesanato do Seridó – FAMUSE que ocorre no mês de julho na cidade de Caicó dentro das atividades da festa de padroeira da cidade de Caicó no Rio Grande do Norte.



A FEIRA DENTRO DA FESTA: DINAMICA ECONOMICA A PARTIR DA FAMUSE

Caicó é uma das principais cidades da região do Seridó com economia diversificada e sua história se inicia com a criação das capitâneas hereditárias. Inicialmente essa região norte-grandense era habitada pelos índios Tapuias, mas em decorrência da Guerra dos Bárbaros, sua população foi brutalmente exterminada. Após esses acontecimentos, iniciou-se a ocupação desse território por meio da implantação dos currais de gado.

Segundo Moraes (2005, p. 63), a ocupação do Seridó se deu pela necessidade de “povoar o sertão com gente e gados, erigir casas e currais”. O Seridó se situa no semiárido nordestino e seu território se divide em duas microrregiões: a do Seridó Oriental e a do Seridó Ocidental, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Na região o município que primeiro se tornou cidade foi Caicó, no dia 07 de julho de 1890. Antes era chamada de Cidade do Príncipe. Ainda de acordo com Moraes (1999, p.39): “A origem da cidade de Caicó está envolta nesse contexto em que homens e lendas se confundem construindo a história do lugar”.

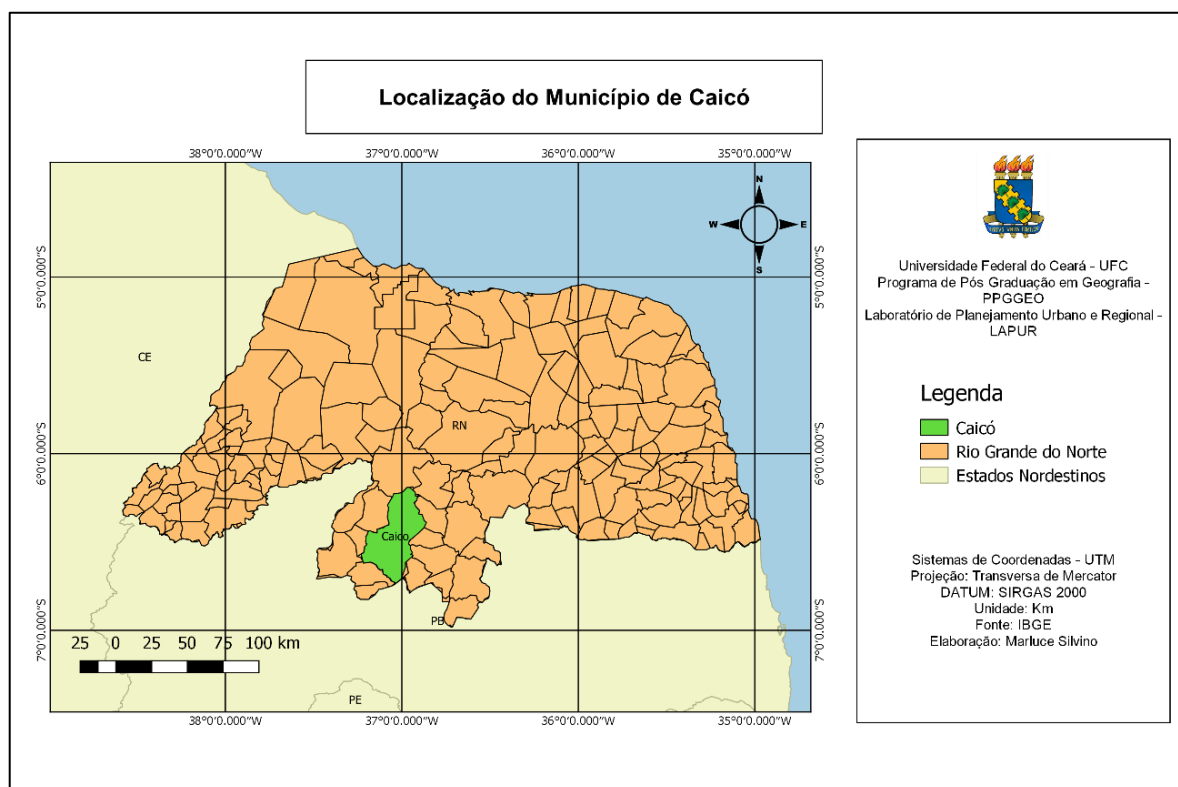
O que realmente consolidou o município enquanto um núcleo urbano, mesmo incipiente no início, foi a Igreja Matriz de Santana, localizada próximo ao rio Seridó e também ao Poço de Santana. Com o passar dos anos o vilarejo foi crescendo e criando faces de uma cidade, com a construção da Escola de Latim do Padre Guerra (1810-1811), a Casa de Cadeia e a Câmara (1812) e o Mercado (1918).

Se por um lado Caicó surge em consonância com a pecuária, por outro, no decorrer dos séculos XIX e XX, a economia que prevaleceu foi a da cotonicultura, com relevância para o algodão de fibra longa (mocó), que desempenhava um papel extremamente necessário para a indústria têxtil nacional.

No entanto diversos fatores levaram essa atividade à decadência e após esse processo Caicó emerge como centro comercial especializando-se no setor terciário, com a prestação de serviços e o comércio, com o surgimento inclusive de centros de educação superior. Esse momento consolida Caicó como um centro urbano da região do Seridó.

Caicó está situada entre os rios Seridó e Barra Nova e tem segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, 62.727 habitantes. É a cidade polo da região do Seridó ficando à 256 km de distância da capital estadual, sendo uma das cidades mais populosas do interior do Rio Grande do Norte, pode-se visualizá-la a partir da figura 01 a seguir.



Figura 01: Mapa de Localização de Caicó

Fonte: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm, acesso em 14/05/19.

A população urbana da cidade é de 57.464 e a rural 5.263; é constituída por 27 bairros, sendo estes: Recreio, Alto da Boa Vista, Senador Dinarte Mariz, Salviano Santos, Samanau, Boa Passagem, Vila do Príncipe, Acampamento, Centro, Paraíba, Penedo, Soledade, Barra Nova, Walfredo Gurgel, Distrito Industrial, João XVIII; Paulo VI, Frei Damião, João Paulo II, Nova Descoberta, Vila Altiva, Jardim Satélite, IPE, Castelo Branco, Canuto e Filhos, Santa Costa e Itans.

A cidade é conhecida por produtos regionais como o bordado, a carne de sol e o queijo e o evento religioso da festa de sua padroeira, Santana. A festa de Santana reuni ao mesmo tempo o tradicional; representação da cultura, da fé e devoção do povo caicoense e também a modernidade; têm tomado outras dimensões, com shows de bandas de forró eletrônico, parques de diversões e não é mais apenas a festa dos caicoenses, se tornou Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2010.

Segundo Dantas (1996, p. 24), no Seridó a Festa de Santana surge pouco depois da instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Santana, em julho de 1748. Antes a Festa se limitava apenas as novenas, isso na década de 1940. No entanto a festa ganhou outra dimensão,



com o surgimento da parte profana ou social. Aqui percebemos que o sagrado e o profano não se misturam, mas se encontram.

A festa acontece sempre nos últimos dez dias do mês de julho, se iniciando numa quinta-feira, os fiéis de diversas cidades da região vêm caminhando até Caicó, para celebrarem o início da Festa, na caminhada de Santana. Nesse momento a imagem da santa circula pelas ruas da cidade simbolizando o início dos festejos.

Após a abertura acontece o jantar de Santana, organizado pela paróquia e na sexta feira começam as nove noites de oração em louvor a Santana. Na quinta feira seguinte é realizada a Feirinha de Santana, com comidas típicas e leilões. E também a Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó – FAMUSE, que reuni os artesãos de diversas cidades da região e também de outras localidades, começa na quinta feira da Feirinha e só se encerra no domingo após a procissão.

O último dia da Festa de Santana é marcado pela procissão (figura 19), as 10:00 horas acontece a missa e as 16:00 horas se inicia a procissão que percorre as principais ruas do centro da cidade. Na parte profana, acontece o Baile dos Coroas, a Festa do Ex-aluno do Colégio Diocesano Seridoense, a Festa da Juventude, todas essas festas acontecem nos clubes, já as apresentações de bandas de forró gratuitas são realizadas na Ilha de Santana, e o evento comercial da Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó - FAMUSE.

A FEIRA DENTRO DA FESTA: FAMUSE

As feiras cumprem o papel de dinamizar a vida cotidiana dos moradores do espaço urbano, conforme aponta Freitas, Fontes e Oliveira (2008, p. 130): “As feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias”. E mais do que um viés econômico, a feira é também o momento de encontro, de troca de vivências, nestas acontecem as rodas de conversas, os amigos aproveitam para conversar, a feira é também um momento festivo.

Se antes as feiras eram características de vendas de produtos essenciais a sobrevivência quando o homem produziu além das necessidades básicas e passou a trocar o que excedia, nos dias atuais as feiras tem outra face, pois o consumidor pode adquirir os mesmos produtos em supermercados, lojas e shoppings. Com base nessa problemática a real finalidade das feiras passa a ser a oferta de produtos mais raros, que só aparecem em temporadas do ano específicas. Costa e Santos (2016, p. 654) sobre a persistência das feiras denotam:



Apesar de ser uma atividade comercial de tempos remotos, as feiras se expressam, nos dias atuais, tanto nos pequenos como nos grandes centros urbanos. Elas se mantêm no espaço não somente por sua lógica tradicional, mas devido às recentes ações dos agentes que equilibram a organização das feiras com as recentes características do comércio moderno.

As feiras conhecidas como feiras livres que vendem desde alimentos orgânicos a utensílios domésticos então se moldam a dinâmica do mercado atual e persistem sendo um ponto de fluxo comercial tanto em cidades metropolitanas nas quais ocorrem em bairros como em cidades de menor porte que realizam geralmente feiras semanais.

Mas as feiras também revelam outras funções, surgem feiras gastronômicas, de moda, de produtos artesanais dentre outros. Na cidade de Caicó sempre dentro dos festejos alusivos à Festa de Santana, acontece a Feira de Artesanato dos municípios do Seridó – FAMUSE. No ano de 2018 realizou sua 35ª edição. A feira dedicada ao artesanato na cidade é o acontecimento comercial de maior evidência dentro dos festejos e ocorre em parceria da Cracas com o Sebrae e pode ser visualizada na figura 02.



Figura 02: Mosaico de espaços da FAMUSE

Fonte: Marluce Silvino, registro em julho de 2018.

Inicialmente esta feira era realizada na Avenida Seridó, no centro da cidade, depois passou a acontecer aos arredores da Catedral de Santana e do Arco do Trinfo. Nesse lugar permaneceu por nove anos, mas em razão de dividir o espaço com outros eventos dentro da festa muitos conflitos surgiam dificultando a realização da feira e por essa razão passaram a expor os produtos na praça da Igreja do Rosário por cerca de dez anos.

Esse período foi de grande destaque para a FAMUSE pois segundo Arlete Andrade toda a moda estadual voltada para o artesanato era lançada na ocasião da feira: desde linhas, tecidos até maquinários eram apresentados a sociedade potiguar em Caicó. Atualmente a FAMUSE realiza-se no Complexo Turístico Ilha de Santana inaugurado no ano de 2008, ocorrendo nos últimos cinco dias da festa que vão da quarta ao domingo, das dez da manhã às vinte e duas horas e comporta 73 estandes mais um pavilhão com 60 mesas. Os estandes são comercializados por um valor que varia de 900 a 1000 reais, sendo que dez estandes juntamente com as mesas do pavilhão são doações para Associações que não tem fins comerciais, como pais e mestres dos



excepcionais – APAE, Aldeias SOS que recebem crianças e adolescentes órfãos ou em situação de vulnerabilidade social e clube de mães dentre outros.

Cada estande é adquirido por cidade e no contexto recente, Arlete nos repassou que todos os municípios do Seridó adquirem estantes e comercializam seus produtos, e ainda municípios da Paraíba, do Pernambuco e do Ceará o que denota a abrangência espacial do fenômeno comercial que é a FAMUSE. Dentre os produtos expostos na feira os principais são: o bordado que é marca da cidade de Caicó; pintura em tecido e tela, patchwork, labirinto, renda renascença, cerâmica e bil.

Toda a estrutura montada dentro do complexo turístico, bem como a manutenção do espaço é de responsabilidade da FAMUSE e segundo Arlete Andrade o custo para manter a feira é muito alto, no entanto mesmo assim é positivo o saldo para a cidade e para os artesãos que expõem na feira. Após o levantamento no ano de 2018, verificou-se que duzentos e cinquenta mil reais foram comercializados pelos expositores dos estandes e segundo Arlete Andrade esse número seria até maior por que nem todos devolvem a ficha de avaliação e controle que ela disponibiliza no início da feira. E sem calcular os pedidos de encomendas que são feitos e que serão transações realizadas no futuro em consequência da feira.

O fluxo de capital que é gerado pela FAMUSE segundo Arlete Andrade praticamente todo circula na região do Seridó que pode ser visto no mapa acima. Essa região (Seridó) é atualmente denominada pelo IBGE de Região Intermediária de Caicó, assim todos os vinte e quatro municípios ao participarem da feira estão possibilitando o fortalecimento do artesanato local e a melhoria na qualidade de vida de quem vive desse comércio. Na fala da própria Arlete Andrade:

“A FAMUSE representa para as artesãs da região a possibilidade de expor seu trabalho e seu talento, é o momento em que elas mais conseguem capital. A maioria das pessoas que valorizam o artesanato seridoense e caicoense aguardam para fazerem suas compras durante a FAMUSE por que terá mais novidades e para a Festa a FAMUSE é importantíssima, a festa só começa quando eu abro a feira”. (ANDRADE, 2019).

A FAMUSE representa um fenômeno interessante dentro da lógica de reprodução do capital nos tempos atuais, caminha em oposto a produção de massa já que os produtos artesanais destacam-se justamente por serem peças únicas, as peças por sua delicadeza têm um valor considerado alto, no entanto o consumo aqui é justificado pela ideia do luxo, hoje produtos artesanais são vistos como peças de ostentação. Se refletirmos ao início dessa discussão quando lembramos que o consumo antes se dava pelo que era essencial, nos tempos atuais o que é



essencial ganha outra aplicabilidade. E isso tem revelado que o essencial passa a ser o retorno a tradição, ao rústico e doméstico, busca o mais distante do industrial e procura-se o artesanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano envolto numa sociedade cada vez baseada na égide do consumo, vivencia a constante produção e reprodução dos lugares em busca do lucro, o capitalismo que comercializa tudo é um dos agentes definidores do espaço na cidade que tem como principal característica a centralidade.

Essa centralidade é fator determinante na valorização dos espaços urbanos por permitirem melhor circulação de pessoas, de bens, de mercadorias e serviços. Também é o lugar onde melhor se adequam as formas de produção seja industrial ou comercial. O espaço urbano é ao mesmo tempo produtor e produto dentro da lógica do capital. Tomando como parâmetro o mercado gerado ao redor do comércio tanto as metrópoles quanto as pequenas cidades buscam um fortalecimento.

Constantemente surgem espaços destinados ao comércio de vestimentas, de carros, utensílios domésticos e alimentos. Alguns desses lugares são mais sofisticados como os shoppings centers, outros são as calçadas do entro da cidade que se tornam territórios destinados ao consumo e ainda se observam as feiras que cumprem em uma temporalidade específica o papel de centro comercial.

Em Caicó durante a Festa de Santana, a FAMUSE se revela nesse contexto, e nosso trabalho a cima discute como essa prática espacial acontece. Não seria possível em um estudo breve mensurar o real impacto que a FAMUSE acarreta não só a cidade de Caicó como a todo o Seridó, mas com base no que foi pesquisado é notório que cumpre uma função cultural que é a de perpetuar a tradição do bordado e do artesanato com um todo e ainda se revela como intensa fonte comercial de produtos gerando capital que retorna à cidade e assim continua o fluxo de produção e reprodução do espaço urbano.

A FAMUSE tomada como objeto espacial de reflexão nos possibilita entender como o urbano é lócus da reprodução do capital, mesmo em cidades médias e pequenas onde a produção econômica não é tão intensa. Em sua realização a feira demonstra a necessidade que a sociedade tem de constantemente estar em busca consumo. Sendo assim, não é possível compreender a sociedade e o espaço urbano hoje sem consideramos a dinâmica do comércio e este se reveste de acordo com as peculiaridades de cada lugar, percorrendo diversas vias, desde grandes empreendimentos até vendedores ambulantes, todos são protagonista criadores e recriadores de espaço.



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CARLOS, A.F.A. (org). **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CLAVAL, P. A Festa Religiosa. **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 8, n. 1, p.06- 29, abr/2014.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Formas Simbólicas e Espaço**: algumas considerações. *Revista Geographia*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 12, março 2007.

CORTEZ, A. T. Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades. In: ORTIGOZA, S. A. G., CORTEZ, A. T. **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DANTAS, E. M. **Retalhos da cidade**: revisitando Caicó. Natal: UFRN, 1996. 110p. COSTA, M. R. SANTOS, D. M. Feiras livres: dinâmicas espaciais e relações de consumo. **Revista Geosaberes**, Fortaleza. Vol 6, número especial (3), p. 653 - 665, Fevereiro. 2016.

LEVEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As impossibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Minas Gerais. 2006.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Edufmg, 2008.

MORAIS, I.R.D. **Desvendando a cidade**. Natal: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

_____. **Seridó Norte-Rio-Grandense**: uma geografia da resistência. Caicó: Ed. do Autor, 2005.

OLIVEIRA C. D. M. **Turismo Religioso**. São Paulo, Aleph, 2004.

ORTIGOZA, S. A. G. Da produção ao consumo: dinâmicas urbanas para um mercado mundial. In: ORTIGOZA, S. A. G., CORTEZ, A. T. **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232 p. ISBN 978-85- 7983-128-7.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Editora: HUCITEC, 1994.
_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo. Editora: da Universidade de São Paulo, 2006.



CAPÍTULO 04

**AS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI/CE:
DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIOESPACIAL***Francisca Fernanda Batista de Castro**Virgínia Célia Cavalcante de Holanda**Maria Clélia Lustosa da Costa***INTRODUÇÃO**

O Brasil possui um conjunto de Unidades Territoriais Urbanas Institucionalizadas (UTUIs), de tamanhos e relevância econômica, social, política e cultural muito diferenciadas. São 74 Regiões Metropolitanas (RM's), três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's) e cinco Aglomerações Urbanas (AU's), totalizando 82 UTUIs em todo o país, até o segundo semestre de 2020. O crescimento desses arranjos institucionais se intensificou a partir da segunda metade dos anos 1990 e ao longo da primeira década do século XXI, em meio a um contexto bastante heterogêneo. Enquanto a RM de São Paulo, maior do país com 39 municípios, possui aproximadamente 21,5 milhões de habitantes, a RM Central, localizada no estado de Roraima, concentra apenas dois municípios e uma população com pouco mais de 30 mil habitantes.

Diante dessa variedade de configurações espaciais, tratar o tema da região metropolitana na perspectiva acadêmica é sempre um desafio, visto que a institucionalização desses espaços, no Brasil, é movida a interesse políticos que almejam a promoção do desenvolvimento regional. Por conseguinte, tem-se um número expressivo de regiões metropolitanas com população inferior a 500 mil habitantes, em sua grande maioria sem a existência de uma metrópole propriamente dita. Há, ainda, uma predominância de municípios com população inferior a 50 mil habitantes entre as RMs instituídas a partir de 2010, no qual, muitas delas apresentam baixo grau de urbanização, algumas sequer chegam a 25%, o que poderia caracterizá-los como territórios praticamente rurais.

Posto isso, elegeu-se como recorte espacial dessa pesquisa¹⁰, a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri). Localizada no sul do Ceará, a RMCariri é composta por nove municípios, dos quais seis deles possuem população inferior a 50 mil habitantes. Além de Crato, Juazeiro

¹⁰ Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado intitulada de “A Região Metropolitana do Cariri frente aos planos estratégicos do Governo Estadual: um olhar a partir do Projeto Cidades do Ceará I – Cariri Central” realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PropGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).



do Norte e Barbalha – principais centros urbanos, também fazem parte dessa RM os municípios de Caririaçu, Farias Brito, Jardim Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. A escolha desses municípios, que juntos formam o Cariri Central, se deu a partir da necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; da relação de integração socioeconômica ou de serviços entre seus principais centros urbanos; além do processo inicial de conurbação entre o núcleo CRAJUBAR (CEARÁ, 2009).

As análises realizadas caminham na perspectiva de entender a dinâmica econômica e socioespacial desses seis municípios, bem como refletir sobre algumas características particulares de cada um deles. Para isso, é feita inicialmente uma discussão acerca da complexidade que envolve o tema das cidades pequenas nos estudos geográficos, seguida de um debate a respeito da heterogeneidade presente nas cidades pequenas que compõe a RMCariri.

CIDADES PEQUENAS OU CENTROS LOCAIS? REFLEXÕES INICIAIS

Durante muito tempo, vislumbrava-se as cidades pequenas como lugares pacatos e bucólicos, possuidores de praças e igrejas, enquanto centros de vida social e religiosa, rodeadas por órgãos administrativos e modestos comércios, que junto a um aglomerado de casas não distanciadas, eram capazes de promover uma vida tranquila, com amenidades sociais e ambientais, longe dos grandes centros urbanos (MOREIRA JUNIOR, 2014).

É sabido que essa realidade mudou, e que, embora a dinâmica urbana desses centros ainda apresente características que as diferenciam, seja em termos populacionais ou funcionais, as cidades pequenas apresentam múltiplos desafios, dos quais se destacam, o aumento da violência, déficit habitacional e falta de infraestrutura. Todavia, antes de iniciar o debate sobre a complexidade destes espaços, buscaremos refletir sobre a seguinte indagação: que processos ou variáveis são importantes considerar para compreender as cidades pequenas no contexto metropolitano? Destacamos, a priori, a existência de desafios teóricos, conceituais e metodológicos, referentes aos estudos dos pequenos centros e a variedade de critérios para classificação dessas cidades.

Fresca (2010) destaca que, os termos ‘cidades pequenas’ e ‘cidades locais’ têm sido utilizados em diversas bibliografias como sinônimos, residindo aí um equívoco. A autora ressalta que, um dos critérios mais utilizados para delimitar o recorte das cidades pequenas refere-se aos dados populacionais, a exemplo do IBGE (2008) que, ao analisar a rede urbana brasileira, estabelece 4.473 centros locais, onde a centralidade não extrapola seus limites



municipais. Além disso, mais de 70% deles apresentam população entre 10 e 20 mil habitantes.

Para Fresca (2010), utilizar o número de habitantes como variável resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, sem levar em conta as suas especificidades, tendo em vista que existem cidades com reduzida população, que atuam como verdadeiros polos microrregionais, enquanto outras com população semelhante, não possuem nenhuma influência além dos limites municipais. Sendo assim, a autora destaca que, para se caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção na rede urbana a qual ela está inserida, isto é, priorizar o qualitativo ao invés do quantitativo.

Para Santos (1982, p. 70), “a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço”, logo, as cidades locais são responsáveis por atender às necessidades mínimas de sua população. Ademais, Fresca (2010) enfatiza que:

O posicionamento acima referido permite entender a dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade, e no caso, dos centros locais. Mas isto remete à complexidade das condições e elementos para considerar outras cidades como sendo pequenas. A partir do nível mínimo de atividades acima exposto, há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais (2010, p. 77 grifos nossos).

De fato, ao adjetivar o substantivo cidade com a palavra ‘pequena’, ‘média’ ou ‘grande’, é feita menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas. Para tanto, concordamos com Sposito (2009, p. 13-14) ao afirmar que é preciso “emprender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de cidades pequenas e cidades médias”, na medida em que “a realidade das cidades pequenas e médias é extremamente plural para que se continue adotando, no plano teórico-conceitual, esses dois adjetivos”.

Ao propagar a necessidade de ter um pouco mais de cautela ao fazer referência ao que vem a ser uma cidade pequena ou média no país, Sposito tem por objetivo ressaltar a vasta heterogeneidade continental brasileira e considerar as discrepâncias regionais, uma vez que, os critérios de classificação de uma cidade na região sudeste não devem ser os mesmos utilizados para se classificar uma cidade no Norte ou Nordeste.



No Brasil, o caráter político administrativo define que todas as sedes de municípios são consideradas cidades. Veiga (2002) busca demonstrar que o Brasil é menos urbano do que se calcula, visto que para esse autor, o rural não pode ser identificado exclusivamente com aquilo que está fora do perímetro urbano. Do mesmo modo, considera, além do quesito populacional, a densidade demográfica como critério essencial para definição das áreas urbanas, o que lhe permite afirmar que, o Brasil não seria tão urbano e muitas das suas sedes municipais são apenas ‘cidades imaginárias’. De acordo com o último censo demográfico do IBGE, em 2010 o Brasil possuía 5.565 municípios, dos quais pouco menos de 4.000 apresentava uma população inferior a 20 mil habitantes e pouco mais de 1.000 entre 20 e 50 mil pessoas. Enquanto aqueles com mais de 500 mil habitantes totalizam apenas 38 municípios (tabela 1).

Tabela 1: Municípios brasileiros por classe de tamanho da população, entre o período de 1980 e 2010

	1980		1990		2000		2010	
	Nº de mun.	Total da população	Nº de mun.	Total da população	Nº de mun.	Total da população	Nº de mun.	Total da população
Nº de habitantes	3.991	119.011.052	4.491	146.815.762	5.507	169.590.693	5.565	190.755.799
Até 2.000	56	88.183	58	91.431	105	172.231	118	197.429
De 2.001 a 5.000	610	2.228.112	682	2.451.222	1.225	4.316.217	1.183	4.176.916
De 5.001 a 10.000	957	7.069.211	1.055	7.687.121	1.312	9.376.707	1.212	8.541.935
De 10.001 a 20.000	1.114	15.937.703	1.299	18.453.189	1.382	19.654.601	1.401	19.743.967
De 20.001 a 50.000	872	26.728.931	926	28.005.202	958	28.700.747	1.043	31.344.671
De 50.001 a 100.000	240	15.937.465	284	19.379.111	301	20.911.053	325	22.314.204
De 100.001 a 500.000	124	23.631.329	162	32.073.62	193	39.576.864	245	48.565.171
Mais de 500.000	18	29.529.639	25	38.776.557	31	46.882.273	38	55.871.506

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE).

Adaptado: Moreira Junior (2014)

Acresce ressaltar que, o aumento expressivo no número de municípios principalmente na década de 1990, quando foram criados 1.243 novos municípios, é resultado da descentralização do Estado brasileiro promovida pela Constituição de 1988. Ademais, a predominância dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes também é significativa entre as regiões metropolitanas, de modo que, até dezembro de 2016, foram inseridos 900 municípios a essas unidades urbanas institucionalizadas.



A maioria dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes configura-se como áreas de atuação restrita que dificilmente extrapola o limite municipal, com funções urbanas menos expressivas, isto é, ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços capazes de suprir uma demanda regional. Sendo assim, a maioria apresenta certa dependência em relação a outros centros com maior oferta de serviços especializados, como educação superior, serviços de saúde de média e alta complexidade, órgão estaduais e federais, entre outros.

CIDADES PEQUENAS EM CONTEXTO METROPOLITANO: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

Institucionalizada por iniciativa do Governo estadual, através da Lei N° 78 de 29 de junho de 2009, a RMCariri surgiu como uma proposta de desenvolvimento regional, isto é, sua criação esteve relacionada à necessidade de compartilhar com a capital cearense não só a atração populacional, como também investimentos de ordem pública e privada. O arranjo institucional é destaque no cenário da rede urbana cearense, devido a uma variedade de serviços ofertados pelo seu núcleo central – CRAJUBAR, o que lhe permite uma polarização que vai além das fronteiras do estado do Ceará, atingindo também os estados vizinhos de Piauí, Pernambuco e Paraíba, segundo (REGIC, 2020).

Trata-se de um aglomerado urbano complexo, com uma população de aproximadamente 610 mil habitantes e um forte dinamismo urbano, movido pelo aumento do consumo, comércio, migrações pendulares e oferta de bens e serviços. A região de influência do seu polo central, isto é, do Arranjo Populacional de Juazeiro do Norte, abrange uma população de 1.975.953 habitantes, distribuídos em cerca de 64 cidades do Ceará e estados vizinhos (REGIC, 2020).

Tabela 2 – População da Região Metropolitana do Cariri

POPULAÇÃO DA RMCARIRI, 2010, 2020					
Municípios	Total (2010)	Na Sede municipal (2010)	Urbano (2010)	Rural (2010)	Total (Estimativa, 2020)
Crato	121.428	93.192	100.916	20.512	133.031
Juazeiro do Norte	249.939	238.938	240.128	9.811	276.264
Barbalha	55.323	36.039	38.022	17.301	61.228
Missão Velha	34.274	12.891	15.419	18.855	35.480
Jardim	26.688	8.115	8.994	17.694	27.181
Nova Olinda	14.256	9.094	9.696	4.560	15.684
Santana do Cariri	17.170	4.762	8.822	8.348	17.712
Caririaçu	26.393	12.183	14.031	12.362	26.987
Farias Brito	19.007	5.349	8.871	10.136	19.389
Total (RMCariri)	564.444	420.563	444.899	119.579	612.956

Fonte: Adaptado de IBGE, (2010, 2020)



A tabela 2 revela algumas discrepâncias no quesito populacional, ao se analisar a relação estabelecida entre o núcleo CRAJUBAR e os demais municípios que compõe a RMCariri. Enquanto Juazeiro do Norte se destaca como um município praticamente urbano, isto é, com uma taxa de urbanização equivalente a 96%, Jardim possui apenas 44% dos seus habitantes na sede municipal, ou seja, mais da metade da sua população ainda reside em áreas rurais.

É sabido que a expressiva importância demográfica e econômica exercida pelo CRAJUBAR foram primordiais na escolha de seu território como principais centros da RMCariri. Também é notória a dependência dos demais seis municípios em função de complementariedade funcional exercida pelo núcleo, a partir da oferta de serviços de saúde e educação, bem como pelo forte dinamismo comercial exercido por Juazeiro do Norte.

Segundo estimativas do IBGE (2021), o CRAJUBAR apresenta uma população total de 473.839 habitantes, enquanto os demais seis municípios somam apenas 142.615 da população da RMCariri. Tais disparidades vão além do contingente populacional e podem ser observadas em relação à expressividade econômica, a exemplo do PIB. Responsável por 83% do PIB da RMCariri, o CRAJUBAR, especialmente Juazeiro do Norte, apresenta um processo dinâmico e contínuo de expansão da sua área urbana, além de uma oferta diversificada de serviços públicos e privados, fator condicionante para um movimento constante de migrações pendulares entre os demais municípios da RMCariri.

Nessa perspectiva, acredita-se que o processo de institucionalização da RMCariri foi movido essencialmente por dois fatores: primeiro a influência política, com planos estratégicos voltados essencialmente para o Crajubar, mas também pelo contexto urbano de seus principais municípios na rede urbana cearense. Ademais, se faz necessário analisar o papel das cidades pequenas que integram essa RM, a fim de compreender em que contexto se deu a sua institucionalização.

NOVA OLINDA: “A CIDADE DO TURISMO”

Conhecido inicialmente como Sítio Tapera, Nova Olinda situada às margens do Rio Cariús, pertencia anteriormente a Santana do Cariri, passando a distrito no ano de 1933 e elevado à categoria de município na metade do século XX, em 1957 (GIRÃO, 1983). Distante pouco mais de 500 km da capital cearense, Nova Olinda compreende uma área de aproximadamente 284 km² e uma população de 15.798 habitantes segundo estimativa do (IBGE, 2021). Embora represente o menor município da RMCariri, no quesito populacional, o



município vem se destacando por apresentar uma das maiores taxas de crescimento fora do CRAJUBAR.

A cidade faz parte de um grupo de 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico no Brasil, outorgado pelo Ministério do Turismo no ano de 2006. No Ceará, também fazem parte os municípios de Aracati, Jijoca de Jericoacoara e Fortaleza. Diferente dos demais destinos indutores do Estado, que são referências do turismo litorâneo cearense, Nova Olinda foi escolhida a partir de outra lógica, que não está relacionada ao litoral, mas pelo diferencial de um projeto social desenvolvido a partir da Fundação Casa Grande, e sua promoção de turismo comunitário, bem como, pela realização do trabalho de Espedito Seleiro, importante artesão da região (FERNANDES, 2014).

Criada no ano de 1992, a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (figura 01) foi instituída a partir da restauração da primeira Casa da Fazenda Tapera, onde se localiza hoje a cidade de Nova Olinda, que servia como ponto de passagem da estrada das boiadas que, ligava o Cariri ao sertão dos Inhamuns, no período da civilização do couro, final do século XVII. A Fundação é uma Organização Não Governamental (ONG) e tem como missão a formação educacional de crianças e jovens por meio de programas voltados para Memória, Comunicação, Artes e Turismo, através da valorização do patrimônio material e imaterial do município. Sua criação está voltada tanto para atividade turística como para ações sociais, dentre os quais se destacam a produção cultural e artesanal.

A ONG possui um acervo que compreende variados instrumentos pertencentes aos índios que habitaram a região, além de biblioteca, parque infantil, loja de artesanato, laboratório de tv, teatro, museu Memorial do Homem Kariri e a Rádio Comunitária Fundação Casa Grande. Tais equipamentos visam promover atividades de complementação escolar para crianças e jovens da região. Para tanto, contam com o apoio dos próprios jovens e familiares no desenvolvimento dos projetos.



Figura 1 - Fundação Casa Grande em Nova Olinda – CE

Fonte: CASTRO (2017).

Já Espedito Veloso de Carvalho, mais conhecido como Espedito Seleiro, é um artesão cearense de 81 anos que possui uma oficina de artigos em couro: sandálias, bolsas, chapéus, além de selas, gibões e outros elementos da cultura vaqueira. Natural de Arneiroz, nos Inhamuns, com residência em Nova Olinda, Espedito carrega esse apelido oriundo dos seus antepassados. Atual mestre da cultura nova olindense, o artesão é reconhecido pelo Ministério da Cultura, e suas peças ganham destaque por transformar elementos da cultura vaqueira em peças de interesse para o universo da moda, sendo vendidas em vários estados brasileiros e exportadas para outros países.

Sua marca está impressa tanto na moda como no cinema. Espedito Seleiro já teve suas peças divulgadas em grandes desfiles de moda a exemplo do São Paulo Fashion Week (2006), em peças teatrais além de serem usadas em filmes como – O homem que desafiou o diabo (2007) e Gonzaga – De pai para filho (2012).



Figura 2 – Peças produzidas por Espedito Seleiro

Fonte: DODT (2016).

Em razão de um desejo antigo do artesão, foi inaugurado em 19 de dezembro de 2014, o Museu do Couro, localizado à Rua Monsenhor Tavares, próximo à sua oficina. O Museu abriga o Memorial Espedito Seleiro, com peças que fazem parte da sua história, dentre as quais se destacam um baú, confeccionado por ele ainda criança e a primeira sandália criada para Alemberg Quindins, então diretor da Casa Grande, além de acessórios pertencentes a sua família, como a máquina de costura que criou peças para Lampião e seus vaqueiros, pertencente a seu avô Gonçalo. Segundo Liana Cristina Vilar Dodt¹¹, o museu é carregado de certo personalismo, visto que é o próprio Espedito quem guarda as chaves da entrada e dá acesso aos visitantes, chegando a fazer visitas guiadas, explicando cada peça em exposição. No que se refere às peças elaboradas pelo artesão, a autora ressalta que:

Além da cultura vaqueira, as peças de Espedito carregam traços da estética do Cangaço. As primeiras sandálias de couro que ele produziu são fortemente inspiradas no estilo de Lampião, na indumentária típica dos cangaceiros. (...) Conseguiu atingir o equilíbrio entre o tradicional e o contemporâneo, alcançando diversos públicos sem perder a essência do processo criativo (DODT, 2016 p. 32).

Percebe-se que, grande parte do potencial turístico exercido por Nova Olinda advém da Fundação Casa Grande e do trabalho realizado por Espedito Seleiro. Não obstante, o município está localizado no perímetro dos sítios geológicos que formam o Geopark Araripe. Fundado no ano de 2009, o Geopark Araripe é o primeiro da América Latina a ser instituído sob os auspícios da UNESCO. Seu território compreende uma área de mais de 3.000km², abrangendo

¹¹Pesquisadora da área de comunicação da Universidade Federal do Ceará com dissertação intitulada de: Espedito Seleiro: tradição e ofício de um artesão cearense.



os municípios do Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, e recebe anualmente pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento.

Composto por nove sítios de significativa relevância geológica, paleontológica e cultural, o Geopark contribuiu com o aumento do potencial turístico de Nova Olinda, uma vez que, o município passou a abrigar dois, dos seus nove geossítios¹² – Ponte de Pedra e Pedra cariri. O geossítio Ponte de Pedra está situado no Sítio Olho D'água de Santa Bárbara, distante cerca de 9km da sede municipal de Nova Olinda. No local, é possível observar uma formação rochosa em forma de ponte, que provavelmente serviu como passagem para as antigas populações, tanto para os índios como para os antigos vaqueiros que colonizaram a região (GEOPARK, ARARIPE, 2016).

O geossítio Pedra Cariri compreende uma antiga área de mineração de calcário conhecida por Mina Triunfo. Localizado a pouco mais de 3km do centro da cidade, o local se destaca devido a vasta quantidade de fósseis encontrados nas lavras de calcário laminado. A extração do calcário move boa parte da economia da região, especialmente as cidades de Santana do Cariri e Nova Olinda, tornando-se uma das principais atividades econômicas destes municípios, visto que, a pecuária e agricultura tem apenas um caráter de subsistência.

Bastante utilizado na construção civil, principalmente em revestimentos de paredes, calçadas e pisos, a 'Pedra Cariri' também dá forma a muitas peças artesanais. Contudo, embora a mineração seja um fator importante para o desenvolvimento local, as modalidades de trabalho ainda são muito primitivas, com grandes quantidades de rejeitos e principalmente falta de um planejamento ambiental voltado para o desenvolvimento sustentável. Bezerra (2015 p. 87) destaca que:

Atualmente, Nova Olinda possui oito processos de lavra registrados legalmente no DNPM, porém podem-se perceber, na paisagem local, buracos de mina operando na ilegalidade, o que torna difícil a regulamentação e a fiscalização dos empreendimentos pelos órgãos oficiais mineradores e ambientais.

Ainda segundo a autora, essa atividade vem causando intensa degradação ambiental, uma vez que, a maneira de extração praticada ainda é muito rudimentar, causando diversos danos como desmatamento, poluição do ar, erosão do solo, poluição sonora, contaminação dos recursos hídricos, além da perda do patrimônio fossilífero. Embora se destaque entre as

¹²Geossítios são áreas de grande relevância geológica (formação estratigráfica/rochas), paleontológica (fósseis), cultural (manifestações diversas da(s) comunidade(s) que o compõe) e histórico (história de um povo e de sua terra).



pequenas cidades da RMCariri pelo seu potencial turístico, Nova Olinda, enfrenta alguns desafios, como a inexistência de um planejamento municipal de meio ambiente para o setor, ausência de políticas locais de incentivo ao turismo e melhoria na infraestrutura física dos principais atrativos.

Com PIB municipal distribuído entre os setores de serviços (76,06%), agropecuária (12,10%) e indústria (11,84%), o município possui 57 empresas industriais ativas, das quais, seis estão voltadas para o extrativismo mineral e 51 no ramo da transformação (IPECE, 2015). Os empregos formais, em sua maioria, estão voltados para a administração pública, seguidos pelo comércio, indústrias de transformação e extrativismo mineral. No tocante a oferta de serviços mais especializados e demais equipamentos públicos, como universidades e hospitais de grande porte, a população local assim como nos demais municípios que compõe a RMCariri, ainda necessita se deslocar até o CRAJUBAR.

SANTANA DO CARIRI: “A CAPITAL DA PALEONTOLOGIA”

Criado em 26 de agosto de 1838, como distrito subordinado ao município de Assaré, Santana do Cariri desmembrou-se pela Lei nº 2.096, de 25 de novembro de 1885, sendo elevada à condição de vila denominada Santana de Brejo Grande. Em 3 de agosto de 1896 teve seu nome alterado para Santana do Cariri, permanecendo por pouco mais de 40 anos, quando o Decreto de Lei nº 287, de 20 de dezembro de 1938 a elevou a condição de cidade pelo nome de Santanópolis. Foi apenas em 22 de novembro de 1951 que a cidade voltou a ter a denominação de Santana do Cariri permanecendo até os dias atuais (GIRÃO, 1983). Ainda segundo o autor, os primeiros povoadores do Cariri, lá chegaram no último quartel do século XVII, tratava-se dos irmãos João Alves Feitosa e Jose Alves Cavalcante, que se instalaram nas margens do Riacho Brejo Grande, erigindo um pequeno templo sob a invocação de Senhora Santana, no local onde está hoje a igreja matriz do município.

Segundo IBGE (2021), Santana do Cariri possui uma população estimada em 17.726 habitantes, em uma área de 855,563 km² e densidade demográfica de 20,07 hab/km². Composta por seis distritos mais a sede municipal, o município se destaca entre os demais da RMCariri por apresentar baixo índice de crescimento populacional, uma vez que, sua população em 2010 era 17.170 habitantes. Também conhecida como a capital cearense da paleontologia, devido seu patrimônio fossilífero, a cidade se destaca junto à Nova Olinda, pelo seu potencial turístico, ao abrigar dois geossítios do Geopark Araripe – (Pontal da Santa Cruz e Parque dos Pterossauros),



além do Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri-URCA, que atrai milhares de visitantes anualmente.

Um dos maiores atrativos da cidade, o Pontal da Santa Cruz, está localizado no topo da Chapada de Araripe, numa altitude de aproximadamente 750m, próximo ao povoado Cancão Velho, hoje conhecido como Vila do Pontal. Distante pouco mais de 4 km da sede do municipal, o geossítio permite uma vista panorâmica da cidade, bem como, de boa parte da Chapada do Araripe. No local, encontra-se uma antiga capela de estilo eclético, erguida em meados do século XX e um antigo crucifixo a sua frente, exemplos recorrentes da arquitetura popular e de uma devoção popular católica típica do Cariri.

Já o Parque dos Pterossauros está localizado no Sítio Canabrava, de propriedade da Universidade Regional do Cariri (URCA), a 2,5km de Santana do Cariri, sendo um dos principais componentes do Geopark Araripe. Situado próximo ao Museu de Paleontologia da URCA, na sede do município, esse geossítio revela enorme potencial para visitantes, dada a riqueza e peculiaridade de seu conteúdo. O parque é um dos principais sítios de achados de fósseis do Nordeste e, por esse motivo, é regularmente palco de escavações paleontológicas, reunindo especialistas de todo o Brasil. Os fósseis brasileiros de pterossauros são encontrados, sobretudo, em concreções calcárias do membro Romualdo (Formação Santana), na Bacia Sedimentar do Araripe (GEOPARK ARARIPE, 2016).

Devido à riqueza paleontológica da região, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou um projeto intitulado de Centro de Referência Casa de Pedra – (CDP), no intuito de realizar pesquisas paleontológicas e geológicas instalando-se em Santana do Cariri no distrito de Inhumas (figura 3). Os alunos e pesquisadores alegam que o Cariri possui um dos mais importantes acervos paleontológicos do mundo. O terreno para construção da casa foi doado pela prefeitura municipal que assinou contrato de cooperação com a universidade em setembro de 2014. O apoio orçamentário para a realização do projeto também contou com a Fundação Carlos Chaga Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – (FAPERJ), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – (CNPq), Programa de Formação de recursos Humanos da Petrobrás – (PFRH) e Associação Brasileira de Geólogos do Petróleo – (ABGP).

A casa inaugurada no dia 23 de junho de 2016 tem capacidade de atender cerca de 60 alunos, com agendamento para uso e visa proporcionar o fortalecimento para as pesquisas relacionadas à UFRJ, como de outras instituições de ensino da região, a exemplo da Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), além de manter parceria com o Geopark Araripe. O



projeto se destaca ainda como uma forma de incentivo ao geoturismo da região.

Figura 3 - Casa de Pedra da UFRJ em Santana do Cariri



Fonte: CASTRO (2016).

Vale destacar a importância do Museu de Paleontologia da URCA, que foi criado em 1985, pelo então prefeito de Santana do Cariri, Plácido Cidade Nuvens. Em 1991, passou a integrar a URCA, colaborando como núcleo de pesquisa e extensão desta. O museu reúne pouco mais de 9.000 fósseis, datados de variados períodos geológicos, mantém projetos de escavações permanentes de fósseis na Bacia do Araripe e recebe quase mil visitas mensais, o que faz deste espaço um verdadeiro centro de visitação por muitos estudiosos do Brasil e do mundo no que tange a estudos voltados para paleontologia e geologia. A coleção de fósseis do Museu de Paleontologia é ampliada a cada ano por meio de doações da comunidade científica, através das escavações e da própria população, tendo em vista que o município é considerado ‘o berço da paleontologia no Brasil’.

Além disso, a cidade é destaque no turismo religioso, a partir da figura de uma santa popular de nome Benigna Cardoso, popularmente conhecida como ‘Santa Benigna’. Trata-se de uma jovem de 13 anos que resistiu a uma tentativa de abuso sexual e por este motivo foi assassinada a golpes de facão, na primeira metade do século XX. Após sua morte, surgiram muitos testemunhos de graças alcançadas por seu intermédio, de modo que, a menina passou a ser invocada como Santa nesta localidade. Atualmente a Santa popular atrai pessoas de várias partes do Nordeste até o município de Santana do Cariri. A Romaria chegou a sua décima sexta edição no ano de 2019 e acontece no mês de outubro, data do natalício da Benigna. A diocese do Crato iniciou os trabalhos para pedir a beatificação de Benigna ao Vaticano em 2011,



contudo, o processo está em andamento na cúpula da Igreja em Roma. O santuário da “heroína da castidade” está localizado no distrito de Inhumas, distante cerca de 2 km da sede municipal.

Figura 4 – Capela da Santa Benigna – Santana do Cariri



Fonte: Castro (2016).

Ainda se tratando do turismo, ressaltamos, em Santana do Cariri, a ‘Euroville’, situada no distrito de Araporanga, distante 9 km do centro da cidade. Trata-se de um conjunto de casas com estilo arquitetônico europeu que retrata a evolução da arquitetura europeia ao longo do tempo. Na localidade, é possível encontrar uma réplica da Torre Eiffel, com 10% do tamanho original; anfiteatro grego; moinho de vento; capela em estilo barroco europeu, réplicas de casas inglesas, gregas, francesas e italianas, além de plantas do continente europeu a exemplo da grama francesa e rosas gregas.

O projeto de construir as edificações baseadas em alguns cartões-postais da Europa veio de um professor aposentado de nome José Pereira e seu irmão Francimar, urbanista que, após morar alguns anos na Europa, resolveu construir as casas, a princípio, no intuito de servir como ponto de apoio para os irmãos passarem as férias. As casas de aproximadamente 60 m² não são habitadas, com exceção da casa inglesa, onde mora José Pereira. O local chama a atenção dos visitantes pela beleza da jardinagem de inspiração grega e francesa que, apesar de estar cravado em plena caatinga, mantém verde durante todo o ano, e já atraiu mais de 10 mil visitantes por ano.



Figura 5 – Euroville no distrito Araporanga em Santana do Cariri

Fonte: CASTRO (2015).

No ano de 2016, a propriedade foi fechada para visitação, por decisão da família de seu Zé Pereira, para a construção de um novo projeto: o espaço temático Brugge – Europa medieval. O espaço foi reaberto à visitação, exposição de ensaios fotográficos e restaurante com entrada mediante reserva em 2018. Atualmente, o Brugge – Europa medieval tornou-se um empreendimento comercial com funcionamento diário. A entrada custa R\$ 10,00 para visitação, também são ofertadas hospedagens para duas pessoas e quatro pessoas. O ambiente foi pensado com intuito de transportar o visitante até as cidades europeias, com arquitetura característica das suas construções, restaurante com pratos típicos europeus e ambientado com jardinagem francesa a fim de alavancar o comércio e turismo local.

Desse modo, Santana do Cariri se destaca pelo seu potencial turístico, seja o turismo ecológico, científico ou religioso. Contudo, não se difere de Nova Olinda e demais municípios da RMCariri, quando se trata de problemas referentes a falta de oportunidades de emprego e melhor distribuição de renda. Segundo IBGE 2010, o município possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,612, ficando na posição 91 do ranking estadual. Sua população extremamente pobre, isto é, com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00 equivale a aproximadamente 40% dos habitantes, em sua maioria residente na zona rural, como pode ser observado na tabela 3.



Tabela 3 - População com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00 em Santana do Cariri

Discriminação	População extremamente pobre	
	Município	%
Urbana	2.750	31,17
Rural	4.039	48,38
Total	6.789	39,54

Fonte: IBGE (2010).

Em 2015, Santana do Cariri somava 21 empresas indústrias ativas, das quais, seis atuam no ramo do extrativismo mineral e 15 indústrias da transformação. O município possui 167 estabelecimentos comerciais do tipo varejista e 1.025 empregos formais, em sua maioria, voltadas para a administração pública (IPECE, 2015). Em 2010, dos 4.510 domicílios do município, apenas 54,68% possuíam coleta de lixo. Os problemas de infraestrutura somados ao baixo dinamismo econômico apresentado por Santana do Cariri nos permite afirmar que, apesar do seu potencial turístico, a cidade necessita de olhar mais atento quanto à elaboração de políticas que visem uma melhor qualidade de vida para sua população.

MISSÃO VELHA: “O PORTAL DO CARIRI”

Também conhecida pela beleza natural de suas cachoeiras, a Cidade de Missão Velha é vista como um marco zero da região do Cariri. Segundo Irineu Pinheiro (1963) foi o primeiro lugar habitado daquela região, ou local onde deu origem o primeiro povoamento capuchinho, e início das missões catequistas. Ainda segundo o autor, foi nesse município onde ergueu-se a primeira capela do Cariri, em um lugar chamado Missão Nova. A freguesia dos Cariris Novos (Missão Velha) foi criada sob invocação de Nossa Senhora da Luz, por provisão de Manuel Machado Freire, em 28 de janeiro de 1748, sendo considerada a verdadeira mãe da evangelização caririense.

A cidade mantém viva a memória de um Cariri lendário, histórico e místico, além de se destacar como local de expansão das missões caririrenses nos séculos XVII e XVIII. Foi elevada à categoria de Vila em 1864 e ganhou esse nome devido os jesuítas terem fundado outra missão, passando a ser conhecido como Missão Velha. Formada por quatro distritos, incluindo a sede municipal, Missão Velha apesar de ser contemplada com o *status* de ‘metropolitano’ possui pouco mais de 50% da sua população residindo em área rural (tabela 4), realidade esta que se estende a outros dois municípios da RMCariri – Jardim e Farias Brito.



Tabela 4 – Distribuição da população de Missão Velha

Distribuição	Urbana	Rural	Total
Distrito	Nº de habitantes	Nº de habitantes	Nº de habitantes
D. Missão Velha (sede)	12.891	6.085	18.976
D. Jamaru	2.342	7765	10.107
D. Missão Nova	145	3.170	3.315
D. Quimami	41	1835	1.876
TOTAL	15.419	18.855	34.274

Fonte: IBGE (2010).

Com uma população estimada em 35.566 habitantes, segundo IBGE (2021), Missão Velha apresenta o maior contingente populacional entre as cidades de até 50 mil habitantes da RMCariri. O município, assim como Nova Olinda e Santana do Cariri, abriga dois geossítios, o que o inclui no roteiro daqueles que buscam conhecer o Geopark Araripe. Um dos seus principais atrativos, o geossítio ‘Cachoeira de Missão Velha’ está localizado no Sítio Cachoeira, a 3km da sede municipal e compreende a formação de cachoeiras com mais de 10 m de queda d’água. O geossítio é um marco da beleza paisagística do Cariri, além de se destacar por seus aspectos geológicos, com rochas sedimentares de aproximadamente 420 milhões de anos. (GEOPARK ARARIPE, 2016).

Nas proximidades da cachoeira, é possível encontrar restos de casas de pedra que remetem a uma primeira fase de colonização do Cariri, ao final do século XVII. Acredita-se que o local também servia com ponto de encontro entre cangaceiros, que marcaram a história do Sertão, no início do século XX. Todavia, o local de grande beleza paisagística enfrenta sérios problemas de poluição e deposição de resíduos sólidos por aqueles que visitam a cachoeira.

Já o geossítio ‘Floresta petrificada do Cariri’ está localizado no Sítio Olho D’água Comprido, junto à rodovia CE-295 que liga a cidade de Missão Velha à BR-116, a 6km da sede municipal, na localidade conhecida como Grota Funda. O geossítio constitui uma área com exposições das rochas da Formação Missão Velha e guarda um tesouro paleontológico de valor incalculável. Os fósseis de troncos petrificados, encontrados na região, datam de aproximadamente 145 milhões de anos e indicam a existência de colinas cobertas por florestas recortadas por rios que transportavam os troncos, que posteriormente eram soterrados e fossilizados.

Missão Velha também se destaca pela sua tradicional vaquejada que ocorre anualmente no mês de julho. A festa, que teve origem no sertão nordestino com a labuta na criação de gado, chegou a sua 52ª edição em 2019. Verdadeiro marco da cultura local, a vaquejada atrai milhares de pessoas à cidade, tornando-se o seu maior festejo. Ademais, também fazem parte do seu quadro festivo, a festa do padroeiro São José, em março, e o festival de quadrilhas, em junho.



Segundo IPECE, em 2015, o município possuía 37 empresas industriais no setor da transformação, quatro na construção civil e uma extrativa mineral, totalizando 42 indústrias que, juntas, representam 204, dos 2.340 empregos formais da cidade. Não obstante, os estabelecimentos comerciais predominam somando 385 no total, dos quais 376 do tipo varejista e nove atacadistas. O PIB do município é voltado, praticamente, para dois setores da economia, serviços com 74,23% e agropecuária com 21,06%, já a indústria é responsável por apenas 4,71%. Posto isso, o ‘portal do Cariri’, como é conhecida a cidade, ainda apresenta fragilidades quanto às políticas territoriais, bem como, a oferta de funções urbanas, o que a caracteriza como centro local que presta pequenos e simples serviços a sua população e áreas circunvizinhas.

FARIAS BRITO: “A CAPITAL DA CAL”

O município de Farias Brito teve o início de sua colonização intimamente ligada à concessão de sesmarias, entre os séculos XVII e XVIII. Em 1890, por força do decreto Nº 82, datado de 13 de outubro, tornou-se vila denominada Quixará. Esse primitivo nome é de origem indígena, e provem da tribo dos canindés, que habitava o alto sertão do Ceará na época (GIRÃO, 1983). Ainda segundo o autor, a vila foi elevada à categoria de cidade pelo decreto de Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, sendo desmembrada de Assaré. Seu nome foi mudado para Farias Brito em homenagem ao filósofo Raimundo de Farias Brito. O primeiro prefeito a exercer o cargo foi José Alexandre Nunes.

O município possui uma extensa área territorial de 203 km² e baixa densidade demográfica de 37 hab/km². Composta por três distritos, mais a sede e uma população de 19.330 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2021), Farias Brito ganha realce junto a Jardim e Missão Velha como os únicos municípios da RMCariri que possuem população rural superior a urbana.

Tabela 5 – Distribuição da população de Farias Brito

Distribuição	Urbana	Rural	Total
Distrito	Nº de habitantes	Nº de habitantes	Nº de habitantes
D. Farias Brito (sede)	5.349	6.015	11.364
D. Cariutaba	1.549	867	2.416
D. Nova Betânia	936	861	1.797
D. Quincuncá	1.037	2.393	3.430
TOTAL	8.871	10.136	19.007

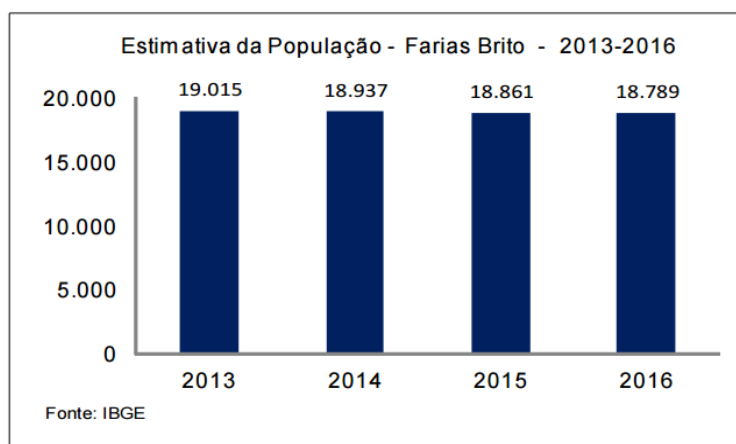
Fonte: IBGE (2010).

Outro fato que merece destaque refere-se ao déficit populacional que o município vem



apresentando nos últimos anos. As estimativas feitas pelo IBGE apontam que, entre os anos de 2013 e 2016, Farias Brito manteve uma relativa diminuição em sua população, de modo que, 226 habitantes deixaram a cidade nesse período.

Gráfico 1 – Estimativa da população de Farias Brito



Fonte: IPECE (2016).

Esse número continuou em queda em 2017, ano que o município apresentou um total de 18.720 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017). O cenário só começou a mudar em 2018, quando a população estimada foi de 18.882, com um acréscimo de 162 habitantes e 2019 com um total de 19.450 habitantes, isto é, 568 pessoas a mais no referido ano. Não obstante, nos anos seguintes, os números começaram a cair novamente, tendo em vista que em 2020 o município aparece com 19.389 habitantes e apenas 19.330 em 2021, segundo a estimativa do IBGE (2021).

No Ceará, a queda no número de habitantes na última década ocorreu em 34 municípios. A estimativa baseada em dados estatísticos dos últimos censos indica que a migração ocorre principalmente em razão da falta de empregos e em busca de qualificação profissional. Este fato provoca o crescimento das cidades médias, como Juazeiro do Norte, por exemplo, que vem apresentando índices de crescimento, em termos proporcionais, maiores que algumas metrópoles. Acresce informar, que outro motivador desse processo se refere às secas que atingem a região. Segundo IBGE (2016), dos 34 municípios que apresentaram declínio populacional, cerca de 40% tem mais da metade de sua população residindo em áreas rurais com economia baseada na agricultura e pecuária de subsistência junto à oferta de empregos da administração pública. Ademais, também são consideradas as taxas de natalidade e mortalidade e as mudanças nos limites municipais, como possíveis fatores que influenciam tais flutuações demográficas.



Também conhecida como a ‘capital da cal’, Farias Brito ao final do século XX, tinha como uma de suas principais atividades econômicas a fabricação e comercialização do produto, utilizado principalmente na construção civil. Contudo, apesar de ainda ser apontada como principal símbolo do município, a produção da cal entrou em declínio e as principais fontes de renda atualmente estão voltadas para o funcionalismo público e a produção agrícola, com destaque para a plantação de milho. Segundo IPECE (2015), a cidade dispõe de 240 estabelecimentos comerciais, 29 empresas industriais ativas e um número de empregos formais de 1.139 pessoas, em sua maioria, voltada para a administração pública. O município possui ainda 34,4% dos seus habitantes com rendimento mensal domiciliar *per capita* de R\$ 70,00, isto é, vivendo em extrema pobreza.

Parte da sua história está retratada no ‘memorial Maria Leite de Almeida (Sinhá)’. O nome do memorial remete a esposa do antigo prefeito da cidade, conhecida popularmente como Sinhá de Né de Almeida. No local, é possível observar documentos, objetos e fotografias antigas de importantes cidadãos farias britenses que marcaram a história do município, entre eles o cineasta Rosemberg Cariry. Farias Brito também possui a ‘Associação Cultural Curumins do Sertão’ que completou 10 anos em 2016. No espaço, funciona a Casa de Arte e Cultura Rosemberg Cariry onde se encontra um acervo que mostra toda trajetória do cineasta, bem como, peças de outros artistas cearenses.

Traço marcante do Cariri cearense, a religiosidade popular associada à figura do Padre Cícero também pode ser encontrada no município. Em 1977, foi instalada uma estátua do Padre, no distrito de Quincuncá, distante 4km da sede municipal. Eleito pela gestão municipal como principal ponto turístico da cidade, o local vem recebendo investimentos no intuito de alavancar o turismo na cidade. Uma reportagem publicada em 2015 pelo jornal Diário do Nordeste¹³ divulgou que um valor estimado em R\$ 4 milhões foi investido em obra de infraestrutura no local. Os recursos foram oriundos do Ministério do Turismo, em parceria com o governo do Estado e a Prefeitura Municipal. Desde então, a obra do complexo turístico passou a ser denominada ‘Pontal do Padre Cícero’.

O ‘Pontal do Padre Cícero’ é semelhante ao Pontal da Santa Cruz, em Santana do Cariri, a localidade possui um mirante, com uma vista panorâmica do vale do Cariri. Não obstante, sua principal característica refere-se às missas celebradas dia 20 de cada mês em homenagem à data de aniversário de morte do padre Cícero, tornando-se um verdadeiro ponto de oração e pagamento de promessas. Assim como Missão Velha, o município de Farias Brito também

¹³Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/pontal-dopadre-cicero-atraidevotos-1.1273473>>. Acesso em: 14 de agosto, 2016.



possui uma tradicional vaquejada que ocorre anualmente no mês de setembro se destacando como a sua principal festividade ao longo do ano. Ademais, a antiga Quixerá, que possui como principal fonte de renda a produção agrícola, o funcionalismo público e o comércio local, é mais uma cidade pequena do Cariri cearense que necessita de instrumentos voltados para planejamento e gestão do território.

CARIRIAÇU: “MAIOR PRODUTORA DE SISAL DO CEARÁ”

Caririaçu é mais uma cidade pequena integrante da RMCariri, que possui reduzido desenvolvimento econômico com suas principais atividades voltadas para o cultivo de atividades primárias, como agricultura e pecuária, além dos serviços e comércio. Foi desmembrado de Crato e elevado à categoria de vila com a denominação de Serra de São Pedro, pela Lei provincial nº 1727, de 18-08-1876. A partir dessa data, passou por diversas mudanças toponímicas, no tocante a leis e decretos, até chegar à denominação atual como destaca Girão (1983 p. 63):

A Lei Provincial nº 1727, de 18 de agosto de 1876, criou o município, com sede na povoação de São Pedro, então elevada à vila. Extinto, foi restaurado pela Lei nº 2046, de 12 de novembro de 1883. De novo extinto pela Lei nº 589, de 24 de julho de 1900, foi restaurado pela Lei nº 805, de 21 de agosto de 1905. Mais uma vez suprimido, pelo decreto nº 193, de 20 de maio de 1931, passando eu território a pertencer ao município de Crato, restaurou-o o decreto 1156, de 4 de dezembro de 1933. A vila tomou a categoria de cidade em vista do decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938. É considerado fundador do município José Joaquim de Santana, filho de Icó, que se estabeleceu na fazenda São José, em 1850.

Formado por quatro distritos, incluindo a sede, o município possui uma área total de 623 Km² e densidade demográfica de 42,33 hab/km². Com pouco mais da metade da sua população residindo em áreas urbanas e uma estimativa de aproximadamente 27.008 habitantes para 2021, Caririaçu apresenta uma taxa de crescimento semelhante a maioria dos municípios com menos de 50 mil habitantes da RMCariri.

Tabela 6 – Distribuição da população de Caririaçu

Distribuição	Urbana	Rural	Total
Distrito	Nº de habitantes	Nº de habitantes	Nº de habitantes
D. Caririaçu (sede)	12.183	6.402	18.585
D. Feitosa	498	1.765	2.263
D. Miguel Xavier	573	1.094	1.667
D. Miragem	777	3.101	3.878
TOTAL	14.031	12.362	26.393

Fonte: IBGE (2010).



O principal veículo gerador de renda no município é o governo municipal, através da oferta do funcionalismo público. Embora a agricultura e pecuária, juntas, sejam responsáveis por 16% do PIB municipal, o setor de serviços se destaca com 73,96% deste, seguido pela indústria com 9,91% segundo IPECE, (2013). Caririáçu conta com 22 empresas indústrias, sendo 20 delas do setor de transformação e 2 da construção civil. Embora seja de grande importância no PIB municipal, não é a área que absorve uma grande quantidade de mão de obra, gerando apenas 78 empregos formais segundo o IPECE (2015).

O município possui 287 estabelecimentos comerciais, dos quais predominam os varejistas, isto é, 285, e dois do ramo atacadista, gerando 143 empregos formais. O número total de empregos formais equivale a 1.684, em sua maioria, servidores da administração pública totalizando 1.381. Os demais estão distribuídos nas áreas da indústria da transformação, construção e comércio (IPECE, 2015).

Conhecido como maior produtor de sisal (*Agave sisalana*) do Ceará, Caririáçu também se destaca pelo cultivo de outras lavouras como a bananicultura que, juntas, são responsáveis por 3% do PIB e da mamona (*Ricinus communis L.*), não somente por possuir grande expressividade no quadro econômico, mas, por se tratar de uma cultura voltada, principalmente, para a produção de biodiesel (MACÊDO, 2016). Ainda segundo o autor “a diversidade de culturas do município está relacionada com as características do clima serrano, bem mais ameno se comparado com as depressões sertanejas circundantes” (MACÊDO, 2016 p. 94).

A produção é feita através do sistema de agricultura familiar e o principal destino da cultura é a produção de artesanato e de cordas originários da fibra, que garante uma renda extra para cerca de 20 famílias no município. A gestão municipal, através da secretaria de cultura, afirma que o município pretende capacitar mais artesãos através de cursos no intuito de aumentar a produção. A Associação dos artesãos de Caririáçu (ARTÇU) criada em 2001, chega a produzir mil peças por mês. As peças feitas com a fibra do sisal e a palha do milho são vendidas nas cidades vizinhas, em Pernambuco, Fortaleza e até exportadas para fora do Brasil. Os artesãos produzem utensílios domésticos como tapetes, baús e cestas, brinquedos e acessórios como bolsas e chapéus.

Assim como na maioria dos municípios caririenses, a religiosidade também exerce um papel importante em Caririáçu. Embora não disponha de um centro de visitação deromeiros, como acontece em grande parte dos demais municípios da RMCariri, a cidade possui uma relativa quantidade de igrejas, em sua maioria, católicas que promovem festas religiosas durante grande parte do ano. A festa religiosa realizada em homenagem a São Pedro, padroeiro do



município, ocorre entre os dias 20-29 do mês de junho tornando-se uma tradição que se repete a mais de um século. Durante a semana de festejos, os católicos participam de procissões, celebração de novenas, leilões e missas, bem como de uma famosa ‘carreata de São Pedro’ que ocorre há mais de trinta anos na localidade. Não obstante, a pequena Caririaçu, de economia pautada principalmente no setor primário e de serviços, não possui funções urbanas que a evidencie no contexto regional da RMCariari.

JARDIM: “RAINHA DAS CHAPADAS DO NORDESTE”

O município de Jardim, elevado à categoria de vila com denominação de Santo Antônio do Jardim, em 30-08-1814, e à condição de cidade pela provincial nº 1829, de 03-09-1879 recebe essa denominação oriunda de um rio do mesmo nome, formado pelo encontro de dois pequenos rios – o Cravatá e o Barra da Mata. Sua existência deve-se ao padre João Bandeira, natural da Bahia, que, em companhia de outros emigrantes do Rio São Francisco e fugindo aos efeitos da grande seca que assolava os sertões baianos e pernambucanos veio estabelecer-se, em 1782, no vale do Jardim, onde havia terras férteis e os recursos das revinas perenes (GIRÃO, 1983). Ainda segundo o autor, a presença do sacerdote atraiu para ali muitas outras pessoas, que se foram ‘arraialando’. O primeiro templo católico construído foi o templo do padre João Bandeira, no mesmo local em que mais tarde se elevou a matriz.

Dividido em três distritos, Corrente, Jarimirim e o distrito sede, essa pequena cidade, com maioria de sua população residindo em áreas rurais, possui reduzido desenvolvimento industrial e econômico e preservação de atividades primárias como agricultura e pecuária, além dos serviços. Segundo estimativa do IBGE (2020), o município com população de aproximadamente 27.187 habitantes, apresenta um baixo crescimento populacional nos últimos anos, uma vez que sua população aumentou em 499 pessoas no intervalo de 2010-2021.

Tabela 7 – Distribuição da população de Jardim

Distribuição	Urbana	Rural	Total
Distrito	Nº de habitantes	Nº de habitantes	Nº de habitantes
D. Jardim (sede)	8.115	12.639	20.754
D. Corrente	574	1.647	2.221
D. Jarimirim	305	3.408	3.713
TOTAL	8994	17.694	26.688

Fonte: IBGE (2010).

Conhecida pelo seu clima ameno, a cidade situada na Chapada do Araripe não se difere dos demais municípios cariarienses quando se trata de riquezas naturais, a exemplo das dezenas



de fontes de água cristalina e mirantes encontrados em seu território. A altura do sítio Horizonte, é possível encontrar o Balneário Novo Horizonte, com bicas, piscinas, chalés, parque infantil dentre outros equipamentos. Já no Sítio Areias, nas proximidades da cidade, está o Tamboril Park, outro balneário que constitui uma das mais atrativas áreas de lazer dos jardineses, devido a sua fácil localização e a beleza do ambiente, que também propicia a realização de trilhas ecológicas.

Local de solos férteis, Jardim é um dos principais produtores de hortaliças do Cariri, com destaque para a plantação de alface e coentro. Parte dessa produção é vendida em sua tradicional feira livre, contudo, a maior parcela é comercializada em Juazeiro e distribuída para outras cidades da região. A feira livre é uma tradição centenária que reúne pessoas do município e das cidades vizinhas do Cariri e do estado vizinho, Pernambuco. Além de exercer sua função de compra e venda de mercadorias, a feira também desempenha o papel de ponto de encontro dos moradores.

O município apresenta um dado curioso referente a uma rede migratória que vem ocorrendo nos últimos anos entre Jardim-CE e, especificamente, o distrito de Marajó, localizado em Cristalina – Goiás. Segundo Viana *et al.* (2016), estima-se que migram para o distrito de Marajó cerca de 700 pessoas anualmente, das quais 100% são homens. Os autores relatam que a formação dessa rede migratória está ligada à produção de cenoura, cebola e alho que mobiliza um grande número de trabalhadores para a colheita, representando um grande atrativo para os migrantes sazonais.

Em suma é possível inferir que trata-se de uma migração no sentido rural/rural, fomentada pelo contexto regional do sertão cearense e pela falta de emprego e de investimentos produtivos no município de Jardim, que produz um cenário favorável para a mobilidade dos trabalhadores assalariados e pequenos agricultores, que migram em busca de melhores condições de trabalho e renda, já que no local onde moram a falta de emprego é constante levando a população a migrar para outras regiões em busca de trabalho. (VIANA *et al.*, s/p, 2016).

A pesquisa de Viana *et al.* (2016) revela que os migrantes, geralmente homens casados, em sua maioria, se deslocam em busca de melhores condições de trabalho e renda para manter a família e apenas 10% deles alegam a seca e a estiagem na região como causa de suas migrações.

Segundo IPECE (2015), Jardim conta com 32 empresas industriais, das quais 30 são voltadas para o ramo da transformação e apenas duas do tipo extrativa mineral. Já o número de estabelecimentos comerciais varejista chega a 354 e apenas uma atacadista, que junto a outros



setores da economia totalizam 1.136 empregos formais no município. O município possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 83.155,00, originado, em sua maior parte, pelo setor de serviços, que sozinho é responsável por 77,81% do PIB, seguido da agropecuária com 19,38% e do setor industrial com participação de apenas 2,28% (IPECE, 2015).

Percebe-se que Jardim é um dos municípios que possui menor integração com os demais municípios da RMCariri, bem como, foi aquele que recebeu menor número de investimentos após a institucionalização da RMCariri. Ademais, a cidade necessita ser melhor assistida tanto pelo governo municipal como pela elaboração de políticas que contemplem o conjunto metropolitano como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1970, quando foram instituídas as primeiras RMs no país, vem se utilizando como justificativa, a necessidade de impulsionar a integração territorial brasileira, bem como, dinamizar e consolidar a sua economia. Desse modo, o desenvolvimento político e econômico sempre esteve à frente das institucionalizações.

Esse discurso gera uma certa expectativa por parte dos governantes locais que almejam participar desses arranjos institucionais, como forma terem acesso a melhorias e investimentos por parte do governo estadual ou federal. Com isso, os interesses políticos passam se sobressair, quando na realidade as alterações são mínimas em termos econômicos, sociais, demográficos e espaciais, principalmente no tocante as cidades pequenas que integram esses aglomerados.

No caso da RMCariri, o “status de metropolitano” vem beneficiando preferencialmente o núcleo CRAJUBAR, seja através de investimentos públicos ou privados, enquanto os demais municípios integrantes dessa política territorial, não se apropriam dos investimentos na mesma proporção. Além disso, a falta de uma gestão compartilhada dificulta a chegada dos programas governamentais de forma igualitária entre os municípios, o que atrapalha a solução dos problemas de interesse comum e faz com que iniciativas metropolitanas como essas não têm acontecido na prática.

REFERÊNCIAS

BEZERRA. L. M. A. Análise dos impactos socioambientais decorrentes da mineração na Chapada do Araripe-Nova Olinda/Ceará. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 79-89, Nov. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de out. de 1988.



_____. Ministério do turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**. Nova Olinda, 2015. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Nova%20Olinda_RA_2015.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

CASTRO, F. F. B. de; **A Região Metropolitana do Cariri frente aos planos estratégicos do Governo Estadual: um olhar a partir do Projeto Cidades do Ceará I – Cariri Central**. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CEARÁ. **Lei Complementar Nº 78**, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009.

DODT L. C. V. **Espedito Seleiro: Tradição e Ofício de um Artesão Cearense**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

FERNANDES, L. M. M. **O Ceará turístico: política de regionalização e governança nos destinos indutores**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

FRESCA. T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010.

GIRÃO, R. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: edições Universidade Federal do Ceará. 1984.

_____. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985.

_____. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Fortaleza: SUDEC, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://goo.gl/0XOAIU>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

_____. **Rede de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Livro 6, Vol. 2. Brasília, 2010.

MACÊDO. F. E. **Compartimentação Geoambiental do município de Caririaçu-Ce como subsídio a propostas de zoneamento ecológico-econômico**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.



MOREIRA JUNIOR, O. **As Cidades Pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP:** dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014. 324 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade:** ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SPOSITO, M. B. E. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras.** Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIANA, M. V; LIMA, W. S; VIANA, M. C. A. A rede migratória entre os municípios de Jardim – CE e Cristalina – GO. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS, 11., 2016. Paraná. **Anais...** Paraná: Universidade Estadual de Londrina, 2016.



CAPÍTULO 05

**O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: DA ORIGEM AO
SÉCULO XIX***Regina Celly Nogueira da Silva*

O Centro Histórico de João Pessoa é um conjunto urbano organizado em torno de dois núcleos históricos: Cidade Baixa, ou Varadouro, e Cidade Alta, com suas particularidades que se desenvolveram paralelamente, com funções e conteúdos diferentes. Esses espaços representam o núcleo antigo da cidade de João Pessoa, área onde se concentrou a vida econômica, social, política e religiosa da cidade por quatro séculos.

Na área, podem ser encontrados registros originais da urbe, bem como edificações representativas das diferentes épocas e períodos históricos, desde o Brasil Colônia, passando pela República – período das mais significativas e maiores transformações no espaço urbano, as quais caracterizaram as cidades brasileiras em virtude do ideal de modernidade, sendo responsáveis por modificar a paisagem urbana de nossas cidades, imprimindo-lhes referências patrimoniais importantes.

Por serem detentoras de reconhecido valor patrimonial e arquitetônico, diversas edificações situadas no núcleo histórico de João Pessoa foram alvos de tombamento federal, a partir da década de 1930. Outras ações de proteção vieram com a criação do IPHAEP, instituição fundada em 1971, que, ao longo das décadas posteriores, procedeu ao tombamento de 54 bens imóveis da cidade e delimitou a primeira poligonal para definição do Centro Histórico de João Pessoa.

As primeiras tentativas de proteção de um sítio urbano de valor histórico na cidade de João Pessoa se dão na instância municipal, através do Plano Diretor de João Pessoa, elaborado em 1975, que apresentou a primeira definição de uma poligonal de preservação rigorosa para a cidade. Segundo Scocuglia (2004), no âmbito estadual, foi fundado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), através do Decreto-Lei nº 5.255, de 31 de março de 1971. Esse órgão deveria ser mantido pelo Fundo Estadual de Cultura, com a finalidade de preservar os bens culturais, artísticos e históricos do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 1982, por meio do Decreto Estadual nº 9.484, de 13 de maio, foi delimitado o “Centro Histórico Inicial de João Pessoa”, a partir do qual foi pautada a atuação do referido órgão.



Assim, tanto a Cidade Alta como toda a Cidade Baixa (bairro do Varadouro) e o antigo Porto do Capim estão incluídos na área tombada como patrimônio histórico desde 1982.

Compreende uma área total de 305,40 hectares, que tem por limite inicial a margem esquerda do Rio Sanhauá, o qual constituía o único meio de acesso à cidade, quando da sua fundação, em 1585. A partir do rio, abrange os bairros do Varadouro e o Centro, os quais correspondem aos núcleos de Cidade Baixa e Cidade Alta que tiveram formação desde o século XVI. Por sua vinculação com o Rio Sanhauá, esta parte do Centro Histórico é marcada por características peculiares de acentuada integração com o meio ambiente, relação que é reforçada pela implantação da cidade em área de encosta, onde predominava o verde das cercas conventuais dos franciscanos, em parte ainda existente (PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p.12).

Vale salientar, ainda, que este núcleo histórico, sob a proteção do IPHAEP, é composto também por áreas que resultaram do processo de modernização e expansão da cidade até meados do século XX, onde estão inseridos o Parque Sólon de Lucena e os bairros de Tambiá, Trincheiras e Jaguaribe. No interior desse perímetro, encontra-se a maioria dos exemplares protegidos por legislação de tombamento federal e um significativo número tombado por legislação de tombamento estadual. Scocuglia ressalta que:

Até então, não havia nenhum órgão destinado a esse fim no Estado e, apenas em 1978, é que o IPHAEP passou a ter uma relativa autonomia, tanto administrativa quanto financeira. Nesse mesmo ano, foi assinado o Decreto-Lei nº 7.819, de 24 de outubro, dispendo sobre o cadastramento e o tombamento de bens culturais, artísticos e histórico no Estado da Paraíba, e definindo instrumentos legais da política de proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado. Desenvolveu-se à semelhança da legislação federal, apesar de elaborado 41 anos depois e aplicado a bens não classificados pela União, localizados no Estado. (...) Apesar do reconhecimento institucional do Centro Histórico e seu tombamento pelo órgão estadual, considerando-o como área sujeita a tratamento especial – ZEP (Zona Especial de Preservação) e ZER (Zona Especial de Revitalização) – nunca foi feita a regulamentação da área e durante vários anos, a Prefeitura Municipal se omitiu com relação aos problemas do Centro Histórico (SCOCUGLIA, 2004, p.130).

Segundo a autora, ocorreu uma exceção quando da institucionalização, em 1992, através da Lei Complementar nº 3, de 30 de dezembro de 1992, do Plano Diretor da cidade de João Pessoa – documento contendo diretrizes que norteariam o crescimento e o desenvolvimento da cidade até o ano de 2010. Esse Plano Diretor deveria ter passado por revisões periódicas a cada cinco anos, conforme prazo estabelecido pelo Art. 240 da Lei Orgânica do Município.

Assim, o Centro Histórico passou a constar no Plano Diretor de João Pessoa a partir de 1992, nas seções relativas ao uso e à ocupação do solo, e, especificamente, no capítulo II – Das



zonas de restrições adicionais e no capítulo III – Das zonas especiais, em particular, na seção III – de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Costa ressalta, assim, que:

Foi com a Lei Municipal nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975 (Código de Urbanismo) que o Centro Histórico de João Pessoa passou a ser reconhecido oficialmente, sendo então delimitado. Novas delimitações foram feitas, por outros agentes, em 1982, 1987, 2004 e 2007. A de 1982 foi feita pelo Iphaep (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), órgão do governo estadual. A de 1987, pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, e, diferentemente das duas anteriores, resultou também em um inventário das edificações inseridas na mesma. Tais delimitações definiam perímetros distintos, a última estando inserida na primeira. Elas levaram a que a delimitação de 1975 fosse desprezada, por estar contida na delimitação feita pela Comissão. Passados 17 anos, uma nova delimitação foi estabelecida, unificando a área de atuação das duas últimas instituições com o Decreto N° 25.138 de 28 de junho de 2004. Enquanto isso acontecia, corria em paralelo o processo de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa, ratificado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2007 (COSTA, 2009, p. 14).

Todavia, apesar da existência dos instrumentos legais mencionados (Plano Diretor, tombamento, reconhecimento oficial e institucional da existência de um Centro Histórico em João Pessoa), durante anos, a área não recebeu a devida atenção por parte do poder público, permanecendo a falta de uma política que definisse as diretrizes urbanísticas e patrimoniais para o Centro Histórico.

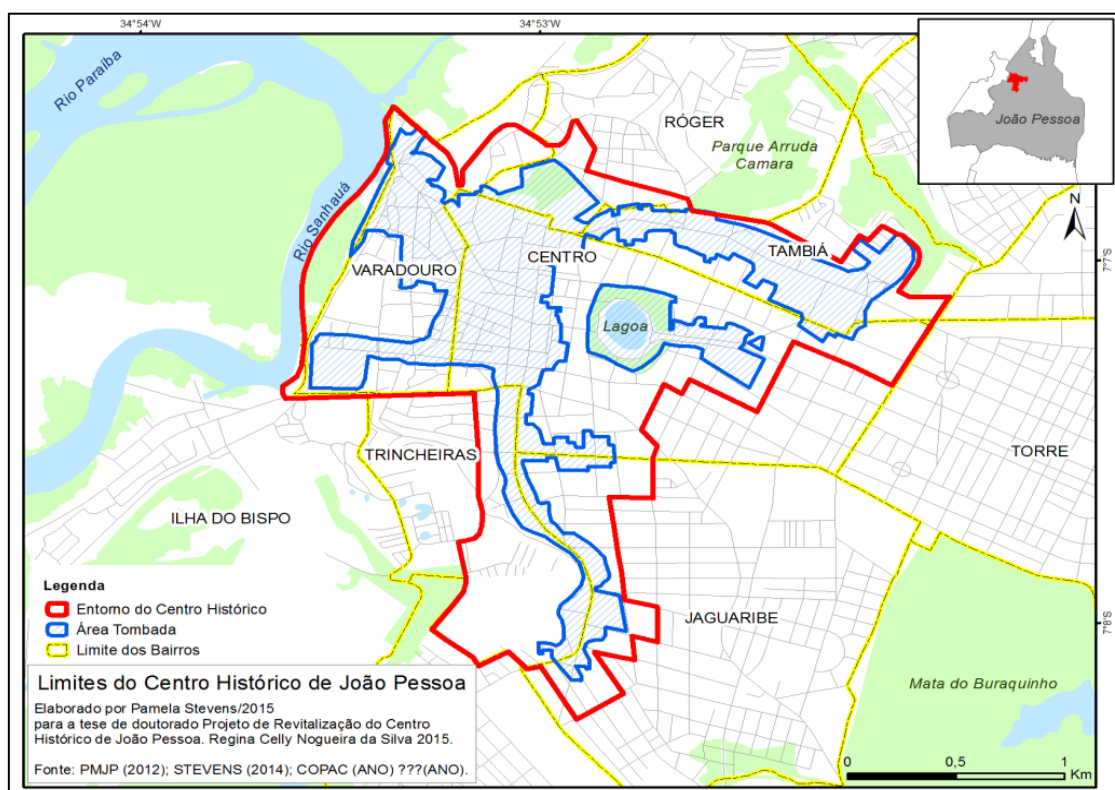
O Convênio de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Espanha, em 1987, integrou o Centro Histórico de João Pessoa ao Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América. Esse Convênio foi formado entre o Governo da Espanha, por intermédio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional-AECI; o Governo do Brasil, por intermédio do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional- IPHAN; o Governo do Estado da Paraíba, por meio do IPHAEP, e a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Por esse convênio, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, mediante o Decreto Estadual nº 12.239, financiada e garantida pelo Convênio Brasil/Espanha. A Comissão Permanente considerou que era necessário selecionar uma área menor para as primeiras intervenções. Assim, a equipe técnica passou a atuar sobre uma área correspondente a 117 hectares do núcleo tombado em nível estadual. Nesse sentido, a delimitação foi realizada, tomando como base o registro da cidade no século XIX, que corresponde a uma planta de 1855. Para a realização dessa ação, foram realizados estudos sobre a área, que compreendia a Cidade Baixa e a Cidade Alta. O convênio possibilitou os primeiros estudos de tipologia, o inventário da área, as diretrizes para a realização das intervenções. Tais



estudos resultaram no primeiro Projeto de Revitalização para a área do Centro Histórico, dividido em 26 etapas.

Figura 1: Limites do Centro Histórico de João Pessoa



Fonte: Stevens (2015) e Copac (2012).

Todavia, vale ressaltar que, em âmbito federal, no ano de 2002, por proposição da ACEHRVO, foi encaminhado ao IPHAN um ofício, solicitando o processo de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa, que possuía como argumento:

Tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um pólo tão antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. O rio invade a *urbs* e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal. Assim, impõe-nos a obrigação em pleitear um tombamento nacional (ACEHRVO, 2002, In: IPHAN, 2007).

Em 2009, o Centro Histórico de João Pessoa foi inscrito nos seguintes livros do Tombo: Livro de valor Histórico e no Livro de valor Arqueológico, etnográfico e paisagístico. Podemos perceber que diversas foram as tentativas de se delimitar uma área de proteção ao patrimônio cultural edificado, como também de criação daquilo que, espacialmente e simbolicamente, faria



parte da área do Centro Histórico da cidade. Nesse processo, conforme ressalta Gonçalves (2014, p.38-39), no seu trabalho *O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)*, o tombamento não protegeu aquilo que é mais importante e significativo para o projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim:

Curioso é perceber que toda a narrativa que justifica o tombamento da área está baseada na relação entre o Rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa, pois a cidade nasceu às margens desse rio, porém, se olharmos com o mínimo de atenção à delimitação das áreas tombadas, constataremos que nem as margens e nem o rio se encontram na área de proteção rigorosa. As margens do Rio Sanhauá estão na área de entorno do perímetro e o rio, de extrema importância histórica para o surgimento da cidade, não conta com nenhum tipo de proteção nos aspectos da legislação patrimonial, contradizendo a própria argumentação institucional (GONÇALVES, 2014, p.38-39).

As margens do rio Sanhauá permanecem sem a devida proteção, e, mesmo com o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, o mesmo carece de iniciativas patrimoniais que preservem sua ambiência.

Gonçalves (2014) destaca, ainda, que, na delimitação do perímetro de proteção (que compõe a instrução do processo de tombamento), não se levou em consideração a relação cidade, rio, mangue e ocupação histórica do Porto do Capim e da Vila Nassau. Na realidade, a poligonal de tombamento é um reflexo material desta posição técnica e política do Iphan – algo paradoxal para um órgão que visa à proteção do patrimônio em sua plenitude – uma vez que o rio Sanhauá foi excluído da definição do perímetro, enquanto o mangue e o Porto do Capim figuram apenas no entorno do sítio tombado, embora seja perfeitamente plausível e legal a inclusão de elementos da natureza nas poligonais de proteção, havendo exemplos vários na história da instituição. Como observa Rabello:

A lei não deixa dúvida de que não só as coisas criadas pelo homem podem ser objeto de tombamento, como também os chamados “monumentos”, “sítios” e “paisagens naturais”. Nessas denominações podem ser incluídas quaisquer espécies de elementos da natureza¹¹, isto é, poderá ser uma rocha, ou poderá ser todo um sítio florestal, ou mesmo uma paisagem litorânea.

[...] Assim, podemos deduzir que, em princípio, não é juridicamente inadequado o tombamento de bens naturais, especialmente daqueles que possam ter características básicas de permanência, a fim de atender o objetivo da lei, que é sua conservação natural (RABELLO, 2009, p. 83-84).

Hoje, caminhar pelas suas ruas, becos e praças, e descer e subir suas ladeiras, que fazem a ligação da Cidade Baixa com a Cidade Alta, são movimentos que nos ajudam a reconstruir as ações operadas ao longo do largo período de constituição da cidade, desde a sua fundação, em



1585, até o final do século XX. Observamos que as transformações que se processaram no seu espaço urbano, ao longo da história e mesmo hoje, ainda têm implicações de várias ordens em diferentes esferas da vida social e urbana da cidade, afetando o cotidiano do Centro Histórico.

Nesse percurso, muitas das informações que seriam fundamentais para recriar essa longa história já se perderam com o processo de urbanização e modernização do espaço urbano, que, paulatinamente, transformou sua paisagem ao longo dos séculos. A ideia de progresso e modernização que assolou a cidade no início do século XX, especificamente na década de 1930, implicou em sensíveis mudanças nas formas de leitura, conteúdo, apreensão e sociabilidade do seu espaço urbano.

Assim, consideramos que o estudo do Centro Histórico nos permite refletir sobre as transformações que se processaram na cidade no decurso do tempo, sua formação, imagem, leitura e atual condição. Este espaço reuniu e ainda reúne forças que buscam continuamente o domínio e o controle da produção do capital, assim como a sua reprodução, contendo uma centralidade urbana permanente, visto que, no centro, encontra-se a mais completa infraestrutura urbana, lugar povoado pelas mais diversas formas e atividades que, no conjunto, formam a representação do que se chama de cidade, e, até hoje, está presente no imaginário do pessoense.

É um espaço que integra e dispersa, para onde convergem pessoas, mercadorias, informações e ideias. Sua importância está no fato de ser o lugar que reúne e integra os fluxos oriundos das mais diversas áreas da cidade, bem como de outros municípios e Estados. Também é de onde se dispersam os mesmos fluxos de capitais, informações e pessoas para outros pontos da cidade.

Esse espaço ainda guarda lugares plenos de historicidade, fortemente interligados geograficamente, dotados de agudo sentido comunitário, imperando os sentimentos de vizinhança e pertencimento, como ressalta Dalmo Vieira Filho (2010). As formas urbanas que hoje constituem o Centro Histórico de João Pessoa foram se produzindo ao longo dos séculos, por várias gerações, ganhando, a cada momento histórico, novos contornos e imprimindo à área novos aspectos, mesmo que só o reconheçamos, de fato, a partir de 1987, por meio do trabalho empreendido pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional- AECI.

Resultado do trabalho da sociedade, acumulado ao longo do processo de produção e reprodução do espaço no capitalismo, a área abriga formas e referências de seu passado, as permanências e os resíduos de uma vida social e urbana que ali acontecia, e que ainda acontece



e se desenrola, dando conteúdo à vida cotidiana no lugar. A sua paisagem expressa o modo como esse espaço foi estruturado ao longo do tempo e tem se transformado continuamente.

Observando a materialidade de sua paisagem, representada em suas ruas e seu casario, por vezes, ainda muito danificados, vemo-nos diante do modo como uma sociedade historicamente produziu e ainda produz o seu espaço e constrói relações sociais essenciais à vivência no lugar. As marcas das transformações estão impressas em sua paisagem urbana. Segundo Carlos (2004), a efemeridade das formas urbanas, espacial e historicamente produzidas, produto da metamorfose imposta pelo modo de produção capitalista, faz da cidade uma recriação constante. E é isso que constatamos quando caminhamos pelo Centro Histórico de João Pessoa e deparamo-nos com elementos do presente e do passado recente e/ou mais remoto. Por isso, o que vemos hoje são as continuidades e descontinuidades desse processo, que se traduz na produção e reprodução dos lugares no interior desse espaço, dotando-os de variados ritmos, sonoridades e aspectos.

Ao longo da história, as intervenções que o Estado realizou apresentam como tendência a destruição dos referenciais urbanos, posto que a busca incessante pelo novo, como imagem do progresso e do moderno, transforma os lugares, produz novas formas urbanas que se constroem sobre outras, provocando transformações na morfologia, no uso e nas funções, revelando uma paisagem em constante transformação (CARLOS, 2004). Assim, mesmo com a intenção de se resgatarem antigas estruturas, o processo de “revitalização” do Centro Histórico de João Pessoa recria novos espaços e significados.

Pode-se dizer que, por muitos anos, e ainda hoje, o Centro Histórico de João Pessoa constituiu o local de grandes transações comerciais. À primeira vista, essa é a característica mais marcante da área, por concentrar parte das atividades pertinentes ao Centro da cidade. A este aspecto, soma-se a existência dos serviços públicos, comunitários e gerais: as instituições públicas federais, estaduais e municipais, escolas públicas, templos religiosos, comércio, áreas de recreação, como também serviços de infraestrutura que beneficiam a área: abastecimento d'água, energia elétrica, telefone, esgoto e pavimentação, inclusive pavimentação asfáltica.

DA GÊNESE AO SÉCULO XIX: BREVES CONSIDERAÇÕES

A história da fundação da cidade de João Pessoa vincula-se às ações que a Coroa portuguesa empreendeu, no final do século XVI, visando ao povoamento e à colonização de áreas do litoral brasileiro que continuavam despovoadas, apesar das várias tentativas de ocupação através do sistema de capitanias hereditárias. Assim, em 5 de agosto de 1585, foi



fundada a Cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, sendo, posteriormente, denominada de Frederika, por ocasião da ocupação holandesa, no século XVII e, em seguida, Parahyba, nome que o advento da Revolução de 1930 substituiu pelo atual, João Pessoa.

“Senhora do porto”, a cidade se alça no alto da colina, extraindo do solo a pedra de cal para sua edificação, das águas e da natureza do entorno, seu sustento; e do rio, seu vínculo com o mundo, aqui se arrolando os componentes que apareceriam com certa recorrência nas leituras a partir de então surgidas (TRAJANO, 2006, p. 20-21).

O autor ainda ressalta:

A fundação de João Pessoa em fins de 1585 obedeceu aos ditames da política colonizadora da Coroa Portuguesa, na ocasião submetida à Espanha de Felipe II, em seu intento de estabelecer a posse definitiva de territórios da colônia ameaçados de invasão estrangeira ou ocupados por indígenas, como era o caso da Capitania da Paraíba (TRAJANO, 2006, p.20).

Cidade de nascença, tendo o privilégio de ter sido reservado aos núcleos urbanos criados em capitânicas reais, como era a Parahyba, a fundação da cidade, em 1585, obedeceu aos ditames da política colonizadora da Coroa Portuguesa, mas também fixou um ponto estratégico no mapa da conquista.

Razão que a fez surgir como uma *urbe sede*, como definiu Nelson Omega. Nasce cidade tão somente para exercer funções administrativas e comerciais e, principalmente, para viabilizar a continuidade da ocupação portuguesa em direção norte sobre estas novas terras (MAIA, 2000, p.67).

Para a fundação dos núcleos urbanos mais antigos, os portugueses levavam em consideração as condições do sítio, que deveria ser adequado tanto sob o ponto de vista das pretensões de defesa – por permitir um amplo controle visual dos arredores e dos percursos de ascensão à cidade, seja por terra, seja por água, através dos rios Paraíba e Sanhauá – quanto à salubridade, atestada a abundância de fontes d’água nas proximidades.

A cidade, ao longo dos séculos, recebeu várias denominações: Nossa Senhora das Neves, no momento de fundação pelos portugueses (como era comum, atribuíam-se, no momento de fundação, o nome do santo do dia); Filipeia de Nossa Senhora das Neves, ainda no final do século XVI, em homenagem ao rei da Espanha Felipe II (na ocasião, a coroa portuguesa estava submetida à Espanha); durante a ocupação holandesa, no período 1635-1654, foi denominada de Frederisksdadt, depois Parahyba e, no século XX, especificamente em 1930, recebeu a



denominação de João Pessoa, em homenagem ao então Presidente do Estado, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, assassinado em Recife, em 26 de julho de 1930.

Imersa na geografia local, em estreita relação com a topografia e o rio, a cidade foi fundada em 1585. À margem direita do rio Sanhauá, afluente do rio Parahyba, estabeleceram-se as primeiras construções e instituições que deram forma e conteúdo à cidade. Na Cidade Baixa, foram construídas as primeiras edificações que proporcionaram a defesa e as relações de troca entre a Colônia e a Metrópole europeia.

Banhada pelo rio Sanhauá/Paraíba, cujo estuário possui canais e afluentes que formam as ilhas da Restinga, dos Porcos, dos Stuart e do Tibiri (caracterizando, assim, um extenso mosaico de rio-mar-vegetação), a cidade, desde sua fundação, está inserida nessa paisagem marcada por um considerável conjunto de atributos naturais: a topografia de relevo suave, a vegetação exuberante do seu entorno e, principalmente, a relação existente entre o seu núcleo histórico e o Rio Sanhauá, sendo esses os principais motivos para o tombamento do seu centro histórico, em 2007, pelo IPHAN.

Sua história confunde-se com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no período colonial, quando das imposições do antigo sistema colonial que, para promover a acumulação primitiva de capital e atender às necessidades e exigências da metrópole europeia, necessitava expandir seus domínios. Assim, sua história está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial europeia na época moderna. Além disso, sua fundação vincula-se às ações que a Coroa portuguesa empreendeu, no final do século XVI, visando ao povoamento e à colonização de áreas do litoral brasileiro que continuavam despovoadas – sob ameaça de outros países concorrentes comerciais, que viam nessa terra a possibilidade de ocupação – apesar das tentativas anteriores de ocupação através do sistema de capitânias hereditárias implantadas por D. João III, em 1534.

Pode-se dizer que o núcleo urbano da cidade era definido por duas zonas diferenciadas, determinadas pela própria topografia da área onde se instalou a cidade. Na margem direita do rio, cujas condições geográficas favoráveis levaram os colonizadores a construir um porto fluvial, o Porto do Capim, na Cidade Baixa, que, durante mais de três séculos, fez a ligação do local com as rotas marítimas tão necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, não apenas da cidade, mas de toda a Paraíba. Foi a partir deste fato que se consolidaram as funções portuárias – tendo como foco principal o Porto do Capim, no Varadouro – e, no seu entorno, as atividades de comércio e controle alfandegário.

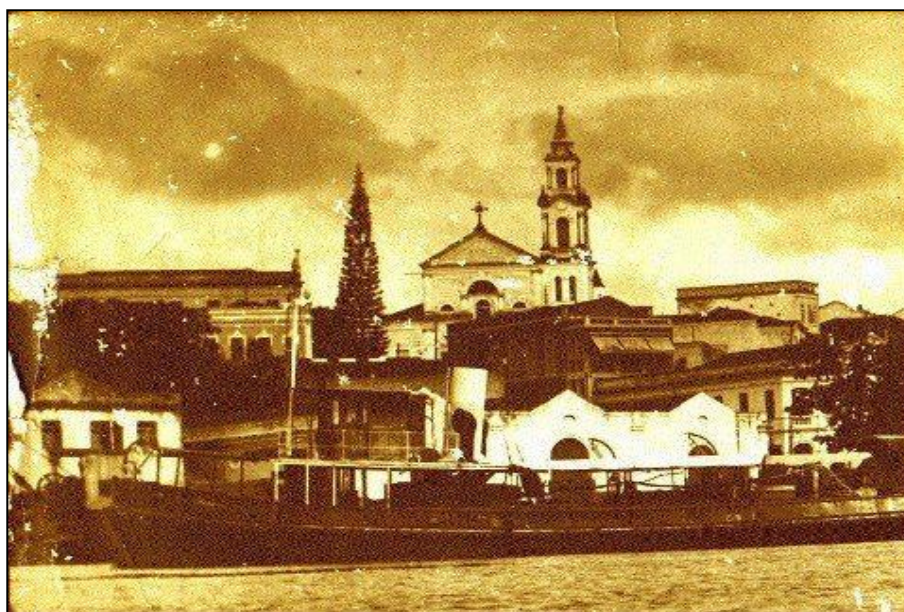
O Porto do Capim, que serviria ao escoamento da produção açucareira. Aí predominaram as instalações portuárias e comerciais. A ocupação da Cidade



Baixa estendeu-se ao longo do Rio Sanhauá, ramificando-se posteriormente, de forma não planejada, por sobre a topografia acidentada que dividia as porções de cidade baixa e alta. No alto da colina, instalações administrativas e religiosas, bem como o casario onde habitava a população mais abastada da cidade (PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p. 29).

No período colonial, era pelo Porto do Capim, localizado no Varadouro, que os navios a vapor atracavam, com capacidade para 10.000 toneladas, a ser carregados com fardos de algodão de fibra longa. Chegavam, também, as mercadorias vindas da metrópole europeia que, desembarcadas, eram depositadas nos armazéns portuários. O Porto do Capim corresponde a uma área ribeirinha, um porto fluvial, com vegetação de mangue, estando sujeito aos alagamentos nas cheias provocadas pelo fluxo das marés e, mais intensamente, no período chuvoso. Esse ecossistema consiste em uma presença marcante na paisagem em relação às manchas de vegetação arbórea. Segundo Trajano (2006), desde a colonização, o Rio Sanhauá assume um papel vital para a cidade de João Pessoa, que a ele se atrela desde sua fundação. O autor ressalta que, nos registros escritos e na iconografia, a recorrência com que esse rio se apresenta parece indicar a importância que o mesmo teve para a cidade e para sua vida econômica.

Figura 2: Porto do Capim no início do século XX



Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1987.



Os rios Parahyba e Sanhauá foram a porta de entrada dos colonizadores para a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves. Hoje, pouco resta do que foi o antigo porto fluvial na área, margeando o rio Sanhauá. “Adentrando-se” sobre parte do mangue aterrado, encontram-se as Comunidades Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital (ARAUJO, 2006).

Apesar de pouco ressaltada na sua origem, a cidade de Nossa Senhora das Neves guarda uma face ribeirinha e uma íntima relação com as vias fluviais, visto que o dinamismo econômico da época era dado pelo contato com o Rio Sanhauá e Rio Parahyba, sendo essa, inclusive, uma das singularidades de sua história, quando comparada à de outras cidades coloniais brasileiras, ou seja, sua fundação deu-se a uma considerável distância do mar, como costumam ressaltar historiadores e cronistas paraibanos. Essa, na realidade, é uma das primeiras características que marcarão a história da sua ocupação e que, ao longo dos séculos, será esquecida.

Nos primeiros anos de colonização, a proximidade das construções do próprio povoamento, às margens dos rios, era de fundamental importância para o dinamismo econômico e para a sobrevivência de seus moradores. No entanto, ao longo dos séculos, essa característica ribeirinha foi se perdendo, como resultado das transformações que se realizaram com o processo de urbanização e modernização do espaço urbano.

Essa descrição pode ser complementada ainda em narrativas de viajantes e cronistas da época, permeadas por uma visão edênica do Novo Mundo, como o relato de Ambrósio Fernandes sobre a Capitania da Parahyba em princípios do século XVII.

Por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos (...) ocupa o terceiro lugar em grandeza a riqueza das demais capitanias deste Estado (...) a cidade, que está situada pelo rio acima ao longo dele, posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos, a saber, o da ordem do Patriarca, São Bento e os religiosos de Nossa Senhora do Carmo com os do Seráfico Padre São Francisco da Província Capucha de Santo Antonio, que tem um convento suntuoso, o melhor dos daquela Ordem em todo o Estado do Brasil (TRAJANO, 2006, p. 21).

Vale salientar também que, embora a ocupação do Brasil tenha tido início sob o sistema de capitanias hereditárias¹⁴, as circunstâncias em que a mesma ocorreu determinou, de certa

¹⁴ Na década de 1530, Dom João III resolveu recorrer ao sistema de capitanias hereditárias, a fim de poder ocupar toda a costa do Brasil. Este regime de capitanias – que já havia sido aplicado com resultados nos Açores e na Madeira – “consistia na divisão do território em lotes, cuja governança era entregue a capitães donatários, que gozavam de importantes privilégios e proveitos, integrando-se neles o exercício de parte dos atributos do poder real” (MOURA, 2010, p. 21 apud TAPAJOS, 1996, p. 420).



forma, que a fundação de núcleos de povoamento fosse uma medida essencial para dar início a uma vida comunitária que, até então, não havia. Assim, a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves revestiu-se de importância por constituir um centro que representava o poder metropolitano na colônia, sediando um corpo de funcionários que, diretamente, representavam o poder português, reunindo funções administrativas, econômicas e militares, sendo, sobretudo, vigilante sobre os interesses de sua majestade (MOURA, 2010).

Ainda na visão da autora, as cidades resultantes da colonização portuguesa assumiram caráter de “lugar central”, atuando sob a ordenação do território envolvente, participando, ainda, como núcleo de apoio para a ocupação de outras regiões:

Constituíam, portanto, núcleos de poder que se enquadravam na estratégia de colonização, fundamentada na retomada do território brasileiro, sob administração direta da Coroa portuguesa. Daí talvez se justifique a aplicação do termo cidade, em substituição àquele de vila ordenado pelas cartas de doação das capitanias de donatários (MOURA, 2010, p. 39).

Segundo Mattoso (1992, p.19 apud MOURA, 2010, p.39):

De qualquer modo, a cidade foi sempre um fator de ordem. Aquela que o homem impõe à natureza. Ordem que supõe exercício de poder. Dominar a natureza, disciplinar a sua irracionalidade, resolver ou suprimir os seus conflitos e contradições, sobretudo os que opõem os homens entre si, quando abandonados a suas paixões, tal foi sempre o sonho do ocidente europeu. Um sonho que não ficou apenas na imaginação individual ou coletiva. A maior parte das tentativas para o tornar realidade tomou como modelo a ordenação de um território determinado a partir de um polo fixo onde se estabelece o poder político. Daí a importância da cidade na história dos homens.

Aos poucos, a cidade de Nossa Senhora das Neves ia surgindo. Novos caminhos iam se estabelecendo, fazendo a ligação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta. Um dos primeiros caminhos foi o da Ladeira de São Francisco, caminho através do qual os moradores e mercadorias circulavam entre o Porto do Capim e o núcleo administrativo, residencial e religioso, situado em cima da colina.

Foi a volta destes dois polos que a cidade se organizou e desenvolveu, desde a fundação ao século XIX, definindo ruas, praças e outros equipamentos urbanos, cujos testemunhos ainda permanecem presentes na sua paisagem urbana e visíveis através da sua malha viária que se pretende tombar. Vale salientar, também, que apesar do acidentado do sítio, a cidade inicial conheceu dois tipos distintos de arruamentos: a transformação de caminhos de ligação cuja forma era determinada pela geografia, em ruas, e a criação de outras ruas seguindo um planejamento pré-determinado (PROPOSTA PARA



TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p. 29).

Na Cidade Alta, foi aberta a Rua Nova (atual General Osório), a qual tinha início na porta da Igreja Matriz. Nas imediações, a Casa da Câmara, a Cadeia e o Açougue também foram edificadas. Segundo Moura (2010), estes dois logradouros foram os primeiros a compor a nascente malha urbana da cidade que, a partir de 1588, no governo de Frutuoso Barbosa, passou a se chamar Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei da Espanha e Portugal.

Assim, Filipeia de Nossa Senhora das Neves teve papel fundamental por ser uma cidade sede, fundada para ser o centro da capitania da Parahyba, como ressalta Moura (2010, p. 40), “polarizando em si e no seu entorno, as estruturas defensivas, as ordens religiosas, as unidades produtoras de açúcar que eram a força motriz da economia da região”. De início, uma pequena capela foi edificada no alto da colina que marcou um ponto de referência para a cidade, sendo, em pouco tempo, elevada à condição de igreja matriz. Assim, foi definida a estrutura inicial da cidade, dividida entre Cidade Alta – lugar da igreja matriz, de residências e de edifícios oficiais – e a Cidade Baixa, à margem do rio Sanhauá, área também denominada de Varadouro.

Os documentos históricos dão conta de que, no período entre o final do século XVI e início do século XVII, a cidade foi marcada pela instalação de igrejas e conventos. Maia (2000), em sua tese de doutorado, *Tempos Lentos na Cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*, ressalta a importância das instituições religiosas como modeladoras do seu espaço urbano. Segundo a autora, essas instituições foram um dos principais e mais importantes agentes modeladores do espaço urbano das cidades brasileiras, como também da expansão urbana que promoveram ao longo dos séculos. Os prédios dessas instituições serviam ainda como hospedaria, depósito de objetos valiosos e dinheiro, além de terem servido de quartéis, como ocorreu durante a ocupação holandesa.

As congregações religiosas exerceram um papel considerável na organização do espaço urbano, como ressalta Maia:

Exerceram importante papel na construção das cidades brasileiras. Na morfologia urbana dos dois primeiros séculos de existência, eram os edifícios religiosos as construções que se destacavam. Isso se deu tanto com aquelas cidades de maior porte, como Salvador e Olinda, bem como com as menos expressivas cidades, vilas e freguesias. Da mesma forma, apresentava-se a cidade da Paraíba. A edificação dos conventos ou mesmo as primeiras instalações nessa cidade grafaram, na morfologia urbana, a cruz, símbolo do cristianismo, a partir de sua disposição: norte (franciscano), sul (jesuítas), oeste (beneditinos), leste (carmelitas) (MAIA, 2000, p.1).



Desse modo, as instituições religiosas na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves foram grandes agentes modeladores do espaço urbano e um elemento significativo à compreensão da forma de organização do espaço colonial, como marcos estruturantes do desenho urbano. Vale salientar também que o patrimônio dessas congregações contribuiu para a configuração inicial da cidade, cuja fisionomia era modesta, com logradouros desordenados e casas humildes, diferente da riqueza das igrejas monumentais e das vultosas casas conventuais. Convém destacar que, na imagem da cidade do período colonial, os edifícios religiosos, em sua monumentalidade arquitetônica e estética, são referenciais importantíssimos para fortalecer os princípios ideológicos da colonização portuguesa.

Aspecto muito importante é que a sede da Capitania da Paraíba, construída para assegurar a ocupação portuguesa, também serviu de base para o surgimento dos engenhos de açúcar que se expandiam continuamente. Os donos das terras foram também os responsáveis pela formação da cidade. Em termos econômicos, durante um relativo período, a capitania da Parahyba era a terceira em grandeza e importância econômica no Brasil, sendo precedida pela Bahia e Pernambuco. Outro aspecto a ser ressaltado é que, se, por um lado, a simplicidade caracterizava a arquitetura e o traçado da cidade brasileira, por outro, o Engenho destacava-se por sua ostentação, abundância e autonomia da propriedade e também da casa grande, como ressalta Maia:

Na história da cidade da Paraíba, ou ainda Filipeia, é ressaltado por muitos o desempenho de um dos primeiros senhores de engenho que financiou a construção da igreja da Misericórdia, além de ter oferecido prêmios em dinheiro para aqueles que edificassem casas na cidade (...) A respeito desse desequilíbrio entre o esplendor rural e a simplicidade urbana, Sergio Buarque de Holanda afirma ser essa uma característica da colonização portuguesa, somada à fisionomia mercantil expressa no sistema de povoação litorânea ao alcance dos portos de embarque (MAIA, 2000, p. 64-65).

O que iremos observar a respeito da constituição da cidade da Parahyba é que seu crescimento esteve sempre a serviço das relações internacionais com os países europeus, portanto, por meio de um processo de colonização. E isso irá interferir de modo considerável no seu desenvolvimento, como aponta Maia:

A fisionomia da cidade de Nossa Senhora das Neves, Filipeia, e até mesmo da Paraíba, como sendo “verdadeiro fundo de quintal dos engenhos e fazendas que lhe subjugavam as forças”, (MELLO, 1990, p. 22), foi destacada por viajantes e historiadores locais e persiste durante os três primeiros séculos, não ultrapassando os seus limites iniciais: do rio a colina. Poucas eram as edificações, tendo destaque, além das religiosas citadas acima, apenas o Palácio do Governo (localizado no antigo convento jesuítico, confiscado em



1760), que foi considerado pelo Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves já em 1841, como “(...) um casebre indecente que estou vendo o momento em que me cai em cima de toda a minha família” (MAIA, 2000, p. 79-80).

No Varadouro, também denominado de Cidade Baixa, encontrava-se o Porto do Capim, como também, segundo registros documentais, algumas casas de comércio, além da alfândega e de algumas simples residências.

Muitas são as referências simbólicas, como a antiga Rua dos Ferreiros (dado revelador da importância do porto para a cidade), a mais importante do Porto do Capim, tendo, por isso, concentrado as atividades comerciais, a alfândega e o atracadouro, funcionando, ainda, como ponto de encontro daqueles que vinham em busca de notícias, especialmente as novidades do estrangeiro. Segundo o Almanaque da Paraíba de 1909, nela se achava também um mercado, além de uma casa bancária, uma botica, três hotéis, duas pensões, uma casa de leilões e o Tesouro do Estado.

Dado importante desse processo é a chegada da ferrovia na segunda metade do século XIX. Esse fato marcou a Cidade Baixa com as intervenções urbanas efetuadas para a estruturação desse transporte. A área sofreu modificações consideráveis no seu traçado urbano, com a reestruturação de seus logradouros, a construções de galpões para o armazenamento de mercadorias e a construção da Estação Ferroviária.

Em meados da primeira metade do século XX, ocorreu a expansão da ferrovia, no sentido norte, até o novo porto instalado na cidade de Cabedelo. Neste momento – desativado o Porto do Capim – ocorreu a ruptura do espaço físico, a partir da implantação desta ferrovia que cortou a Praça XV de Novembro, além da interferência na integração rio – cidade, vivida intensamente até então (PROPOSTA DE TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p.29).

Além dessas mudanças, outras foram efetuadas no tecido urbano da Cidade Baixa, como o alargamento e o alongamento de ruas, como se deu na Rua Maciel Pinheiro, a abertura da Rua João Suassuna e a demolição de casario para a construção da Praça Anthenor Navarro. Aberta em 1930, essa praça simboliza o arrojo do urbanismo dessa época, que culminou num grande movimento de construção, associado à preocupação dos governos locais quanto à modernização da cidade e seus reflexos na estrutura urbana existente.



Figura 4: Foto do Bairro do Varadouro na Cidade Baixa e do Rio Sanhauá



Fonte: Projeto de Revitalização do Varadouro e Porto do Capim, 1997.

Por praticamente quatro séculos, a cidade ficou centrada nessas duas unidades morfológicas, resumindo-se à Cidade Baixa (Bairro do Varadouro) e à Cidade Alta (Bairro do Centro). Segundo Maia (2000), essa divisão foi característica de muitas cidades do Brasil Colônia, como é o caso de Salvador, onde a “Cidade Baixa” abrigava as atividades comerciais, as atividades econômicas de modo geral e a população pobre. Na “Cidade Alta”, instalaram-se as igrejas, os conventos, os prédios administrativos e as residências das famílias mais abastadas.

O traçado das ruas na cidade, em parte, revela uma regularidade que se aproxima do modelo vigente nas cidades portuguesas planejadas, realidade encontrada também na mesma época em Salvador e no Rio de Janeiro. Diversos investigadores já analisaram a cidade em seus estudos sobre o urbanismo luso-português (MOURA, 2010; TIMEM, 2006), apontando-a ao tratar da inserção do urbanismo de traçado regular no Brasil colonial. Uma das obras mais importantes sobre o traçado de nossas cidades de modo geral e da Filipeia, em particular, é a clássica obra de Nestor Goulart Reis Filho, “*Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*”, de 1968.

A monumentalidade de algumas edificações e o traçado urbano da cidade marcam a permanência do processo de origem e desenvolvimento da cidade do século XVI ao XVIII e se mesclam com a arquitetura dos séculos subsequentes, cuja monumentalização primitiva, como ressalta Moura (2010), foi paulatinamente substituída por novos referenciais arquitetônicos,



novas estéticas, mas, sobretudo, novos indicadores de outras formas de vivência do espaço urbano e comportamentos que, lentamente, vão se destacando e ganhando novos contornos.

Segundo Trajano (2006), no século XIX, as esparsas e breves impressões dos viajantes que visitaram a Paraíba – como o inglês Henry Koster e Daniel Parish Kidder – permitem traçar uma leitura da cidade em que o que se entrevê é um quadro de estagnação urbana, pobreza e dificuldades econômicas. Uma das principais razões para explicar essa estagnação urbana referia-se à inserção da Parahyba na geografia econômica regional polarizada por Pernambuco desde o período colonial, como aponta Ambrósio Fernandes nos seus escritos sobre a cidade – *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618). Segundo esse autor, a proximidade a Pernambuco vai ser apontada como um dos elementos inibidores do progresso da Paraíba.

Koster ressalta, na sua publicação *Travels in Brazil*, que:

O comércio da Paraíba é pouco considerável, não obstante o rio permitir que navios de 150 toneladas transponham a barra. Desde que eles se encontrem na baía, diante da Cidade Baixa, qualquer corda os mantém, e podem estar ao abrigo dos perigos. Existe a regular alfândega, raramente aberta. Paraíba está fora da estrada que vem do sertão a Recife, quer dizer, está arredada do caminho para as cidades situadas no litoral, para o norte. Os habitantes do sertão, do interior, vão mais ao Recife por este apresentar pronto mercado aos seus produtos. O porto do Recife recebe navios maiores, oferecendo facilidades para embarque e desembarque de mercadorias, conseqüentemente, obtém a preferência (KOSTER, 1942, p. 86-87).

As observações de Koster permitem enxergar a questão que, a partir de meados do século XIX, adquire centralidade nos debates que buscam explicar as razões para o atraso, estagnação e penúria de que a província e sua capital padeciam.

A capitania da Paraíba assistiu à entrada do século XIX, após passar décadas imersa em uma grave crise econômica, que se refletia no pouco crescimento da malha urbano da sua capital, cuja paisagem pouco tinha a ostentar a não serem os significativos edifícios religiosos. No geral sua imagem pouco diferia da antiga cidade do século XVII, principalmente, por ter sido organizada, em grande parte, sobre estrutura física herdada dos séculos XVI e XVII, mantendo o mesmo parcelamento do solo e modo de implantação dos edifícios residenciais (PROPOSTA DE TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p.50).

Outra razão seriam as péssimas condições das instalações do Porto do Capim no Varadouro, ancoradouro construído às margens do rio Sanhauá, no sopé da cidade. Segundo Trajano (2006, p.27), “sem qualquer alteração por mais de três séculos, é nessa ocasião que a relação da cidade com o rio se vê ameaçada, em meio às discussões acerca do porto da Paraíba”.



Esta será uma questão vital para a modernização do Estado e sua autonomia frente à realidade econômica de Recife e Pernambuco. Para que a Paraíba se desenvolvesse, era necessária a mudança na rota do comércio vindo do sertão, que, quase sempre, tomava o rumo não do ancoradouro do Sanhauá, mas, de forma sistemática, do porto do Recife, com prejuízos incalculáveis à Paraíba.

A província se veria envolvida numa disputa que envolvia comerciantes, políticos, donos de imóveis e moradores, tendo à frente a Associação Comercial. A grande questão era o lugar mais adequado para a construção em definitivo do porto para a província. “A necessidade de um porto aparelhado se articula ao propósito de criação de um sistema econômico que abrangesse o território paraibano, capaz de organizar num coeso arranjo econômico e comercial para a capital e o interior” (TRAJANO, 2006, p.27), principalmente para fazer a ligação da província com o longínquo sertão, de onde provinha a riqueza paraibana, o algodão:

A agitação em torno dessa questão decorre em grande parte da campanha em que se empenha, desde sua criação, a Associação Comercial, a favor da construção de um porto moderno na capital. Visto como garantia dos interesses dos comerciantes e proprietários de terrenos e imóveis representados na Associação, o porto no Varadouro arregimentou sempre mais esforços e partidários para sua causa, embora desde 1864 o engenheiro André Rebouças reconhecesse a excelência geográfica de Cabedelo para aí se construir o porto, com larga vantagem natural sobre o da capital, cujo funcionamento estava sempre às voltas com problemas por causa do assoreamento do leito do rio Sanhauá (TRAJANO, 2006, p. 28).

O cerne da questão estava na possibilidade de Cabedelo ser escolhido como lugar para a construção do porto, por apresentar melhores condições naturais. Essa possibilidade contrariava os interesses da Associação Comercial, que via, nessa decisão, prejuízos aos comerciantes e proprietários de imóveis da capital. Outro argumento utilizado pelos opositores da construção do porto em Cabedelo era a séria ameaça de a cidade se tornar a capital da província.

Ao final do século XIX, ainda havia uma íntima relação entre a cidade e o rio Sanhauá. A polêmica da construção do porto atravessa praticamente toda a Primeira República para se encerrar apenas em meados da década de 1920, com a construção do mesmo em Cabedelo. A questão do Porto do Capim será retomada ao longo desse trabalho.

Ao longo da Primeira República, a cidade seria objeto de ações que incidiriam sobre sua estrutura urbana legada pela Colônia e pelo Império. Nessa ocasião, a cidade seria objeto de especulação de inspetores de saúde pública, engenheiros, comissões médicas e profissionais afeitos ao urbano, que perscrutariam seu espaço e esquadrihariam seu perímetro e arredores,



logradouros e corpo edificado, bem como os hábitos e práticas cotidianas de seus habitantes. Além dessas ações, o poder público age sobre aqueles que denomina de *agentes perturbadores da ordem urbana*, higiênica e social, observados à luz de um novo saber de feição científica e técnica (TRAJANO, 2006, p. 30).

Vicente Gomes Jardim, agrimensor dos terrenos da Marinha e autor de duas obras fundamentais sobre a cidade de João Pessoa, a *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte e do Manual do Architecto Brasileiro*, divulga em 1889, nas páginas da Gazeta da Parahyba, uma minuciosa descrição da estrutura urbana da capital. O referido autor relata que, à época, havia, na cidade, 128 logradouros públicos, entre ruas, praças, travessas e becos. Nesses logradouros, contou haver mais de 2.000 prédios de alvenaria. Na área mais antiga – o Centro Histórico – estava localizada a maior parte das residências, todo o comércio de porte, todos os serviços públicos, a exemplo do único hospital da cidade, o da Santa Casa da Misericórdia, o Theatro Santa Roza e todas as edificações eclesiásticas.

Na descrição de Vicente Gomes Jardim, não é a imagem de uma ordem urbana regular e geométrica que transparece, mas a de uma cidade que, paulatinamente, abandonara a regularidade original do seu núcleo primitivo e crescera espremida, por três séculos, entre a colina e o rio.

O que se depreende da leitura da Monografia é uma cidade de ruas desconstruídas, com alinhamentos, ora obliquando-se à esquerda ora à direita, ora ampliando sua largura, abrindo-se em largos e fechando-se em becos, “formando ziguezague em direção diversa” como a de São Frei Pedro Gonçalves, com edifícios ora avançando ora recuando sobre os trajetos, deixando evidente a ineficácia das operações de alinhamento em conferir alguma regularidade a um desenho urbano de qualquer forma sujeito à topografia do sítio em que se expandira a cidade (TRAJANO, 2006, p. 30-31).

A Monografia, de Vicente Gomes Jardim, apontou um conjunto de problemas que a cidade foi acumulando ao longo de sua formação, desvelando a atuação do poder público na organização do espaço urbano, revelando a pouca atenção de administradores municipais e dos presidentes da província com as transformações que se processavam no espaço urbano de João Pessoa. Por outro lado, a publicação despertou a preocupação de médicos sanitaristas e engenheiros, com a forma como a cidade se constituía, com os graves problemas de higiene das edificações e da salubridade pública e com a precária situação da cidade, no que dizia respeito aos serviços públicos.



Os problemas nesse espaço convergiam para os interesses do poder público, que continuava a investir na área, através de melhoramentos urbanos. Portanto, o centro histórico era o polo irradiador da economia, cultura e vida social da cidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Vera Lúcia. **As Transformações da Paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPB, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo. Contexto. 2004.

COSTA, Ana Luíza Schuster da. **Perímetro de Proteção do Centro Histórico de João Pessoa: Três décadas de história.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2009.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 2014.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1942.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos Lentos na Cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB.** Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

MATTOSO, José. Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder. *In: Cidades e História.* Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1992.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI-XVII.** João Pessoa: IPHAN/Superintendência da Paraíba. 2010.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN.2009.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. **Revitalização Urbana e (Re) Invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002).** Ed. Universitária da UFPB. 2004. João Pessoa.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Do Rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. *In: Fronteiras Marcos e Sinais: Leituras das ruas de João Pessoa.* UFPB. 2006.

TIMEN, Nelci. (Org.). **Fronteiras Marcos e Sinais: Leituras das ruas de João Pessoa.** UFPB. 2006.



CAPÍTULO 06

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL POR MEIO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

*David de Abreu Alves
Wandson do Nascimento Silva*

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais parece difícil pensar que ainda existem processos excludentes e discriminatórios, mas a realidade é que esses processos de origem secular estão presentes em cada período evolutivo de nossa sociedade. Se no passado já se excluía por questões de raça, aspectos étnicos, culturais e econômicos, dentre outros; na atualidade essas questões ainda estão postas e novos aspectos excludentes se colocam a frente da sociedade como, por exemplo, a exclusão ligada à tecnologia, à inclusão dos deficientes ou à educação.

O que parecer mudar são os sujeitos, que são evidenciados de formas e em períodos diferentes, e dessa forma, processos excludentes do passado e do presente coexistem e aumentam ainda mais a possibilidade de seletividade baseado nos padrões elitistas, aqueles que separam os poderosos dos desprotegidos, fundamentado em saberes, atitudes, e riquezas. No passado, esses padrões valorizavam o potencial para o trabalho como possibilidade de desenvolvimento, os fatores força e capacidade para o trabalho eram os aspectos mais marcantes. Com isso, as pessoas com deficiência, por apresentarem limitações para o exercício do trabalho, tinham sua exclusão pautada na incapacidade.

Outro ponto relevante ao histórico da exclusão de pessoas, é que durante muito tempo questões ligadas à saúde eram as principais justificativas para esse fato. No entanto, com o passar do tempo, à pesquisa e o estudo científico sobre deficiências buscaram um novo viés para se inserirem, encontrando na educação um meio de propor possibilidades a esses sujeitos.

A partir de então, uma forte luta para tentar modificar o panorama da exclusão e efetivar a inclusão passa a ser mediado pelos profissionais da educação. Com isso, uma série de documentos e eventos que realizam o debate da inclusão de pessoas com deficiência passa a nortear governos e escolas, bem antes de políticas públicas estarem postas. Tais documentos apontam que a inclusão requer a transformação de pensamentos e valores sociais, indo além das questões técnicas e de trabalho, exigindo reflexões dos sujeitos sociais.

Dentro das escolas as mudanças do ponto de vista metodológico, recursal, pedagógico, estão sendo cada vez mais evidenciadas pelas crescentes pesquisas sobre a inclusão de pessoas



com deficiência. Se tomarmos como exemplo o ensino de Geografia, podemos até o momento apontar que propostas¹⁵ que fazem uso principalmente da Cartografia para mediar conteúdos geográficos apresentam potencial de inclusão.

Todavia, ainda acreditamos que conteúdos relacionados à Geografia, principalmente aqueles de ordem Física, não mediados de forma adequada ou se quer mediados para pessoas com Deficiência Visual¹⁶ (DV), acarretam em déficits para o entendimento das questões espaciais da relação homem e meio intrínsecas da Geografia, e importantes de serem adquiridos por todas as pessoas. Então, como pensar a mediação de conteúdos geográficos para esses sujeitos em turmas regulares de ensino?

Partindo da concepção que DV é uma alteração nas funções da visão, buscamos dentro de uma escola estadual da cidade de Campina Grande – PB, descrever e analisar como se encontra a mediação de conteúdos de Geografia, se por meio de Tecnologia Assistiva (TA) ou não, em duas turmas regulares com a presença de pessoas com DV.

Em uma proposta qualitativa de pesquisa, que faz uso da pesquisa bibliográfica e documental, bem como da observação e da aplicação de grupo focal (GF), apresentamos o nosso relato de pesquisa em seções teóricas, procedimental, e empírica analítica.

Nossa primeira seção teórica trata de apresentar alguns marcos teóricos da conquista do direito a educação por parte das pessoas com deficiências. Destacamos que os processos excludentes que ferem o direito à liberdade, dignidade, gênero, cidadania, educação e muitos outros aspectos da vida social acabam por fundamentar cada vez mais a premissa da inclusão. Essa premissa nada mais é que a quebra de moldes repetitivos e padronizados, que excluem os que não se enquadram em tal. A inclusão é hoje um aspecto defendido mundialmente, debatido pelos Direitos Humanos e assegurado por leis em diversos países, como no Brasil.

No Brasil, a luta para evidenciar a inclusão de pessoas com necessidades especiais está atrelada ao sentido de educação, sentido esse que será refletido mais a frente. Porém as lutas desses sujeitos aconteceram durante longos séculos fora dos muros das escolas. Dentro e fora das escolas esses sujeitos ainda encontram resistências, mas é fato que historicamente ocuparam posições diferenciadas e avançaram dentro de um conjunto de lutas e reivindicações.

A nossa segunda seção teórica aponta para algumas considerações sobre o ensino de Geografia para os nossos sujeitos de pesquisa. Brevemente, nesse momento, para uma das

¹⁵ Tal afirmação surge da leitura das 24 dissertações e 07 teses existentes nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil. Essas publicações apontam a Linguagem Cartográfica em uma perspectiva tátil como uma linguagem importante na mediação de conhecimento geográfico para esses sujeitos.

¹⁶ Utilizaremos a terminologia Deficiente Visual para englobar todos os seus aspectos e subdivisões (Baixa Visão e Cegueira Total).



alternativas de mediar Geografia aos deficientes visuais, que nos dias atuais mostra-se como ferramenta de ensino efetiva e adentra nos espaços de debate e pesquisa sobre a temática.

Sobre nossa última seção que também faz uso da pesquisa bibliográfica e documental é relacionada à Tecnologia Assistiva (TA), o que temos como certeza é o crescimento da TA, tanto nas questões de acesso como nas de pesquisas e produção, já que existe uma demanda crescente nessa área. Assim, o desejo de inclusão faz com que essa ciência do conhecimento cresça ainda mais pelo fato de grande parte do que é pesquisado nessa área ser destinado a pessoas com deficiência.

A TA tem um potencial inclusivo por propiciar meios para a pessoa com deficiência desenvolver suas habilidades, atividades diárias, inserirem-se no meio social e constituírem-se como cidadãos de direito. Contudo, é com esse pensamento de evidenciar ferramentas que facilitam a inclusão de deficientes visuais dentro do sistema educacional que utilizamos a TA como meio para constituir uma autonomia.

Após a seção que apresentamos mais detalhes do nosso percurso metodológico, passamos a expor e refletir sobre os resultados da observação das 16 aulas de geografia em duas turmas regulares de ensino (oito aulas em cada turma) e da aplicação de um GF, com duração de 50 minutos, com quatro alunos com DV que estão inseridos nessas turmas.

A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DOS ANOS

Viver um dia de cada vez e lutar por políticas igualitárias todos os dias é uma rotina daqueles que lutam pela inclusão, pelo direito à cidadania, pela igualdade de direitos, pela acessibilidade, por uma educação melhor e mais acessível. Agir e pensar assim não se configura simples como parece, a luta é árdua e pode não trazer conquistas em curto prazo, principalmente quando aspectos sociais, culturais, políticos, religiosos, educacionais e econômicos estão em cena como fatores determinantes ou influenciadores do processo inclusivo.

Nessa perspectiva de determinação ou influência de vários aspectos na inclusão, Alves e Barbosa (2006, p.16) descrevem incluir como “um processo individual e coletivo, que envolve não somente a razão, mas (sic) igualmente a emoção, o desejo, a intuição, a subjetividade”. Esse processo ao longo do tempo adquire formas e dimensões distintas no contexto social e posteriormente educacional.

Deste modo, o nosso recorte histórico corresponde a um conjunto de iniciativas oficiais por parte governamental e algumas iniciativas particulares que passam a ocorrer de forma isolada a partir de 1854. Mas, de forma sintética é necessário compreender as concepções sobre os deficientes que existiam antes do período destacado como, por exemplo, na Idade Média, na



qual a sociedade era guiada por preceitos religiosos, conforme mostra Romero e Souza (2008, p.3093), “durante todo o período do feudalismo o divino era o critério de norma e valor, buscando-se respostas para as aflições humanas na religião. O clero detinha o conhecimento em suas mãos, e os deficientes não se destacavam”.

As pessoas com deficiência encontravam-se segregados e incompreendidos, tendo a sua marginalização fomentada pela igreja, Instituição que durante anos carrega consigo um teor de preconceito e aversão ao desconhecido, justificando assim um olhar marginalizado com relação às pessoas com deficiência (MAZZOTTA, 2011, p.16).

Durante longos anos da história, os sujeitos que estamos destacando têm condições perante a sociedade pautada em questões sobrenaturais e no/com o fim da Idade Média pauta-se em questões patológicas (saúde). Esse processo é resultado de uma visão excludente na qual “[...] as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001a, p.25). Tal pensamento culmina na criação de manicômios e estruturas hospitalares distantes das cidades para atender esses sujeitos.

Romero e Souza (2008, p.3093-3094) em seus levantamentos históricos mostram que “no séc. XVI surge o primeiro hospital psiquiátrico, um local de confinamento [...], onde se verifica também uma primeira tentativa de tratamento da deficiência, baseado no que havia de desenvolvimento da ciência na época: alquimia, magia e astrologia”.

No pequeno cenário de mudanças, a Europa se destaca como o centro do debate sobre expansão do atendimento ao que chamavam de portadores de necessidades especiais (termo não mais associado). Alimentada pelos debates que ali ocorriam, é na Europa que surgem os primeiros institutos para surdos-mudos e jovens cegos, entre os anos de 1770 a 1785.

Ainda que tais institutos não atendessem a toda população, e privilegiasse de fato uma pequena parcela social com destaque econômico, eles foram de suma importância para consolidação e estruturação dos que futuramente passariam a existir.

É também na Europa que surgem os primeiros atendimentos aos deficientes físicos e mentais posterior aos anos de 1800, além do surgimento e desenvolvimento do que hoje conhecemos como SISTEMA BRAILLE¹⁷. (MAZZOTTA, 2011, p.17-22).

¹⁷ Em 1829, um jovem cego francês, Louis Braille (1809 – 1852), estudante [...] fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna (écriture nocturne), [...]. De início, tal adaptação foi denominada de sonografia e, mais tarde, braile. (MAZZOTTA, 2011, p.20).



Inspirado pelas iniciativas italianas, alemãs e principalmente francesas, a primeira providência evidenciada aqui no Brasil veio através de Dom Pedro II em 1854. Como ações do imperador, podemos destacar a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (que mais tarde passou a chamar-se Instituto Benjamin Constant - IBC), e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (que anos depois passa a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) (MAZZOTTA, 2011, p.28). Com características semelhantes às europeias esses institutos não atendiam toda população, privilegiando o contingente de pele branca do período em detrimento de toda conjuntura social escravista da época.

No início do século XX a visão que atrelava as pessoas com deficiência a casos clínicos, sobrenaturais (que ainda existia na mente da sociedade, cultivada por questões socioculturais) e patológicos passaram a ser questionadas, pois conforme Silva (2003, p.07) “se reconhece que a vida na instituição era desumanizadora, afetava a autoestima (sic), tornava os pacientes impossibilitados de viver em sociedade, os tratamentos não eram adequados e era muito dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada”.

No início desse mesmo século, no Brasil, uma nova forma de pensar, no que diz respeito às pessoas com pluralidades especiais, entra em cena os discursos e relatos sobre a necessidade de escolarização desses sujeitos, porém ainda com teor excludente (ROMERO; SOUZA 2008).

Conforme exposto, a partir de 1900 muitas instituições voltadas para o ensino de pessoas com necessidades especiais surgiram no Brasil, chamadas de instituições especializadas e que fugiam um pouco dos moldes empregados nas instituições de saúde do passado. Nesse momento quando se pensa em educação, “o único espaço possível eram as chamadas escolas especiais; espaços de acolhimento, de proteção, de assistência social, de oportunidades de aprendizagem, mesmo que apresentassem os mesmos problemas de exclusão” (SILVA, 2006, p.103).

Também se destacam um número ínfimo de escolas regulares que apresentavam algum tipo de assistência e diversos institutos especializados, entre os anos de 1905 a 1950. Os destaques nesse período são: a fundação do Instituto Pestalozzi no Rio de Janeiro em 1948, inspirado na educadora Helena Antipoff, mas que já se encontrava semiestruturado em alguns Estados desde 1926; e a I Conferência Nacional de Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação, em 1924.

Aqui no Brasil, direcionamentos sobre a educação para pessoas com deficiência ainda não se encontravam estabelecidos em leis ou diretrizes, por isso a saúde ainda continuava sendo um aporte para tais questões. Nos anos de 1961 e 1971 a educação brasileira passa a evidenciar a presença desses sujeitos em uma perspectiva mais integralizada, que ainda nesse momento não se configura inclusiva.



Temporalmente temos agora a educação para os chamados excepcionais, defendida por decretos, leis e diversos documentos oficiais. Aqui no Brasil temos então a política educacional de Educação Especial (EE) que por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 tornou-se alicerçada dentro de um contexto político educacional. A LDB realizou ao longo dos anos algumas alterações na escrita nos trechos pertinentes a EE.

No seu processo de elaboração e até mesmo depois de finalizada, o contexto que envolve a Política de Educação Especial sofreu algumas interpretações amplas, tanto as nomenclaturas quanto a destinação de tal política sofreram modificações. Segundo Almeida (2009, p.3):

Toda criança com deficiência é também uma pessoa com necessidades educacionais especiais, mas esta nem sempre é uma pessoa com deficiência, isto é, as necessidades educacionais especiais envolvem as deficiências (seja ela de origem física, intelectual, sensorial ou múltipla), porém não se restringe a ela; e ainda, podendo ser de caráter definitivo ou temporário, assim como acontece com os indivíduos em situação de dificuldade de aprendizagem. Vale a ressalva, que além das pessoas com deficiência, também é público alvo da Educação Especial, os superdotados (altas habilidades) e aqueles com dificuldades de aprendizagem (como, por exemplo, os disléxicos, entre outros). Portanto, os alunos com deficiência (auditiva, intelectual, visual e múltipla) são de competência da Educação Especial, porém não somente; esse público corresponde a um dos grupos atendidos por essa modalidade de ensino, não se limitando a ela.

De forma mais sucinta a LDB de 1996 declara que a Educação Especial é uma modalidade escolar que de forma preferencial deve ser oferecida pela rede regular de ensino, gratuitamente, possibilitando o acesso e desenvolvimento a possibilidades educacionais diversas. A mesma utiliza os seus artigos 58 e 59 para discursar sobre tal modalidade.

Mesmo compondo textualmente os documentos oficiais da educação, a interpretação que era feita desses documentos muitas vezes resultava em compreensões distintas e não se tinha uma ideia de fato de como atender e qual o perfil de excepcional que verdadeiramente se enquadravam nessas políticas. Durante muito tempo a imprecisão dessas leis e diretrizes acabava por criar mais dificuldades para sua efetivação, como exemplo temos a falta e má destinação de recursos para as escolas comuns e as ainda existentes escolas especiais.

Sob o viés da integração, a educação parecia atender o que os documentos da época solicitavam, porém muito ainda precisou caminhar para que a educação integrada culminasse no que se chama inclusão. No que diz respeito a essa distinção Guijarro (2005, p.07) menciona que:

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades



educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas.

Para a consolidação da integração e posteriormente a defesa do ideal da inclusão, muitas foram às campanhas e reivindicações em prol destas como, por exemplo, a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB) em 1957; a Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), ambas em 1960; criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973; e reformulações no IBC, bem como no INES.

Em 1990 destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia, que tinha como principal objetivo evidenciar a necessidade de extinção das desigualdades educacionais. Em 1994 temos a Declaração de Salamanca que estabelecia que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1-2).

Essa preocupação em acabar com as ações excludentes no meio social e educacional passa a ganhar destaque principalmente quando o mundo volta-se a defender os Direitos Humanos, a essa altura já organizados em documentos oficiais como a Declaração dos Direitos Humanos. Nesse momento a Escola passa a ser enxergada como o âmbito para a realização das desmistificações nos espaços que a Declaração de Salamanca chama de Escolas inclusivas.

É necessário desmistificar o sentido dúbio do entendimento sobre a Educação Especial na perspectiva de inclusão, isto é, incluir como apenas ter registros de alunos especiais em sala. Mantoan relata que esse sentido “acentuado pela imprecisão dos textos legais que fundamentam nossos planos e propostas educacionais, tem acrescentado a essa situação outros sérios problemas de exclusão, sustentados por um entendimento equivocado dessa modalidade de ensino” (MANTOAN, 2008, p.30).

Conforme preocupação demonstrada nas palavras de Mantoan, essa modalidade se mistura a nova maneira de pensar a educação no nosso país e sofre com os impasses para sua total efetivação que, muitas vezes, não é totalmente compreendida. Incluir não é apenas matricular e deixar alunos com necessidades especiais dentro das escolas; é necessário disponibilizar condições para o desenvolvimento desses sujeitos, a fim de que os impactos com uma sociedade excludente sejam minimizados.



É importante ainda deixar bem claro que tanto a Política de Educação Especial como as demais políticas ligadas a inclusão, que passam a surgir mesmo com imprecisão nos seus textos, em momento algum podem ser concebidas como políticas assistencialistas. As políticas de cunho inclusivo visam possibilidades de evidenciar o desenvolvimento, criando ferramentas para tal. Já as políticas assistencialistas agem subsidiando de forma financeira, que muitas vezes implicam na dependência e/ou alienação do poder político.

Cronologicamente dando continuidade a nossa linha do tempo, uma vez que agora a inclusão de pessoas com necessidades especiais passa a ser pautada pelo viés educacional e regida por uma política pública, de 1996 a 2015, temos os seguintes acontecimentos:

- Em 1996 – LDB nº. 9394/96, art. 59 declara a alteração nos sistemas de ensino para subsidiar a possibilidade de desenvolvimento dentro das escolas, por parte das pessoas com necessidades especiais. (BRASIL, 1996).
- Em 1998 temos a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).
- Em 1999 temos a regularização da Lei 7853/89 por meio do Decreto nº. 3298 que trata da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Neste mesmo ano tivemos a criação do CONADE e o encontro para debater sobre as questões inclusivas realizado em Santo Domingo. Nesse mesmo ano a Portaria 319/99 traz uma serie de diretrizes no âmbito de DV relacionados com a difusão do Sistema Braille.
- Nos anos 2000, destaque para realização da Cúpula Mundial de Educação que estabeleceu o Marco de Ação de Dakar.
- Em 2001 a Resolução CNE/CEB nº. 2/2001, no art. 2º traz uma determinação para a não recusa de matrícula ao aluno já então chamado de especial, por se enquadrar dentro da política de educação especial. “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001b).
- Em 2002, encontro para debater inclusão, realizado no Chile e a Convenção de Sapporo no Japão.
- No ano de 2003 tivemos a implementação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, e a criação da Lei 10.753/03 que institui políticas em defesa do direito a leitura por parte dos deficientes visuais. (CARVALHO, 2011)
- Em 2004 ocorre promulgação do Decreto 5.296/04 que agrega ao Poder Público, a responsabilidade de incentivar e disponibilizar a distribuição de obras textuais em meio digital, para incluir o deficiente visual.



- No ano de 2005 tivemos o surgimento dos Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S.
- 2006 a 2007 – Algumas convenções organizadas pela ONU e UNESCO fomentam a organização de políticas públicas para pessoas com necessidades especiais nas esferas estaduais e municipais, para facilitar a aplicabilidade das leis federais.
- Em 2008 temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse mesmo ano, aqui no Brasil, foi instituído o decreto 6.571/08 que assegura o atendimento em contra turno, e em ambientes especializados, para pessoas com DV.
- Em 2009 temos uma resolução da CNE/CEB 04/2009 que institui diretrizes para o chamado AEE (Atendimento Educacional Especializado)
- Em 2011 “no governo da presidenta Dilma Vana Rousseff ocorreram novas providências, que foram tomadas a partir do decreto número 7.611/11. O novo decreto faz modificações referentes à Educação Especial e o Atendimento Especializado” (ANJOS, 2014, p. 09). Em 2012, por meio da Lei nº **12.764** as pessoas que apresentam Transtorno do Espectro Autista têm direitos assegurados e são reconhecidos como deficientes para efeitos legais. (BRASIL, 2012)
- Em 2015, por meio da Lei nº 13.146 foram instituídas penalidades para os atos discriminatórios que venham a ferir os direitos e liberdades fundamentais para pessoas com deficiência. No mesmo documento também há encaminhamentos sobre transporte e acessibilidade, educação e cultura, questões de moradia, condições de trabalho, acesso a TA, apoio jurídico, dentre outros encaminhamentos.

Todos os principais marcos e conquistas que destacamos até aqui alicerçam o entendimento de que o lugar de toda e qualquer pessoa é dentro das salas de aulas nas escolas. Que todos somos seres plurais, e que precisamos do convívio com as diferenças para a formação identitária social. Na sala de aula ninguém aprende ou constrói conhecimento da mesma forma, cada aluno apresenta processos plurais de cognição e aprendizagem.

Portanto, são as escolas e os sistemas de ensino que devem moldar-se perante as pluralidades dos alunos, e não o inverso. A seguir destacamos algumas dessas modulações que o ensino de Geografia passou a evidenciar para possibilitar a apreensão de conteúdos geográficos por parte daqueles com DV.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA PESSOAS COM DV



Pensar o ensino de Geografia para pessoas com DV não é nada fácil (mas não impossível), uma vez que a visão é a grande ferramenta para o entendimento de tal ciência do conhecimento. O visualizar constitui-se como o primeiro momento para a aplicação de teorias e hipóteses no campo da ciência geográfica. Para Perez (2001, p.116):

A aprendizagem da Geografia deve possibilitar a reflexão crítica sobre o espaço: uma reflexão que, incorpore as diferentes leituras de um mesmo objeto, que fundamentada no confronto de ideias, interesses, valores socioculturais, estéticos, econômicos, evidencie as diferentes interpretações e as diferentes intencionalidades que marcam a história da construção de um espaço; uma reflexão que possibilite a elaboração de questionamentos sobre o espaço, a vida, o mundo.

O ensino de Geografia passa a caracterizar-se como de grande importância para toda sociedade, principalmente para aquele com DV, uma vez que compreendendo os acontecimentos ao seu redor esses terão a capacidade de intervir em uma sociedade cada vez mais ligada à inovação e ciência. A Geografia traz consigo a capacidade da elevação do conhecimento e compreensão dos espaços em variadas escalas, das características identitárias, da percepção de similitudes e diferenças, dos domínios do meio, bem como das formas de sua utilização. (CASTELLAR, 2005, p.211).

Para possibilitar as compreensões citadas, antes de qualquer atitude, faz-se importante que o professor conheça o perfil de seus alunos, independente deles serem ou não alunos com necessidades específicas (reafirmando o que já afirmamos aqui no texto, todos os alunos em sala possuem processos plurais de cognição e aprendizagem). Pois, capacitar-se conforme o perfil dos sujeitos que estão submetidos ao processo de ensino e aprendizagem permitirá que o mesmo planeje aulas de forma mais específica e direcionada. Chaves e Nogueira (2011, p.10) corroboram com as afirmações anteriores quando relatam que:

Parece fundamental que o professor tenha um conhecimento prévio antes de iniciar as atividades com o estudante cego. Entender como o estudante aprende, qual a sua linguagem e quais são os materiais que lhe auxiliam no ensino de Geografia, por exemplo, são conhecimentos essenciais que facilitam o trabalho do professor. No entanto, é preciso apontar que o que está em questão não é a capacidade profissional do professor, mas sim a sua capacitação profissional.

Sabemos que formação e capacitação profissional, e as posturas que muitos professores de Geografia apresentam ainda no Brasil, possuem relação com questões de contexto histórico, mas, não é objetivo nosso aqui discutir sobre a evolução do pensamento geográfico, nem evolução do Ensino de Geografia no mundo e no Brasil, ou crucificar a ação dos professores



que sofrem com suas condições de trabalho; mas sim discursar sobre como a Geografia pode ser evidenciada fugindo aos modelos tradicionais de sua captação realizada por meio do olhar, da visão. É objetivo aqui destacar uma Geografia vinculada para aqueles que não conseguem enxergar. Conforme Chaves (2010, p.35):

A apropriação do espaço geográfico por pessoas com cegueira é tão ou mais importante que para aqueles que vêem, pois, a compreensão do espaço pelo cego lhe concede autonomia. Contudo, a observação do espaço geográfico por estudantes cegos não se dá pela visão, como acontece comumente por estudantes que vêem. Nós que enxergamos reconhecemos a realidade pela identificação visual de signos, enquanto que o cego ao analisar um espaço qualquer elabora em sua mente uma sequência linear de informações que o permite compreender o que está sendo explorado.

No trato do ensino de Geografia a alunos com DV, essa valorização do conjunto de informações que o aluno possui deve ser intercalada com o saber científico/disciplinar para o aprimoramento do conhecimento. É necessário valorizar as potencialidades que cada aluno possui, assim como Vygotsky que em observações realizadas sobre o comportamento das crianças, passou a buscar suas potencialidades/habilidades, descaracterizando um pouco os impedimentos causados pelas deficiências. (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 1998, p.34).

Porém, no processo de ensino e aprendizagem é comum encontrarmos dificuldades para exaltar tais habilidades ímpares, que Vygotsky destaca que podem ser transpostas com o empenho e atenção do professor. Os professores de Geografia “que lecionam para estes alunos se sentem, na maioria das vezes, desamparados e sem nenhum tipo de ajuda ou orientação de como trabalhar os conteúdos geográficos com alunos deficientes visuais nas classes comuns da Educação Básica” (PEDRO; CAVALCANTE, 2011, p.154-155).

Esse desamparo que o professor evidencia deve-se ao fato de que muitas vezes os seus superiores, como gestão e coordenação pedagógica, também não apresentam como deveriam estratégias para facilitar a prática docente. Tal situação leva a crer que a participação das pessoas deficientes visuais, na escola, significa remover obstáculos, e não se trata disso.

Muitas vezes a dificuldade maior vem a ser evidenciada pelo professor, e não pelos outros profissionais, uma vez que é ele que está presente em sala, e tem que lidar com a construção do conhecimento fugindo da visualidade e buscando a potencialização de outros sentidos. (TIBOLA, 2015).

Com relação aos conteúdos geográficos, o professor pode observar e reconhecer aquilo que realmente é necessário aprender levando em consideração o contexto de inserção social e cultural de todo e qualquer aluno dentro de sala, estimulando o pensar através de conteúdos



críticos e usuais no dia a dia. Por exemplo, a priori não se torna tão interessante apenas difundir conhecimento sobre o continente europeu (economia, população, relevo, clima, hidrografia, dentre outros), sendo que os alunos ainda não possuem compreensão de tal conhecimento do seu próprio município. O interessante nesse caso seria buscar similitudes e diferenças para exemplificar ambos os contextos.

Na Geografia, pode-se valorizar o potencial de outros órgãos sensoriais, como o tato, o olfato, o paladar, a audição, tendo sempre cuidado com os valores reducionistas que os mesmos podem acometer (TAQUARY; FAGUNDES, 2009). Dito isto, e ainda com base no exemplo anterior, pode-se mediar conhecimento sobre cultura europeia e sobre a cultura regional dos alunos a partir de músicas, instrumentos musicais, dos aspectos gastronômicos, dentre outros. Incluir o Deficiente Visual nesse sentido é dar a oportunidade a ele de participar de uma atividade que produz conhecimento usufruindo de exemplos em comum a todos os alunos presentes em sala.

Dentre os principais discursos que envolvem as dificuldades no ensino de Geografia para os alunos com deficiência visual está o fato de a visão ser o eixo elementar para o entendimento dos lugares e paisagens. Além disso, muitos professores esquecem que o entendimento do deficiente visual parte de outros campos sensoriais e não por meio da visão. Os Deficientes Visuais “constroem seu mundo através de percepções auditivas, táteis e olfativas a partir de sequências de impressões. Portanto, o espaço para o cego é reduzido ao seu corpo, diferentemente de nós que reconhecemos o espaço através do campo visual”. (CHAVES, 2010, p.2).

Lecionar apontando para as questões visuais da Geografia não surtirá o efeito desejado. “É preciso desenvolver as várias habilidades e inteligências, proporcionando experiências diversificadas ao aluno, incluindo aqueles [...] de deficiência visual. Eles são normalmente excluídos do mundo das imagens que nós temos acesso a todo momento”. (VASCONCELLOS, 1993, p.146).

A contribuição dada pela Geografia ao ensino de pessoas com DV é evidente quando se destaca a valorização da composição da formação da espacialidade desses indivíduos como etapa inicial ao seu desenvolvimento. A Geografia pode auxiliar na mobilidade, motricidade e psicomotricidade desses indivíduos. A fuga da sala de aula e o aproveitamento da estrutura física da escola, e até mesmo do seu entorno, pode ser uma alternativa para de forma simples, através dos sons, do cheiro, e das percepções corporais (sentir a brisa do vento), exemplificar a organização da paisagem, do lugar, da cidade, do campo, do espaço.



As pesquisas e metodologias empregadas no ensino de Geografia para esse sujeitos avançam paralelamente ao discurso de inclusão e implementação de políticas educacionais, como da Educação Especial e suas diretrizes. Muito já se é destacável e aplicável no dia a dia das salas de aulas. Desta forma, temos como exemplos o uso da Cartografia Tátil¹⁸, a valorização dos mapas mentais, produção de materiais didáticos diversos com totalidade e sonoridade, o uso do braile e de TA diversas. Essas linguagens¹⁹ citadas podem ser um caminho para mediação de conteúdos geográficos em turmas inclusivas.

Dentre as linguagens que citamos, o braile é considerado uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de qualquer pessoa com DV, para Lages e Baptista (2000, p. 03) este é “um modelo de lógica, de simplicidade e polivalência, que se tem adaptado a todas as línguas e a toda a espécie de grafias”, que abre possibilidades para uma vida comunicativa. Os autores ainda afirmam que, “tal como a leitura visual, a leitura braille leva os conhecimentos ao espírito através de mecanismos que facilitam a medição e assimilação pessoal daquilo que se lê. O braille permite estudar os quadros em relevo e ler eficientemente livros técnicos e em línguas estrangeiras” (LAGES; BAPTISTA, 2000, p. 15).

Tal modelo se faz importante em todas as formas de representação gráficas ou táteis em que o DV passa a realizar a leitura do que está ao seu redor por si só. Hoje, ela encontra-se presente em alguns locais, para facilitar o dia a dia do DV, locais como: telefones (públicos, celulares e fixos), ônibus (para paradas e identificação de assentos), placas e dependências de espaços públicos, bancos, alguns hotéis, e etc.

Para todas as ferramentas voltadas para o ensino de Geografia não podemos descartar o uso do braile, sendo esta, a língua utilizada pela escrita e leitura de pessoas com DV, e funciona como uma tradução da linguagem visual. Ela está presente também nas produções cartográficas táteis destinadas a esses sujeitos.

Além da necessidade de profissionais capacitados para receber pessoas com a pluralidade que estamos destacando, o âmbito escolar precisa de recursos diversos e materiais didáticos utilizáveis pelas disciplinas, a fim de facilitar a sua compreensão do conhecimento e orientá-los para o uso de tal informação.

¹⁸ É o ramo da Cartografia, que se ocupa de conceber e elaborar mapas que possam ser lidos e utilizados por pessoas com DV.

¹⁹ Linguagem como instrumento não apenas visual ou concreto, mas uma ferramenta que descobre elementos imperceptíveis à visão por meio de outros sentidos. Ela é a ferramenta que lida com o campo da oralidade, da totalidade, da sonoridade, da motricidade, dos cheiros, da abstração, dos sentimentos. É também artefato, problematização, signo, se fazendo presente em todos os sentidos da nossa vida, pois produzimos e nos reproduzimos nela por meio dela em uma construção social verbalizada e perlocucionária.



As adaptações evidenciadas nos diversos recursos que os professores passam a utilizar nas aulas de Geografia é fruto do novo olhar sobre o ensino que alguns profissionais detêm. Esses novos profissionais passam a expressar o desejo de mudança e a considerar todas as formas de conhecimento, bem como todas as formas de obter o conhecimento.

APONTAMENTOS SOBRE TECNOLOGIA ASSISTIVA

A Tecnologia Assistiva, nesse caso, apresenta-se como novidade por ter em si o pressuposto de defender a inclusão de pessoas que por algum motivo apresentam alguma dificuldade para realizar atividades diárias, por não disporem de alguma funcionalidade física, corporal, sensorial ou intelectual, que um ser humano considerado normal possa realizar.

Este termo é muito recente no contexto brasileiro, mas no contexto internacional os estudos na área são mais antigos. De forma geral, muitos a compreendem como tecnologias que tornam a vida no dia a dia mais fácil para qualquer pessoa; tendo como exemplos das mais primitivas ferramentas do homem das cavernas até os utensílios do homem moderno. Manzini (2005, p.82) corrobora com esse pensamento quando afirma que “os recursos de Tecnologia Assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos”.

O conceito desse termo está em constante desenvolvimento, impactando no nosso dia a dia, dependendo de sua finalidade e da necessidade que temos em obtê-lo. Os caminhos para seu entendimento passa a depender do seu fim, em muitos países essa finalidade não se apresentava muito clara nos primórdios do seu surgimento. Conforme Rodrigues e Alves (2013, p.174) “o conceito de TA remete a concepções e paradigmas diferentes ao longo da história, com características específicas a partir do referencial de cada país”.

Quando surgiu, tal tecnologia aparentemente não deteria o conjunto de possibilidades e classificações que a ela hoje são atribuídas. Isso porque em 1988 com escrita ainda no inglês, apenas era regulamentada junto com outras leis relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência nos Estados Unidos. Mesmo assim, tal regulamentação garantiu recursos para manutenção das atividades e continuidade de vida para aqueles que se enquadravam nos tipos de deficiência até então comprovados pela medicina. (BERSCH, 2005).

Nesse momento, a TA passa a ser utilizada para “identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência”, promovendo a independência dessas pessoas e qualidade de vida como destacado anteriormente nas palavras de Rodrigues e Alves (BERSCH, 2008a, p.02).



Atualmente os EUA se baseiam em sua própria classificação buscando minimizar ao máximo os erros de compreensão dos seus documentos legais, como por exemplo, o PUBLIC LAW 108-364 de 2004, documento citado por Galvão Filho (2009a, p.209) no qual apresenta determinações sobre o serviço de TA e a quem deve estender-se.

Os EUA utilizam uma classificação elaborada nos anos 2000, baseada nos inúmeros documentos oficiais da legislação norte-americana, integrando o viés de recursos e serviços possibilitados pela TA. Essa classificação cataloga 10 categorias ou itens “por áreas de aplicação [...] que promove o apoio à avaliação do usuário, o desenvolvimento e customização de recursos, a integração da TA com ação e objetivos educacionais” (CAT, 2009, p.24).

Essa categorização americana deixa claro o desejo de oportunizar uma independência no dia a dia por parte das pessoas que utilizam a TA, além de preocupar-se com a condição de obtenção dessa tecnologia que não é barata em nenhum lugar do mundo.

Com o passar do tempo os estudos realizados na busca por melhor conceituação e caracterização da TA nos Estados Unidos propiciaram o desenvolvimento de estudos e pesquisas na Europa, tendo Portugal como propulsor que junto a organizações de outros países (Itália, Bélgica, França e Dinamarca) formaram o Consórcio EUSTAT (Empowering Users Through Assistive Technology). Este foi responsável por um estudo entre os anos de 1997 a 1999 que resultou numa série de documentos publicados na Europa com o intuito de disseminar o conhecimento acerca do que eles chamavam de ajudas técnicas ou apoio técnico, termos ainda bastante usuais (GALVÃO FILHO, 2009a, p.209-210).

Já posterior aos anos 2000 passa a ocorrer na Europa uma consolidação das pesquisas no âmbito da TA com a criação do Consórcio EASTIN (European Assistive Technology Information Network /Rede Europeia de Informação de Tecnologias de Apoio), que busca articular uma rede de informações e ajudas técnicas entre países europeus. Adentraram nesse contexto de pesquisas, países como: Espanha, Alemanha, Inglaterra e Holanda.

Após anos de pesquisas nesse âmbito e/ou tipo de tecnologia, a primeira classificação que podemos destacar de base internacional, que serviu para formulação de documentos oficiais de países subdesenvolvidos, e/ou emergentes como o Brasil, foi a Norma Internacional ISO 9999:2002 (International Organization for Standardization – Associação Internacional de Normalização). Essa norma caracteriza Ajudas Técnicas como qualquer “produto, instrumento, equipamento ou sistema tecnológico, de produção especializada ou comumente à venda, utilizado por pessoa com deficiência para prevenir, compensar, atenuar ou eliminar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem” (ISO 9999:2002).



A classificação ISO 9999:2002 apresenta-se baseada nos objetivos funcionais mais práticos e rotineiros da sociedade, exclui a visão cognitiva e a visão educacional que outras classificações passam a apresentar. Essa classificação serve como base para a primeira versão do Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas (CNAT) de Portugal, que define Ajudas Técnicas como “qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática, utilizado por pessoas com deficiências e pessoas idosas, [...] para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida” (CNAT, 2005).

Esta primeira versão do CNAT de Portugal não era pautada em questões educacionais, e sim no trato mais clínico e técnico, bastante utilizada nos contratos de planos de saúde, mas que logo foi alterado com a expansão dos estudos sobre TA, com o reconhecimento da importância de sua presença em outros espaços.

Saindo do contexto internacional e adentrando aos debates sobre TA no Brasil, reconhece-se que apesar do termo já existir e acompanhar as definições internacionais mesmo que imprecisas desde 1988, a mesma foi definida pela primeira vez por Romeu Sasaki (1996, p.01) como “[...] a tecnologia destinada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado etc.) a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla”.

Essa definição deixa clara a ampla abrangência que o termo implicava naquele momento. E, apenas três anos mais tarde, o governo passa a se posicionar perante a temática, através do Decreto 3.298 de 1999 em seu artigo 19 que remete ao termo Ajudas Técnicas já abordado em outros países.

Tal decreto complementado por um posterior de número 5.296 de 2004 regulamenta e prioriza o atendimento básico para a promoção da acessibilidade. Mas tais decretos ainda mencionam o termo Ajudas Técnicas que passa a ser sinônimo de TA, bem como Apoio Técnico, pois para fim deste documento consideram-se ajudas técnicas os “produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida” (BRASIL, 2004).

A consideração feita por esse decreto apresenta um termo que dentro do debate sobre inclusão de pessoas com deficiência foi e é até hoje questionado pelo teor clínico que apresenta, o termo PORTADOR (Esse termo não é mais utilizado dentro dos textos sobre inclusão e deficiência, muito menos quando está inserido no contexto educacional).

Dois anos após o Decreto 5.296, “em 16 de novembro de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da portaria nº 142,



instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas – CAT”. Esse comitê reúne um grupo de especialistas com objetivo de apresentar propostas referentes à pesquisa e disseminação de conhecimento, sobre Tecnologia Assistiva no Brasil (BERSCH, 2008a, p.02).

Antes da criação do conceito realizado pelo CAT, ainda em 2006 a SEESP/MEC publica um documento relacionado à criação de uma sala de recursos multifuncionais para o suporte de alunos com deficiência. E este mesmo documento afirmava ser a TA “um termo recentemente inserido na cultura educacional brasileira...” (BRASIL, 2006a).

Para criar um conceito brasileiro, os pesquisadores do CAT realizaram um levantamento bibliográfico bem como uma revisão desse material e de outros documentos internacionais já em processo de desenvolvimento, provenientes dos Estados Unidos da América e dos diversos países europeus já aqui citados. Desta forma um ano após o seu surgimento, o CAT conceituou TA como conhecimento interdisciplinar que pode ser representado por “produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência” (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII, 2007).

Tal conceito abriu no nosso país a oportunidade de pesquisas baseadas nessa regulamentação inicial, visando à evolução conceitual e determinação de classificação, bem como legislações de acesso e subsídio para obtenção de tal tecnologia. O CAT ainda no ano de 2007 aprovou as bases conceituais da TA, classificando-a como área do conhecimento, permitindo o termo exposto no singular; considerando-a multidisciplinar; agregando o conceito de Desenho Universal; determinando seus objetos composição (CAT, 2007).

Após a criação do CAT, a nosso ver, dois pesquisadores brasileiros se destacam, são os casos de Rita Bersch e Teófilo Alves Galvão Filho. Rita Bersch, membro do CAT, é uma das responsáveis pela classificação de TA brasileira, com ampla pesquisa na área e referenciada por todos os pesquisadores envolvidos com tal temática. Teófilo Alves Galvão Filho passa a inserir novas configurações no que diz respeito à finalidade da TA, com um conceito voltado para o seu uso no processo de ensino e aprendizagem.

No processo de ensino-aprendizagem diversas possibilidades podem ser empregadas em sala de aula por parte do professor como mediador do uso de TA, mas somente o seu uso não significa que há inclusão, faz-se necessário à fomentação de concepções inclusivas para além das ferramentas utilizadas por cada um para construção do conhecimento. O professor deve mostrar ao aluno o quanto ele é capaz.

Faz-se necessário que os professores, gestores e coordenadores (Pedagógicos ou de AEE) sejam capazes de buscar/reivindicar meios (ou ao menos tentem), produtos ou serviços



em TA para o melhor caminhar dos processos inclusivos dentro das escolas. Conforme Bersch (2013, p. 02) o objetivo maior da TA “é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho”.

Os profissionais em Educação ligados ao ensino inclusivo devem conceber a TA “como um tipo de mediação instrumental, relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência” (GALVÃO FILHO, 2013, p.39).

É sob este viés que se diferencia a TA da Tecnologia Educacional dentro do processo de ensino e aprendizagem, pois a Tecnologia Educacional pode ser uma ferramenta utilizada tanto pelo professor como pelo aluno; no caso da TA, ela é de uso exclusivo dos alunos.

Deste modo, todo e qualquer recurso de TA disponível dentro das escolas, seja ele adaptável ou construído por meio do professor, devem ser utilizados pelos alunos. A atividade desenvolvida pelo professor será apenas de orientar o aluno ao seu uso para qualquer fim diário e/ou educacional.

No Ensino de Geografia a Tecnologia Assistiva consegue envolver todos os estudantes em sala de aula, e facilita à assimilação dos conteúdos geográficos propiciando a formação das espacialidades dos educandos. Dos tipos mais utilizados dessa tecnologia em sala observamos a presença de Maquetes Táteis, Mapas Táteis, uso do Sistema Braille, e exploração dos recursos audíveis, nas abordagens para formação de conceitos e mediação de conteúdos ligados principalmente a Geografia Física, que são apontados em diversos trabalhos como os conteúdos mais complexos de serem explicados aos Deficientes Visuais.

Todas essas articulações que a escola e professores podem buscar e reivindicar através dos documentos legais mostram que a educação explora uma nova perspectiva, que vai a oposição muitas vezes a lógica neoliberal. Os encontros científicos e as pesquisas em torno de tudo que tange a educação estão a cada dia em números crescentes e qualidades relevantes. Essa concepção de inclusão e inserção de tecnologias, a exemplo da TA, dentro das escolas é prova disso e reconhecem a existência das diferenças, a fim de trabalhá-las.

Atualmente, a educação provoca quem nela se insere com o intuito de construir novas, modernas e contínuas idealizações pedagógicas de ensino que visem sempre atender as necessidades dos alunos e não mais critérios padronizados estabelecidos pelas escolas, pelo capitalismo e pela sociedade.



CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para efetivação da pesquisa aqui descrita, fazemos uso da abordagem qualitativa de pesquisa, e procedimentalmente articulamos o uso da pesquisa bibliográfica e documental, fizemos uso e análise da observação, bem como com aplicação de Grupo Focal (GF).

A abordagem qualitativa possibilita a obtenção de dados que serão descritos, analisados e refletidos mediante o contato do pesquisador com o objeto de pesquisa, valorizando a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Deste modo, podemos defini-la como um “conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social” (NEVES, 1996, p. 01).

Procedimentalmente a pesquisa bibliográfica e documental como essenciais para o entendimento das questões teóricas da investigação. Conforme Gil (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, já a pesquisa documental “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores [...], a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 51).

Ambos os procedimentos de pesquisa foram realizados em livros, teses, dissertações, monografias, anais de eventos, relatórios de estudos e de campo sobre o tema escolhido para a pesquisa, em plataformas governamentais, banco de dissertações e teses, bibliotecas, e revistas eletrônicas. As informações contidas nesse material foram analisadas e refletidas para a construção do embasamento teórico e inferências na análise dos dados empíricos.

A observação, “participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (GIL, 2008, p. 103), “permite captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas. Os fenômenos são observados diretamente na própria realidade” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 75).

Esta foi realizada em duas turmas regulares (6º e 7º ano do Ensino Fundamental II) de uma escola estadual da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba. Cada uma das turmas apresentava regularmente matriculados dois estudantes com DV, estes acompanhados em contra turno pelo Atendimento Educacional Especializado disponível na instituição. Foram observadas oito aulas de Geografia em ambas as turmas, configurando um mês observação nessas salas de aula.



Para identificação dos estudantes é dada pela letra A juntamente do ano que cursa e da determinação do gênero M (para masculino) ou F (para feminino). Assim temos: A6M e A6F (alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental II), bem como A7M e A7F (alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II). Essa identificação será atotada no nosso último procedimento de coleta de dados, o grupo focal.

O GF se constitui como uma técnica que parte do princípio da problematização em grupo para propiciar o debate e, conseqüentemente, o surgimento das informações baseadas nas colocações dos sujeitos que compõe esse grupo. O mesmo pode ser concebido como um grupo de discussão “informal”, mas que resulta em informações qualitativamente proveitosas para as pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas.

Conforme Backes et al. (2011, p. 438), o GF “se originou no cenário da pesquisa social, sendo utilizado nas áreas da antropologia, ciências sociais, mercadologia e educação em saúde” e hoje é amplamente utilizado por diversas áreas do conhecimento. Utilizamos essa técnica no âmbito dos estudos geográficos, precisamente nesta pesquisa, organizando uma sessão de GF com duração de 50 minutos, e que versou sobre as temáticas que abordamos.

ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA POR MEIO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Conforme a observação das aulas de Geografia e da aplicação do GF, o quadro 01 a seguir apresenta alguns elementos importantes.

Quadro 01 – Principais destaques da observação das aulas de Geografia e aplicação do GF

Elementos da observação	Elementos apontados durante o GF
<ul style="list-style-type: none"> • O conteúdo mediado na turma do 6º ano consistiu no estudo da Paisagem e nas formas paisagísticas; • O conteúdo mediado na turma do 7º ano consistiu em uma revisão sobre as formas de relevo e interação com a sociedade; • Para mediar esses conteúdos os dois professores fizeram uso de aula expositiva dialogada; • O livro didático foi bastante utilizado; • O professor do 7º ano fez uso em algumas aulas de mapas táteis para apresentar os tipos de relevo do Brasil para os alunos com DV; • O professor da turma do 7º ano demonstrava preocupação com os alunos com DV, mesmo não adotando uma postura 100% inclusiva nos momentos de aula. • As avaliações e/ou exercícios na turma do 6º ano pautou-se apenas no uso do livro didático; • Na turma do 7º ano a avaliação da aprendizagem e/ou exercícios em alguns momentos foram 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacitação dos professores de Geografia; • Mesmo com a falta de capacitação, de alguma maneira todos os estudantes afirmam aprender algo com os professores de Geografia; • A exemplificação pautada na visão ainda toma grande parte da aula; • A dependência do livro didático é um problema uma vez que os alunos não possuem o livro em braille; • Os estudantes afirmam que conteúdos da Geografia Física nos geral são os mais complexos. • A6F menciona que não tem como entender os processos erosivos se nem conseguem imaginar o desencadeamento do processo; • A6M só consegue mensurar que eles destroem algo e podem criar outros relevos. • A7F menciona que só sabe o significado de relevo por que faz analogia com diferentes texturas ou



<p>pautados no livro didático e em outros momentos foram expostos no quadro e repassados oralmente pelo professor para os alunos com DV;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Cartografia Tátil, o braille e a TA foram as únicas linguagens utilizadas pelo professor de Geografia do 7º ano; • O professor de geografia do 6º ano atuou de forma não inclusiva, todavia encaminhou algumas solicitações para o apoio da AEE presente na escola; • Ficou constatado que na turma no 6º ano os alunos com DV e os normovisuais não se sentiam conectados com a atuação do professor, em inúmeros momentos muitas conversas paralelas entre os alunos foram observadas; 	<p>tamanhos, e aponta que relevo para ela é descrito como nuance.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os dois alunos da turma do 7º ano apontam que o seu professor de Geografia faz uso da Cartografia Tátil, braille e TA; • A estudante A7F mostrando conhecimento sobre TA aponta que faz uso da mesma na escola o tempo todo, e que tem incentivo do seu professor de Geografia; • Os dois alunos da turma do 6º ano apontam que as aulas ainda são muito tradicionais; • Os quatro alunos apontam que a avaliação ainda é algo muito complicado, pois os professores raramente fazem uso de avaliações inclusivas;
---	---

Os elementos das observações e os apontamentos realizados pelos estudantes convergem no sentido da necessidade do aprimoramento das questões linguísticas, recursais, metodológicas e avaliações.

Na mediação dos conteúdos de Geografia Física, os recursos de TA mais destacados são braille, os recursos táteis (Cartografia Tátil), e os softwares da informática. Os alunos mencionaram em diversos momentos que gostariam que os professores explorassem outros recursos, tais como: o uso de celulares, programas para leitores e ampliação de tela (LentePro, Magic, Dosvox, e Daisy), recursos para desenvolvimento de localização e mobilidade (GPS), que são comumente utilizados por estudantes no seu dia a dia em casa ou nos institutos de apoio. Tais recursos de Tecnologia Assistiva atendem ao apelo de maior interação social que muitos jovens requerem nos dias atuais, já que “ter acesso às informações e acompanhar o constante movimento em seu entorno social faz-se cada vez mais uma exigência da contemporaneidade” (AMORIM; CARVALHO; MENIZES, 2009).

Para formação mental de construção do conceito de paisagem e das formas paisagísticas os estudantes apontam que o uso de sons musicais pode ser associado à oralidade das falas dos professores, para que juntos auxiliem na identificação dos ambientes com maior presença do homem ou da biodiversidade do meio.

Para um maior esclarecimento sobre esses mecanismos, acreditamos que pedagogicamente os coordenadores da instituição podem fazer um trabalho em conjunto entre os professores de Geografia e os profissionais ligados diretamente com a Educação Especial, já que como mencionamos o Estado deixa a desejar em termos de capacitações. Nessa parceria, a busca por metodologias e formas avaliativas que incluam e sejam efetivas do ponto de vista da construção do conhecimento geográfico podem ser trabalhadas.



Os estudantes A6M e A7F indicam que no geral os professores elaboram as avaliações como se estivesse elaborando para um vidente e que alguma das profissionais da sala de recursos faz a leitura das questões. Em alguns casos o professor faz as perguntas para que os estudantes respondam. Quando as questões são objetivas, os alunos respondem e quem gabarita a questão é a pessoa que está fazendo a leitura da prova. As provas quase nunca são respondidas em braile (exceto alguns momentos destacados pelos alunos do 7º ano) pelo fato dos professores não entenderem o sistema.

No que diz respeito à avaliação, devemos ter em mente que ela “é uma dimensão essencial das práticas de ensino e aprendizagem escolar, portanto da Geografia. Tal processo, de caráter contínuo, não se volta apenas a uma verificação do desenvolvimento cognitivo dos alunos” (NOGUEIRA; CARNEIRO, 2013, p. 148), mas consideram-se os valores e atitudes dos estudantes relacionando-os com o conteúdo ou saber que está sendo avaliado. Para Nogueira e Carneiro (2013, p.149), a avaliação além de “verificar conteúdos assimilados, indica o desenvolvimento de raciocínios dos sujeitos-alunos, em vista de conclusões na perspectiva dos resultados previstos”.

Desse modo, os alunos se apropriam do que lhes foi ensinado, e busca a dar significados a acontecimentos que são do seu interesse, passando a revelar assim o interesse por determinado conteúdo e/ou disciplina escolar, agregando importância e participando ativamente das atividades desenvolvidas pelo professor em sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das reflexões teóricas evidenciamos que a história das civilizações é marcada por mudanças do ponto de vista social, econômico, político, cultural e educacional. E nesse contexto de mudanças, grupos minoritários se apresentaram à margem da sociedade, excluídos e discriminados. Além disso, apontamos para um tipo de tecnologia, que não é educacional, apesar de se encontrar presente nos espaços educacionais, e que durante muito tempo vem sendo direcionada para as pessoas com deficiência, mas não é destinada apenas para esses sujeitos, a TA.

Reafirmamos que esse tipo de tecnologia é uma ferramenta que auxilia no processo de assimilação dos conceitos geográficos feitos em sala de aula, na Sala de Recursos Multifuncionais, nos institutos de apoio as pessoas com DV, e até mesmo no uso em casa, sendo imprescindível a presença de pessoas que detenham o conhecimento científico relacionado à Geografia para as inferências e problematizações necessárias que mobilizaram o seu uso, já que a falta da capacidade de enxergar ocasiona algumas analogias errôneas.



É sempre importante atentar para o uso de TA não só por parte dos alunos, faz-se importante que os profissionais da educação compreendam esse universo para muitas vezes não negar o direito de seu uso dentro da sala de aula. No dia a dia escolar esses estudantes utilizam tais recursos para executar suas leituras, responder atividades, escrever na sua maneira habitual, comunicar-se com outros estudantes que apresentam mesma deficiência, além de desenvolver suas habilidades motrizes e mentais, por esses e outros motivos não podem ser impedidos de uso em nenhum lugar que estejam inseridos.

Para construção mental de conhecimento geográfico relacionado à Geografia Física a TA que explora sonoridade e totalidade apresenta-se como fundamental e importante na formação dos conceitos de paisagem, lugar, de placas tectônicas e itens relacionados a esses conceitos. Nesse sentido o entendimento e valorização da Cartografia Tátil, da música, e até mesmo de sons da cidade, como ferramentas para melhor mediação do conhecimento geográfico nas aulas de Geografia, favorecem a construção de outros materiais e construção de mapas mentais que auxiliam na mobilidade, autonomia, e inclusão de pessoas com DV.

Com os nossos instrumentos de pesquisa observamos que a TA apresenta um potencial para auxiliar no contexto de formação dos conhecimentos geográficos disseminados em sala de aula, mas que pesquisas e práticas consistentes nesse âmbito precisam avançar para que recursos desse tipo, bem como a inclusão, possam verdadeiramente ser efetivados dentro das instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diones Carlos de Souza. **Educação especial ou educação inclusiva:** algumas considerações. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Geografia (IG), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia – MG, 2009.

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas:** Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

AMORIM, Eliã S. M dos S.; CARVALHO, Jucineide L; MENEZES, Luana K. B. **Educação de cegos mediada pela tecnologia.** Secretaria de Educação de Salvador. Salvador, 2009.

BACKES, Dirce Stein; et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. The focal group as a technique for data collection and analysis in qualitative research. El grupo focal como técnica para la recolección y el análisis de datos en la investigación cualitativa. In: **Revista O Mundo da Saúde.** São Paulo, 2011.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistida.** Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil - CEDI. Porto Alegre, 2008a. p. 1-19.



BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistida. **Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre, 2013.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. 2005.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. Ministério da Educação, Brasília, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001a.

BRASIL. **Decreto 5296** de 02 de dezembro de 2004. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Centro Nacional de Educação Especial. **Resolução n. 02/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 27 dez, 2012.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago, 2005.

CAT. Ata da Reunião III, de abril de 2007. **Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). 2007

CAT. **Tecnologia Assistiva**. Brasília - Brasil: Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2009.

CHAVES, Ana Paula Nunes. **Ensino de Geografia e a cegueira: diagnóstico da inclusão escolar na Grande Florianópolis**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC. 2010.

_____, Ana Paula Nunes. O ensino de geografia e a educação inclusiva através dos mapas. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre**. Porto Alegre: ENG, 2010.

CHAVES, Ana Paula Nunes; NOGUEIRA, R. E. Os desafios do professor frente o ensino de geografia e a inclusão de estudantes cegos. **Boletim geográfico**, Maringá, v. 29, n. 1, p. 5-16, 2011.

CNAT. Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas. **Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPC)**. 2005.

CORDE. **Comitê de Ajudas Técnicas, ATA VII**. 2007

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Revista entreideias: educação, cultura e sociedade**. v. 2, n. 1, 2013.



GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Redes Editora. Porto Alegre, 1º edição, p. 207-235, 2009a.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: SORRI-BRASIL. **Ensaio Pedagógico – construindo escolas inclusivas**. 1º ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.07-14.

ISO 9999:2002. **Norma Internacional**: classificação.

LAGES, J. A; BAPTISTA, S. **A Invenção do Braille e a sua importância na vida dos cegos**. Comissão de Braille. Lisboa, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios e perspectivas. In: **O Desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MANZINI, Eduardo José. Tecnologia Assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: SORRI-BRASIL. **Ensaio Pedagógico – construindo escolas inclusivas**. 1. ed. MEC, SEESP. Brasília, 2005. p. 82-86.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. In: **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, nº03, 1996.

NOGUEIRA, Valdir; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação Geográfica e Formação da Consciência Espacial-Cidadã**. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

PEDRO, Francielle Taconi; CAVALCANTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. O ensino de geografia na ponta dos dedos. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. V. 2, n. 1, p. 127-160, 2011.

PEREZ, Carmem Lucia Vidal. Leituras do mundo/leituras do espaço: um diálogo entre Paulo Freire e Milton Santos. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-122.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologia Assistiva – uma revisão do tema/assistive technology-a review. In: **HOLOS**. v. 29, n. 6, p. 170, 2013.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: **Anais do CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE**. 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumo. **Por que o termo “Tecnologia Assistiva”?** 1996.

SILVA, Cristina Maria das Dôres. Inclusão: dos limites às possibilidades. In: ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. p. 103-109.



SILVA, Rosana A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira:** das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã. Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização Latu Sensu “A Educação Inclusiva na Deficiência Mental”, PUC, São Paulo, 2003.

TAQUARY, Ian Bruno Mendonça; FAGUNDES, Patrícia Santos. Práticas inovadoras no ensino da geografia: interações por meios táteis. In: **IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica.** Belém–PA, 2009.

TIBOLA, Maiara. A realidade do ensino de geografia para alunos cegos ou com baixa visão. In: **Anais do V Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas. UNIOESTE, 2015. V SENIEE.** Francisco Beltrão, 2015.

VASCONCELLOS, Regina. **A cartografia tátil e o deficiente visual:** uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa. 1993. 268f. Dissertação (Tese de Doutorado) – Departamento de Geografia da F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 1993.

VYGOTSKY, Lev. S.; LURIA, Alexander Romanovich & LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Trad. Maria da Penha Villalobo. São Paulo: Ícone Editora da Universidade de São Paulo, 3º edição, 1998.



